



PLANO LOCAL DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E JOVENS DE AVEIRO

2022-2026

Aveiro, maio de 2022

FICHA TÉCNICA

Título:

“Adélia” Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Aveiro 2022/2026

Promotor

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Aveiro

Equipa Técnica

Andreia Ruela

Beatriz Reis

Ester Nolasco

Margarida Garcez

Rui Conde

Sandra Ribau

Apoio Técnico

Maria Cristina Sousa Gomes – Professora Auxiliar no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Publicação

Maio 2022



AGRADECIMENTOS

Todos os longos caminhos começam com um primeiro passo. Por vezes, o pé resiste ao primeiro, titubeia, vacila, mas o importante é dá-lo. Tentar. Arriscar. Não desistir. Apesar de todos os constrangimentos. Dificuldades não são obstáculos; obrigam-nos a ser criativos, a gerir ao limite os recursos de que dispomos. Mas não desistir.

O Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e Jovens (PLPPDCJ) de Aveiro nasceu entre dores, fruto da escassez de técnicos que compõem a CPCJ, um problema há longo tempo diagnosticado, que tem sido frequentemente partilhado na Rede Social de Aveiro, com repetidos apelos à disponibilização de pessoas com perfil para a integrarem, mas por diversas vicissitudes, nunca teve o sucesso desejado. Mas não desistimos. Recorremos à prata da casa. E ao ouro de fora da casa, nomeadamente à Universidade de Aveiro, que acompanhou e supervisionou o projeto e acalentou o sonho de termos em Aveiro um PLPPDCJ.

O poeta escreveu que *Deus quer; o homem sonha; a obra nasce* e o PLPPDCJ é disso testemunha e assim tomou forma.

Agradeço, em nome da CPCJ de Aveiro, às seguintes pessoas e entidades que estiveram na génese do projeto:

Maria Cristina Gomes (UA)

Maria Luís Rocha Pinto (UA)

Sandra Ribau (IEFP)

Andreia Ruela (Florinhas do Vouga)

Margarida Garcez (CPCJ)

Carlos Peixoto (CNPDPDCJ)

Ester Nolasco (A. E. Esgueira)

Agrupamentos de Escolas do concelho de Aveiro

IPSS

Associações do concelho de Aveiro

Representantes que compõem a modalidade alargada da CPCJ

Crianças, jovens, famílias e comunidade em geral

Município de Aveiro

Beatriz Reis



Índice

1. Introdução.....	9
2. METODOLOGIA.....	10
2.1. 2.1. Amostra.....	11
2.2. 2.2. Limitações	12
3. AUTODIAGNÓSTICO	13
3.1. 3.1. Metodologia.....	13
3.2. 3.2. Resultados.....	13
3.3. 3.3. Discussão.....	16
4. DIAGNÓSTICO LOCAL	17
4.1. Território e População Residente	17
4.2. As Crianças e o Direito à Sobrevivência	21
4.2.1 Mercado de Trabalho.....	21
4.2.2 Rendimentos e Poder de Compra	24
4.2.3 Habitação	25
4.2.4 Proteção Social.....	25
4.2.5 Saúde.....	28
4.3. As Crianças e o Direito ao Desenvolvimento	30
4.3.1 Escolarização e (in)sucesso escolar	30
4.3.2 Insucesso Escolar.....	32
4.3.3 Creche e Ensino Pré-Escolar.....	34
4.3.4 Inclusão	34
4.3.5 Projeção do município face aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável Agenda 2030	36
4.3.4 O que dizem as crianças acerca da sua relação com a escola?.....	36
4.3.5 O que dizem os jovens acerca da sua relação com a escola?	38
4.3.6 O que dizem as famílias acerca da sua relação com a Escola?	40
4.3.7 O que dizem as Escolas acerca do seu trabalho e relação com os alunos e famílias?.....	42
4.4. As Crianças e o Direito à Proteção	43



4.4.1 A intervenção da CPCJ de Aveiro	45
4.4.2. A institucionalização no distrito de Aveiro	50
4.4.3 Trabalho de Prevenção – a modalidade alargada da CPCJ de Aveiro	51
4.4.4 O que dizem as crianças acerca da sua proteção?.....	52
4.4.5 O que dizem os jovens acerca da sua proteção?	53
4.4.6 O que dizem as famílias acerca da proteção das suas crianças e jovens?	55
4.4.7 O que dizem as entidades acerca da proteção das crianças e jovens?	57
4.5. As Crianças e o Direito à Participação.....	59
4.5.1 Participação das Crianças e Jovens no meio escolar.....	59
4.5.2 Participação das Crianças e Jovens na Comunidade.....	62
4.5.3 Perceção das Crianças acerca da sua participação	62
4.5.4 Perceção dos Jovens acerca da sua participação.....	63
4.5.5 Perceção das famílias sobre a participação das crianças e dos jovens.....	64
4.5.6 Perceção das famílias sobre a sua participação.....	65
4.5.7 Perceção das Entidades acerca da participação das crianças e jovens.....	66
5. PLANO ESTRATÉGICO LOCAL	68
5.1. Eixos de Intervenção.....	72
5.2. Acompanhamento e monitorização	80
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Fases de elaboração do PLPPDCJ de Aveiro	10
Figura 2 Caracterização etária das Crianças e Jovens inquiridos	11
Figura 3 Evolução da população residente no concelho de Aveiro entre 2001 e 2021	17
Figura 4 Evolução da percentagem de jovens, idosos e pessoas em idade ativa residentes no concelho	18
Figura 5 Evolução do número de nascimentos e de óbitos no concelho entre 2009 e 2020	18
Figura 6 Evolução dos saldos populacionais anuais entre 2009 e 2020	18
Figura 7 Percentagem de famílias com 1, 2 ou 3 ou mais indivíduos residentes no concelho	19
Figura 8 Evolução do número de casamentos e divórcios no município entre 2009 e 2020.....	20
Figura 9 Perspetiva das Famílias inquiridas sobre a conciliação vida profissional/familiar	23
Figura 10 Ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem.....	24
Figura 11 Poder de compra <i>per capita</i> em Aveiro	24
Figura 12 Alojamentos de residência habitual (%).....	25
Figura 13 Percentagem de inscritos com excesso de peso e obesidade - ARS Centro e ACES BV	28
Figura 14 Perspetiva das crianças sobre atividades realizadas na Escola para aprenderem a ser saudáveis e a proteger o ambiente.....	29
Figura 15 Quem é responsável por mim fala sobre o que é ser saudável - Perspetiva das Crianças e Jovens.....	29
Figura 16 Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%)	31
Figura 17 Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%).....	31
Figura 18 Taxa de transição/conclusão do ensino básico (%)	32
Figura 19 Taxa de transição/conclusão do ensino secundário (%)	32
Figura 20 Perspetiva das crianças sobre o apoio e envolvimento dos pais/EE nas atividades e trabalhos da Escola.....	37
Figura 21 Perspetiva das crianças sobre o apoio que a comunidade educativa pode prestar se precisarem.....	37
Figura 22 Perspetiva das crianças sobre o tempo para brincar na Escola	38
Figura 23 Perspetiva dos jovens sobre o apoio e envolvimento dos pais/EE nas atividades e trabalhos da Escola.....	38
Figura 24 Perspetiva dos jovens sobre o apoio que a comunidade educativa pode prestar se precisarem	39
Figura 25 Perspetiva dos jovens sobre a sua participação em decisões sobre a organização da Escola	39
Figura 26 Perspetiva das famílias sobre a sua participação nas atividades da Escola	40
Figura 27 Perspetiva das famílias sobre o apoio que a comunidade educativa pode prestar aos seus filhos se precisarem.....	41
Figura 28 Perspetiva das famílias sobre a forma como a Escola corresponde aos gostos e interesses das crianças.....	41
Figura 29 Perspetiva das Escolas sobre a integração da opinião das crianças nas atividades.....	42
Figura 30 Perspetiva das Escolas sobre o envolvimento das famílias na vida das organizações.....	43
Figura 31 Perspetiva das Escolas sobre o envolvimento da comunidade na vida das organizações....	43



Figura 32 Crimes registados pelas polícias em Aveiro entre os anos de 2009 a 2020.....	44
Figura 33 Crimes registados pelas polícias por 1.000 residentes no Distrito de Aveiro em 2020	44
Figura 34 Os 5 Distritos de Portugal com mais crimes de violência doméstica registados	49
Figura 35 Vítimas de violência doméstica do concelho de Aveiro acompanhadas pela APAV	49
Figura 36 Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pela CPCJ de Aveiro no ano de 2021.....	50
Figura 37 O distrito de Aveiro e o acolhimento residencial no ano de 2020	51
Figura 38 Perspetiva das crianças sobre o seu receio de que os seus pais lhes possam fazer mal, em contexto escolar	52
Figura 39 Perspetiva das crianças sobre se conversam com o seu responsável quando sentem medo	53
Figura 40 Perspetiva dos jovens sobre se sabem identificar alguém de confiança para pedir ajuda quando se sentem em perigo.....	54
Figura 41 Perspetiva dos jovens sobre a segurança sentida na sua casa.....	54
Figura 42 Perspetiva das famílias sobre se as crianças se dirigem a si quanto sentem medo ou têm um problema	55
Figura 43 Perspetiva das famílias acerca da informação disponibilizada aos seus filhos/educandos sobre os mecanismos/apoios existentes caso sejam vítimas	55
Figura 44 Perspetiva das famílias sobre o seu interesse para participar em atividades que promovam o desenvolvimento de competências parentais	56
Figura 45 Perspetiva das entidades sobre o desenvolvimento de ações que contribuem para uma reflexão sobre parentalidade positiva.....	58
Figura 46 Perspetiva das Escolas sobre o desenvolvimento de atividades que promovem a reflexão sobre a parentalidade positiva.....	58
Figura 47 Perspetiva das IPSS e Associações sobre o desenvolvimento de atividades que promovem a reflexão sobre a parentalidade positiva.....	58
Figura 48 Perspetiva das crianças sobre a auscultação dos professores acerca da sua opinião sobre as aulas e a Escola.....	63
Figura 49 Perspetiva das crianças sobre a participação nas tarefas domésticas.....	63
Figura 50 Perspetiva dos jovens acerca da sua participação em projetos comunitários.....	64
Figura 51 Perspetiva das famílias sobre o envolvimento das crianças em tarefas/atividades familiares	65
Figura 52 Perspetiva das famílias sobre a sua participação em atividades na Escola, Associações e Comunidade	65
Figura 53 Perspetiva das entidades sobre o envolvimento das crianças nas atividades e tomadas de decisão nos processos que lhes dizem respeito.....	66
Figura 54 Perspetiva das entidades sobre o desenvolvimento de iniciativas que promovam a participação das crianças na comunidade	67
Figura 55 Eixos de intervenção do Plano	72

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Evolução da população residente no concelho de Aveiro entre 2001 e 2021 por grandes grupos etários.....	17
Quadro 2 Número e percentagem de famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos	19
Quadro 3 Número de famílias monoparentais	20
Quadro 4 Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho	20
Quadro 5 Taxa de Emprego em Portugal, Região Centro e Concelho de Aveiro, total e por sexo	21
Quadro 6 Pessoas inscritas no Centro de Emprego de Aveiro, segundo sexo	22
Quadro 7 Valor médio do subsídio de desemprego.....	22
Quadro 8 Número de beneficiários do Abono de Família para Crianças e Jovens	25
Quadro 9 Número de pessoas beneficiárias com processamento de subsídio por assistência na doença e descendentes menores ou deficientes, por sexo.....	26
Quadro 10 Número de pessoas beneficiárias com processamento de subsídio por assistência a filho/a, por sexo	26
Quadro 11 Número de beneficiários/as com processamento de prestações para a parentalidade	26
Quadro 12 Famílias com processamento de RSI	27
Quadro 13 Número de crianças abrangidas pelo SASE, por idade e sexo, segundo os escalões.....	27
Quadro 14 População residente com 15 e mais anos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado	30
Quadro 15 Percentagem de alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino	30
Quadro 16 Taxa de escolarização no concelho de Aveiro, no ano letivo 2017/2018	31
Quadro 17 Taxa de retenção e desistência	33
Quadro 18 Taxa de retenção e desistência por curso.....	33
Quadro 19 Respostas educativas diferenciadas existentes no concelho no ano letivo 2019/2020	35
Quadro 20 Número de alunos com necessidades educativas especiais.....	35
Quadro 21 Projeção do município face ao conjunto de indicadores de Educação de Qualidade (ODS)	36
Quadro 22 Caracterização Processual em 2021 na CPCJ de Aveiro	45
Quadro 23 Taxa de incidência de Processos de Promoção e Proteção no ano de 2020 nas CPCJ do distrito de Aveiro.....	46
Quadro 24 Número de crianças e jovens sinalizadas, por sexo e idade	47
Quadro 25 Número de crianças e jovens sinalizados por violência doméstica, por sexo e idade.....	48
Quadro 26 25 Problemáticas das situações de perigo sinalizadas à CPCJ de Aveiro por escalão etário no ano de 2021.....	49
Quadro 27 Número de Estudantes em Associações de Estudantes no concelho de Aveiro	60

1. Introdução

O Projeto Adélia – Apoio à Parentalidade Positiva, promovido pela Comissão Nacional da Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens, integra-se numa estratégia preventiva para a promoção e proteção dos direitos da Criança e do Jovem, de acordo com a Convenção dos Direitos da Criança e com a recomendação da União Europeia: RES (2006) 19 sobre a política de apoio à parentalidade positiva.

A parentalidade positiva evidencia-se como um comportamento parental baseado no melhor interesse da Criança e do Jovem que assegura a satisfação das suas principais necessidades e a sua capacitação, sem violência, proporcionando-lhe o reconhecimento e a orientação necessários, o que implica a fixação de limites ao seu comportamento, para possibilitar o seu pleno desenvolvimento. Segundo o mote do Projeto Adélia assume-se como “um lugar seguro, onde se promove a participação e a autonomia da criança, a sua saúde, o bem-estar social e emocional de acordo com as suas características e idade”.

Assim, os objetivos fundamentais do projeto prendem-se com envolver a comunidade na elaboração do Diagnóstico Local que espelha as condições de vida das Crianças e Jovens do concelho de Aveiro e, mediante a análise crítica e reflexiva deste documento, a construção do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Aveiro.

Para a concretização do Diagnóstico, procedeu-se a um autodiagnóstico dos membros da Comissão Restrita e Alargada da CPCJ de Aveiro; e à recolha de indicadores estatísticos e qualitativos que refletem a realidade infantojuvenil do Concelho de Aveiro e qual a perspetiva dos Stakeholders, através da aplicação de questionários a Crianças, Jovens, Famílias e Profissionais das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude do Concelho de Aveiro).

As potencialidades e fragilidades identificadas e priorizadas na recolha e discussão dos resultados obtidos, com o envolvimento de diversos Parceiros Sociais, levaram ao desenvolvimento de Eixos Estratégicos de Intervenção a desenvolver nos próximos cinco anos (2022-2026).

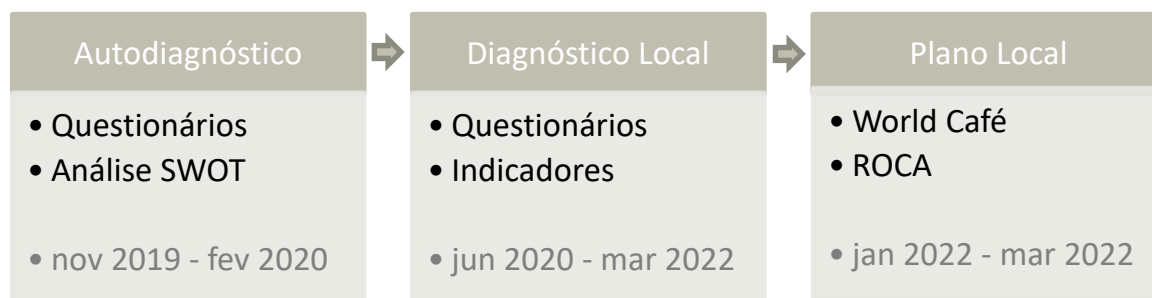
O Presente Plano é constituído, assim, por três Eixos de Intervenção: prevenir e atuar nas diferentes formas de violência (familiar e escolar) contra as Crianças e Jovens; promover a parentalidade positiva e apoiar as famílias no desempenho das suas funções parentais; e promover a participação efetiva das Crianças e Jovens.



2. METODOLOGIA

A elaboração do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Aveiro compreendeu três fases (cf. Figura 1).

Figura 1 Fases de elaboração do PLPPDCJ de Aveiro



A primeira fase decorreu entre novembro de 2019 e fevereiro de 2020 com a elaboração do Autodiagnóstico. Para a realização deste trabalho procedeu-se à aplicação de questionários quantitativos e à elaboração de uma análise SWOT com os membros da Comissão Restrita e Alargada da CPCJ de Aveiro.

A segunda fase pretendia conhecer a realidade infantojuvenil do Concelho de Aveiro e qual a perspetiva dos Stakeholders (e.g., Crianças, Jovens, Famílias e Profissionais das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude do Concelho de Aveiro) sobre várias dimensões dos direitos das Crianças e Jovens, consubstanciados em 4 direitos: à sobrevivência, ao desenvolvimento, à proteção e à participação. Assim, para a elaboração do Diagnóstico Local procedeu-se à recolha de:

- i) informação estatística, através da consulta de indicadores locais, regionais e nacionais na Câmara Municipal de Aveiro (nomeadamente, Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social, Carta Educativa, Programa de Ação Educativa do Município de Aveiro), no Instituto Nacional de Estatística, no PORDATA, na Segurança Social, I. P., na Direção-Geral da Política de Justiça, entre outros;
- ii) informação decorrente da aplicação de questionários junto de Crianças, Jovens, Famílias e Profissionais das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude [ECMIJ] do Concelho de Aveiro, adotando duas estratégias: a) elaboração de uma versão mais reduzida dos questionários 6A, 6B, 7 e 8¹, propostos pelo Projeto Adélia, os quais foram enviados para os Agrupamentos de Escolas

¹ Cf. No Anexo 5 podem ser consultados os resultados obtidos através da aplicação dos questionários aplicados pelas Escolas do concelho de Aveiro



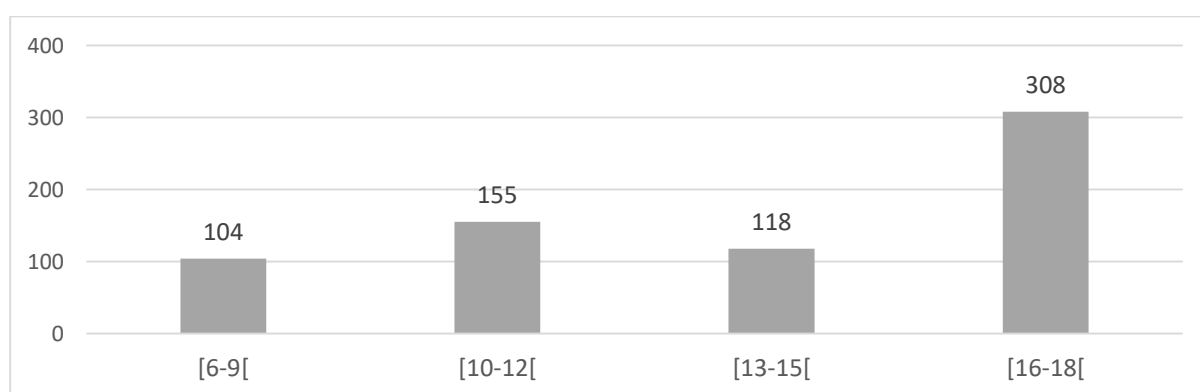
de Aveiro e b) elaboração de questionários² com perguntas de escolha múltipla e de resposta aberta que foram remetidos para as Associações e Instituições Particulares de Solidariedade Social de Aveiro. Atendendo à Pandemia, optou-se pela aplicação de questionários online, recorrendo aos formulários do Google.

A terceira fase consubstanciou-se na devolução dos principais resultados obtidos na recolha de dados (através da informação estatística e da informação decorrente da aplicação dos questionários) e na elaboração do Plano Local³. Para o efeito, agendou-se uma sessão de trabalho com os representantes das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude do Concelho de Aveiro recorrendo à metodologia *World Café*, na qual os participantes se dividiram em três mesas e conversaram em torno do tema de cada mesa. O resultado desta auscultação foi remetido para os participantes da sessão para validação e foi apresentado na Reunião Ordinária da Comissão Alargada de dia 31 de março de 2022.

2.1. 2.1. Amostra

No total, este trabalho mobilizou a participação de cerca de 1296 pessoas, das quais 259 Crianças (51% raparigas; 49% rapazes), 426 Jovens (46,3% raparigas; 53,7% rapazes), 456 Famílias, 117 representantes de Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude, 14 membros da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Aveiro e 24 representantes que participaram na sessão de *World Café*.

Figura 2 Caracterização etária das Crianças e Jovens inquiridos



² Cf. No Anexo 6 podem ser consultados os resultados obtidos através da aplicação dos questionários aplicados pelas IPSS e Associações concelho de Aveiro

³ Capítulo V – Plano Estratégico Local



2.2.2.2. Limitações

O presente estudo apresenta algumas limitações que se prendem com: i) o momento da recolha de dados, uma vez que as vivências em tempos de Pandemia poderão ter condicionado a perspetiva dos inquiridos; ii) a metodologia utilizada privilegiou as respostas online, embora complementasse a informação com várias sessões de auscultação (nomeadamente, Reuniões Ordinárias da Comissão Alargada e sessão de trabalho World Café), facto que poderá ter limitado a resposta a participantes com acesso e domínio das ferramentas tecnológicas; iii) a amostra é significativa mas não é representativa de todo o universo de Stakeholders (e.g., Crianças, Jovens, Famílias e Profissionais das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude do Concelho de Aveiro).

3. AUTODIAGNÓSTICO

O Autodiagnóstico convida todos os membros da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens a refletirem sobre um conjunto de aspetos importantes para a sua intervenção, incidindo sobre: os princípios orientadores da intervenção, os direitos das crianças, a liderança, o planeamento e avaliação, a eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo, o desenvolvimento e capacitação dos membros, os recursos humanos e logísticos.

3.1.3.1. Metodologia

Para a elaboração do Autodiagnóstico procedeu-se à aplicação dos questionários propostos pelo Projeto Adélia, designadamente: i) Questionário de autoaplicação dirigido à Presidência da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; ii) Questionário de autoaplicação a ser preenchido por todos os elementos da Comissão Alargada; e iii) Questionário de autoaplicação a ser preenchido por todos os/as profissionais que integram a Comissão Restrita.

De forma a complementar a informação recolhida nos questionários, procedeu-se à elaboração de uma análise SWOT com todos os membros da Comissão Alargada na Reunião Ordinária de Fevereiro de 2020.

3.2.3.2. Resultados

No que concerne aos resultados obtidos no questionário preenchido pelos membros da Comissão Restrita, o primeiro grupo de afirmações, referente à informação fornecida sobre os princípios orientadores da intervenção das CPCJ e as práticas dos profissionais, existe uma concordância generalizada com as afirmações, o que revela que os inquiridos consideram que a informação prestada aos intervenientes é genericamente ajustada.

No segundo grupo de afirmações, que está relacionado com os serviços prestados pela CPCJ, e no terceiro grupo, relativo ao papel e desempenho da Presidente, o grau de concordância com as afirmações é globalmente positivo, havendo discordância apenas quanto à adequação do horário e do local de funcionamento da CPCJ.

Já no grupo 4 sobre a gestão, planeamento e controlo do trabalho da CPCJ, é onde se verifica a menor unanimidade. As afirmações relativas à avaliação de desempenho dos Técnicos, ao Plano Anual de Atividades da CPCJ e ao Plano de Ação Local para a Infância e Juventude (que não existia à data em que os inquiridos foram auscultados) dividem as opiniões dos inquiridos.



O grupo 5 contempla afirmações sobre a condução individual dos casos e a respetiva atuação. Os resultados apurados revelam um grau de concordância elevado, exceto no que se refere: i) à adequação do tempo que decorre entre a sinalização e a avaliação da situação de cada criança/jovem; ii) à articulação com outras Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude; iii) às condições que a CPCJ reúne para garantir uma intervenção atempada e eficaz.

O grupo de questões que incide sobre o desenvolvimento e a capacitação dos membros da Comissão Restrita é o que reúne maior número de respostas negativas, facto que evidencia a necessidade de se apostar mais na capacitação e supervisão.

As respostas obtidas sobre as condições de trabalho e bem-estar demonstram que os inquiridos consideram que não dispõem do tempo necessário para o volume e complexidade do trabalho realizado na CPCJ, que o espaço físico não é o mais adequado e confortável para profissionais e para as famílias.

No que respeita aos resultados obtidos no questionário preenchido pelos membros da Comissão Alargada, verificou-se que os inquiridos se consideram informados sobre a missão, visão e legislação inerente ao funcionamento das CPCJ, bem como quanto ao regulamento interno, ao cumprimento do número de horas de afetação e ainda ao conhecimento das suas competências/funções na CPCJ. Na generalidade das respostas, os inquiridos conhecem a calendarização e a agenda das reuniões e participam regularmente. Por último, os inquiridos consideram-se informados sobre o papel e desempenho da Presidente da CPCJ.

Tabela 1 Análise SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento que os profissionais têm da missão, visão e legislação e respetiva adequabilidade ao exercício das funções na CPCJ; - Técnicos consideram-se com perfil humano e técnico para o desempenho das funções na CPCJ - Participação de cada Técnico nas reuniões; - Papel e desempenho da Presidente da CPCJ; - Resiliência da equipa e espírito de entreatajuda; 	<ul style="list-style-type: none"> - O horário de funcionamento da CPCJ e o local não é o mais adequado a crianças/jovens em idade escolar; - Ausência de avaliação de desempenho dos técnicos; - Ausência de um Plano de Formação atualizado (nem todos os técnicos têm formação especializada em direitos das crianças);



<ul style="list-style-type: none"> - Planeamento/organização das reuniões; - Existência de um Técnico Gestor por processo que promove uma intervenção sistémica e coordenada com os diversos intervenientes; - Serviços prestados pela CPCJ (e.g., respeito pela dignidade e privacidade das crianças; informação sobre os direitos da criança; Audição da criança/jovem, etc.); - Planeamento, gestão e controlo do trabalho da CPCJ (e.g., Relatórios e Planos são avaliados regularmente). 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de tempo para frequência de formação; - A abordagem de situações problema carece de intervenção técnica mais adequada e especializada; - Dimensão reduzida da equipa permanente da Comissão Restrita; - Rotatividade dos representantes das entidades presentes nas reuniões da Comissão Restrita; - O tempo entre a sinalização e a avaliação de cada caso deveria ser mais célere.
<p>OPORTUNIDADES</p>	<p>AMEAÇAS</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Formação promovida por entidades internas, externas e pela CNPDPCJ; - Articulação entre serviços; - Discussão interdisciplinar de casos; - Existência de diagnóstico social e plano de ação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de condições de trabalho e bem-estar para Técnicos e Famílias (e.g., tempo, privacidade, conforto e prevenção de riscos psicossociais no trabalho); - Ausência de supervisão; - Desarticulação entre a idealização dos projetos e a sua aplicação prática; - Dissonância entre as necessidades/desafios e os recursos existentes; - Ausência de orientações técnicas escritas, adequadas à prática quotidiana dos Técnicos.



3.3.3.3. Discussão

O Autodiagnóstico evidenciou a necessidade de se repensar a composição da CPCJ, principalmente os tempos de afetação de cada representante, dado que o atual modelo em funcionamento não responde às necessidades existentes, facto que condiciona a eficácia da intervenção, apesar dos esforços encetados pelos membros e pelas respetivas Entidades.

A Formação também se revelou um tema sensível na medida em que até se verificam oportunidades de formação, todavia a sua aplicação prática muitas vezes fica comprometida pela mobilidade e ausência de tempo dos profissionais.

Alguns destes constrangimentos poderiam ser ultrapassados caso existisse supervisão profissional, investimento que até à data não foi possível realizar.

No que concerne às limitações do Autodiagnóstico, importa referir que os resultados obtidos nos questionários aplicados à Comissão Restrita e Alargada representam a perspetiva de um terço dos seus membros, facto que pode condicionar os resultados obtidos, embora os mesmos tenham sido discutidos em contexto de Comissão Alargada. Este facto é, em si mesmo, revelador da ausência de tempo dos membros da CPCJ (que priorizaram outras ações) e da descrença na mudança que poderá advir deste trabalho, considerando a morosidade e burocracia que tendem a estar associados à reestruturação de políticas públicas e sociais.



4. DIAGNÓSTICO LOCAL

4.1. Território e População Residente

O Concelho é parte integrante da região de Aveiro e capital do distrito de Aveiro. Contém uma área de 197.58 km², distribuída por 10 freguesias e uniões de freguesias.

A população residente tem vindo a aumentar sucessivamente, passando de 73.335 habitantes em 2001 para 80.978 habitantes em 2021 (um crescimento de 10,4%).

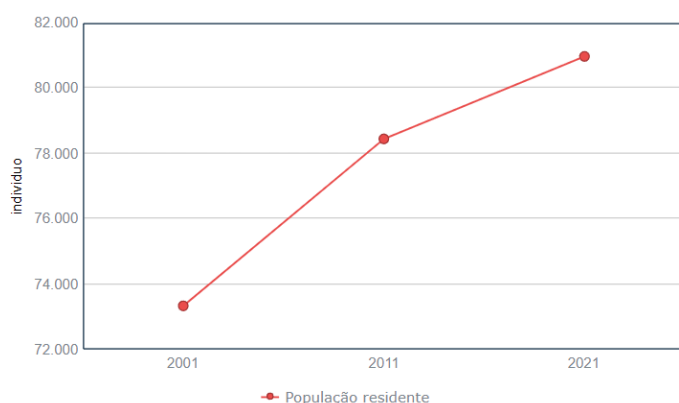
Quadro 1 Evolução da população residente no concelho de Aveiro entre 2001 e 2021 por grandes grupos etários

Concelho de Aveiro				
	0-14	15-64	65 ou mais	Total
2021	10.493	53.474	17.011	80.978
2011	11.431	53.753	13.266	78.450
2001	11.899	50.855	10.581	73.335

Fontes/Entidades: INE, PORDATA – Municípios População. www.pordata.pt Acedido a 3 de maio de 2022

Também a população estrangeira tem vindo a aumentar: dos 79.329 residentes no município de Aveiro em 2020, 5.445 eram estrangeiros, mais 1605 do que em 2009.

Figura 3 Evolução da população residente no concelho de Aveiro entre 2001 e 2021

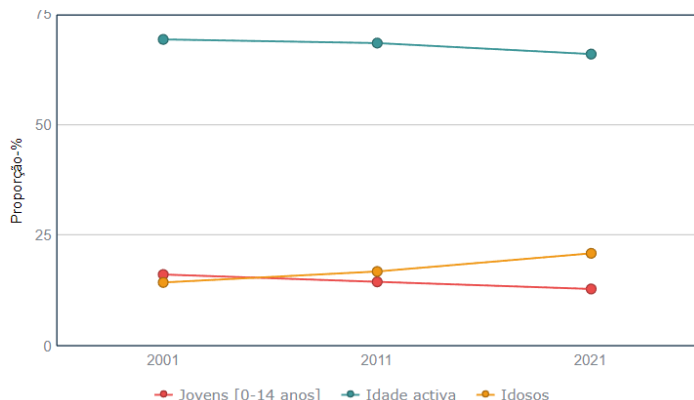


Fontes/Entidades: INE, PORDATA. www.pordata.pt Acedido a 13 de maio de 2022

De acordo com os Censos de 2021, estima-se que por cada 100 residentes no município de Aveiro, há 13 jovens com menos de 15 anos, 66 adultos e 21 idosos. Em 2021, havia 162 idosos por cada cem jovens⁴, mais 73 do que em 2001.

⁴ No anexo 1 é possível consultar o número de indivíduos dos 0-18 anos no total da população residente.

Figura 4 Evolução da percentagem de jovens, idosos e pessoas em idade ativa residentes no concelho



Fontes/Entidades: INE, PORDATA. www.pordata.pt Acedido a 13 de maio de 2022

Em 2020 nasceram em Aveiro 676 bebés (menos 23 do que em 2019) e morreram 822 pessoas (mais 79 do que em 2019). Em 2020 a diferença entre o número de nascimentos e o de mortes em Aveiro foi negativo, traduzindo-se num saldo natural de menos 146 indivíduos.

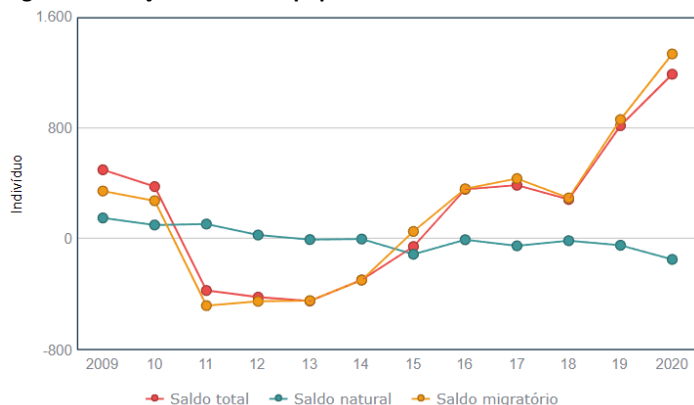
Figura 5 Evolução do número de nascimentos e de óbitos no concelho entre 2009 e 2020



Fontes/Entidades: INE, PORDATA. www.pordata.pt Acedido a 13 de maio de 2022

Por outro lado, o saldo migratório foi positivo (mais 1335 indivíduos).

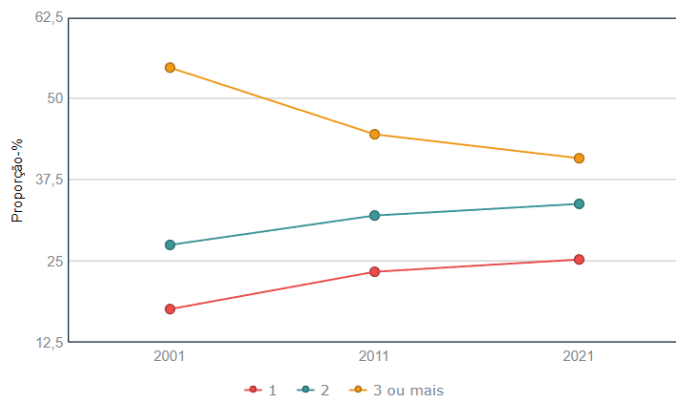
Figura 6 Evolução dos saldos populacionais anuais entre 2009 e 2020



Fontes/Entidades: INE, PORDATA. www.pordata.pt Acedido a 13 de maio de 2022

A dimensão das famílias tem vindo a diminuir gradualmente, embora ainda prevaleçam as famílias com 3 ou mais indivíduos (cf. Figura 7). Segundo os Censos 2021, no município de Aveiro há cerca de 8.338 que vivem sozinhas, mais 81,4% que em 2001.

Figura 7 Percentagem de famílias com 1, 2 ou 3 ou mais indivíduos residentes no concelho



Fontes/Entidades: INE, PORDATA. www.pordata.pt Acedido a 13 de maio de 2022

Quadro 2 Número e percentagem de famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos

Famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos					
Dimensão da família	Total	Nenhuma pessoa	1 pessoa	2 pessoas	3 ou mais pessoas
Aveiro	31142	22916	5562	2257	407
Com 1 pessoa	7285	7285	0	0	0
Com 2 pessoas	9981	9423	558	0	0
Com 3 pessoas	7385	4100	3129	156	0
Com 4 pessoas	4780	1722	1334	1692	32
Com 5 pessoas	1208	293	407	271	237
Com 6 pessoas	370	76	116	94	84
Com 7 pessoas	84	14	11	28	31
Com 8 pessoas	31	1	5	10	15
Com 9 ou mais pessoas	18	2	2	6	8
Total de pessoas nas famílias	77803	47364	18705	9485	2249

Fontes/Entidades: INE, PORDATA. www.pordata.pt

O número total de famílias monoparentais na Região de Aveiro tem registado um aumento desde 2017. No que respeita às famílias monoparentais femininas, nestas observou-se um aumento entre 2017 e 2018 e uma descida entre 2018 e 2019. As famílias monoparentais masculinas desde 2017 que têm vindo a aumentar, sendo que este aumento destacou-se entre 2018 e 2019 (cf. Quadro 3).

Quadro 3 Número de famílias monoparentais

Centro	2019		2018		2017	
	Femininas	Masculinas	Femininas	Masculinas	Femininas	Masculinas
	73 200	15 200	75 200	11 400	69 400	10 200
	88 400		86 600		79 500	

Fontes/Entidades: INE, PORDATA. www.pordata.pt

A idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho tem-se mantido constante entre 2017 e 2019, e similar quando se compara a região centro com a média nacional (cf. Quadro 4).

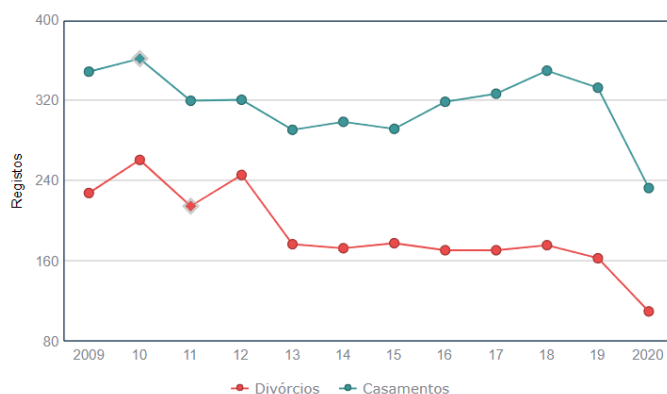
Quadro 4 Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho

	2019	2018	2017
Portugal	32,1	32,1	32,0
Centro	32,3	32,3	32,3

Fontes/Entidades: INE, PORDATA. www.pordata.pt

Em 2020, registaram-se 233 casamentos e 110 divórcios no município de Aveiro, verificando-se um decréscimo acentuado comparativamente com os anos anteriores, que poderá estar associado à Pandemia COVID-19.

Figura 8 Evolução do número de casamentos e divórcios no município entre 2009 e 2020



Fontes/Entidades: INE, PORDATA. www.pordata.pt Acedido a 13 de maio de 2022

4.2. As Crianças e o Direito à Sobrevivência

Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 setembro de 1990, “*A família, elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e a assistência necessárias para desempenhar plenamente o seu papel na comunidade.*”

4.2.1 Mercado de Trabalho

Em Portugal, a população empregada diminuiu 5,0% entre 2001 e 2011, sendo que o decréscimo foi mais evidente em pessoas do sexo masculino (-9,0%) do que em pessoas do sexo feminino (-1,2%).

No Concelho de Aveiro, em 2011, a taxa de emprego da população em idade ativa foi de 53,4%, valor superior ao verificado em Portugal (48,5%) e na Região Centro (46,8%). À semelhança da realidade nacional, também na Região Centro e no Concelho de Aveiro, a taxa de emprego nos homens é superior à taxa de emprego nas mulheres⁵.

Quadro 5 Taxa de Emprego em Portugal, Região Centro e Concelho de Aveiro, total e por sexo

Portugal					
Total		Homens		Mulheres	
2001	2011	2001	2011	2001	2011
53,5	48,5	62,6	53,6	45,1	43,9
Região Centro					
Total		Homens		Mulheres	
2001	2011	2001	2011	2001	2011
50,4	46,8	60,4	52,5	41,3	41,7
Concelho de Aveiro					
Total		Homens		Mulheres	
2001	2011	2001	2011	2001	2011
58,3	53,4	79,9	57,9	39	49,5

Fonte: Taxa de Emprego (%), Censos de 2001 e 2011. www.pordata.pt. Acedido a 8 de junho de 2020

⁵ No Anexo 2 é possível consultar os dados relativos ao pessoal ao serviço nas empresas, por sexo e por situação na profissão, entre 2016 e 2018.

Concomitantemente com os dados acima apresentados, verifica-se que as pessoas do sexo feminino são as que apresentam maior número de inscrições no Centro de Emprego de Aveiro.

Quadro 6 Pessoas inscritas no Centro de Emprego de Aveiro, segundo sexo

Sexo/Ano	2020 (janeiro)	2019 (janeiro)	2018 (janeiro)
Feminino	1 322	1 307	1 489
Masculino	1 096	1 122	1 149
Total	2418	2429	2638

Fonte: Segurança Social, Prestações de Desemprego. www.seg-social.pt Acedido a 8 de junho de 2020

Quadro 7 Valor médio do subsídio de desemprego

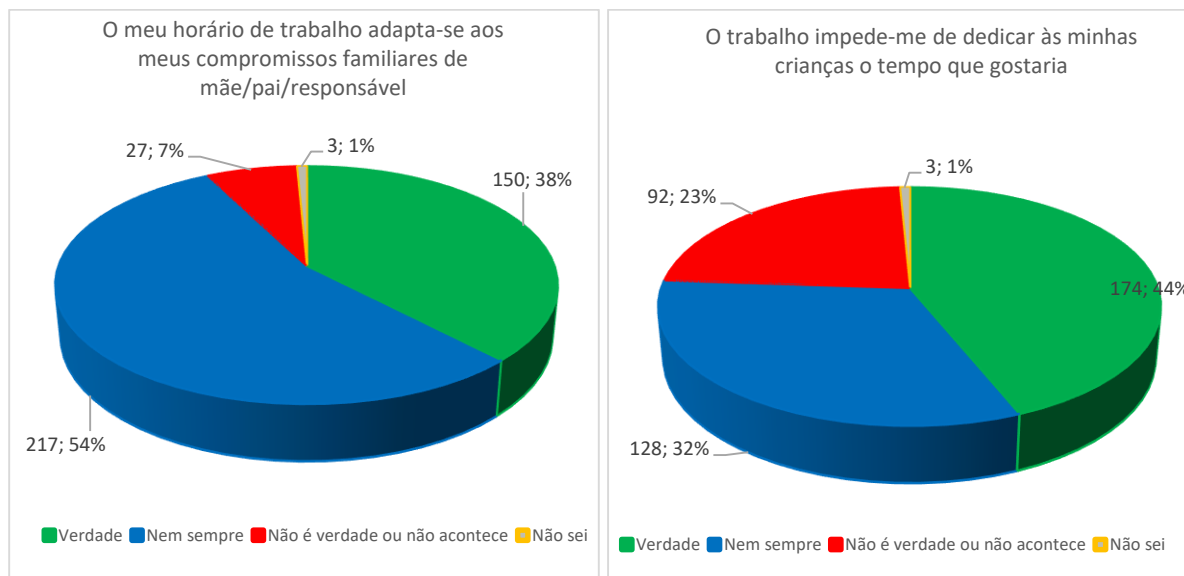
	2019	2018	2017
Aveiro	494,28	516,50	496,55
Portugal	487,99	511,39	485,17

Fonte: Segurança Social, Prestações de Desemprego. www.seg-social.pt Acedido a 8 de junho de 2020

Uma das questões ligadas ao mercado de trabalho que importa refletir prende-se com a conciliação vida profissional/familiar/pessoal. 38% das Famílias inquiridas neste estudo através das Escolas considera que o seu horário de trabalho se adapta aos seus compromissos enquanto mãe/pai/responsável, mas 54% sente que nem sempre tal acontece. Talvez por essa razão, 44% admite que o trabalho impede as Famílias de se dedicarem o tempo que gostariam às suas crianças e 32% considera que nem sempre colide. Apenas 23% refere que o trabalho não condiciona o tempo que passam com as crianças (cf. Figura 9).

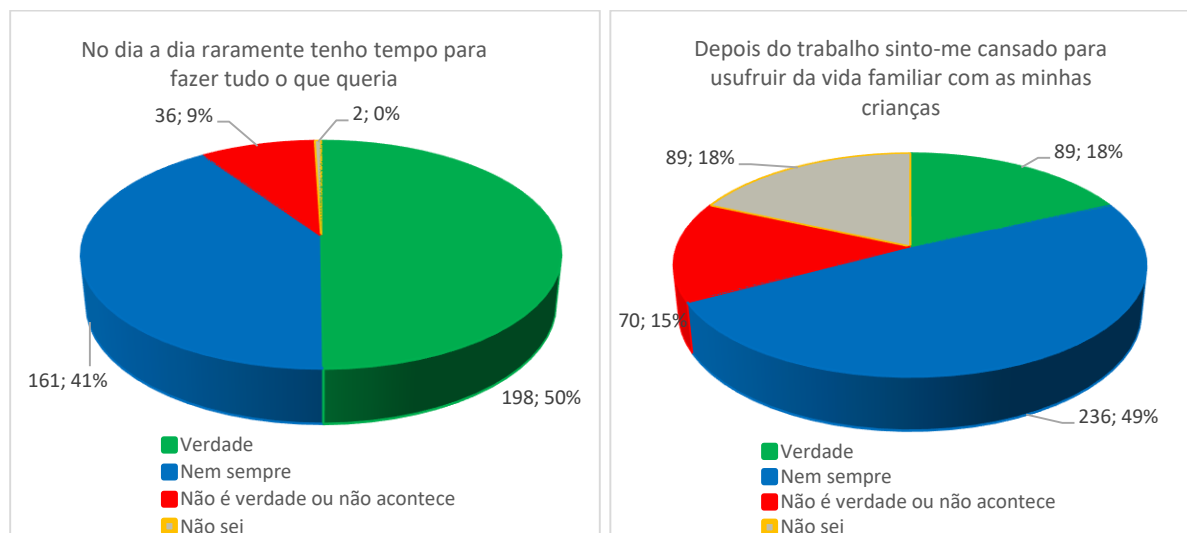


Figura 9 Perspetiva das Famílias inquiridas sobre a conciliação vida profissional/familiar



Fonte: Questionários às Famílias

Na mesma sequência, 50% das Famílias inquiridas refere que raramente tem tempo para fazer tudo o que queria no seu dia a dia e 41% considera que nem sempre tal dificuldade se regista. 18% admite sentir-se cansado para usufruir da vida familiar com as crianças, mas 49% consegue gerir essa energia (cf. Figuras abaixo).

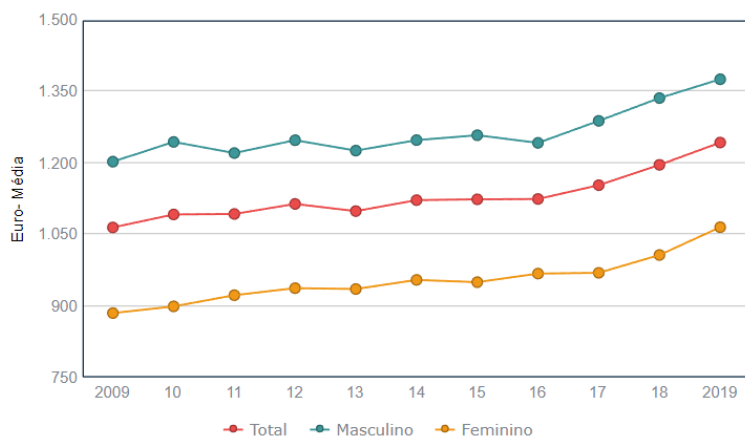


Fonte: Questionários às Famílias

4.2.2 Rendimentos e Poder de Compra

No Concelho de Aveiro tem-se verificado um aumento progressivo no ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem. Porém, persistem as desigualdades salariais entre homens e mulheres, sendo a diferença média registada de cerca de 330€⁶.

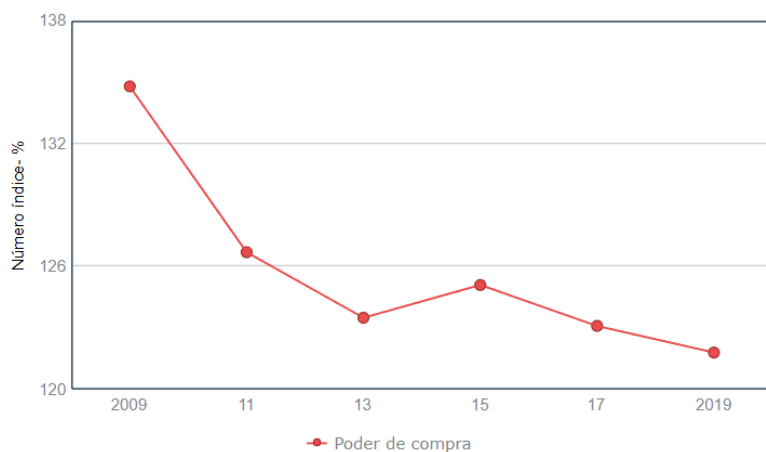
Figura 10 Ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem



Fontes/Entidades: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013), PORDATA. Municípios, Emprego e Mercado de Trabalho, Salário. www.pordata.pt Acedido a 29 de março de 2022

Apesar do aumento de rendimentos, o poder de compra *per capita* em Aveiro tem vindo a diminuir, dado que em 2019 estava 22% acima da média nacional, ao passo que, em 2009, estava 35% acima.

Figura 11 Poder de compra *per capita* em Aveiro



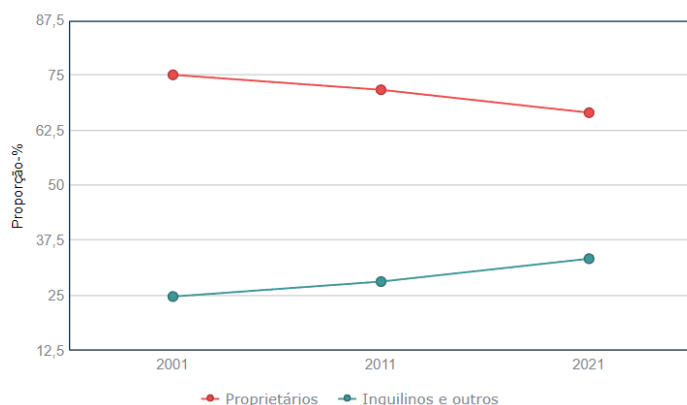
Fontes/Entidades: INE, PORDATA. www.pordata.pt Acedido a 29 de março de 2022

⁶ No Anexo 2 é possível consultar os dados relativos ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem, por setor de atividade económica

4.2.3 Habitação

Dados dos Censos de 2021, revelam que o Município de Aveiro tem 32.857 apartamentos ou moradias de residência habitual, das quais 66,6% são casas próprias e 33,4% são casas arrendadas. Entre 2001 e 2021, tem vindo a diminuir o número de proprietários e a aumentar o número de inquilinos, dados que podem estar associados à diminuição do poder de compra *per capita* e ao aumento do preço das casas.

Figura 12 Alojamentos de residência habitual (%)



Fontes/Entidades: INE, PORDATA. www.pordata.pt Acedido a 29 de março de 2022

Atualmente existem cerca de 527 famílias residentes em habitação social propriedade da Câmara Municipal de Aveiro, das quais 136 são famílias com crianças. Existem ainda 281 famílias que se candidataram ao concurso público para habitação social em 2019, a quem não foi possível dar resposta.

4.2.4 Proteção Social

O Abono de Família para Crianças e Jovens é uma prestação em dinheiro atribuída mensalmente, com o objetivo de compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens. O número de beneficiários desta prestação apresenta um decréscimo na Região de Aveiro, acompanhando a tendência a nível nacional.

Quadro 8 Número de beneficiários do Abono de Família para Crianças e Jovens

	2019	2018	2017
Aveiro	4838	5011	5339
Portugal	1.233.960	1.251.495	1.219.453

Fonte: Segurança Social, Prestações de Parentalidade. www.seg-social.pt Acedido a 8 de junho de 2020

Embora se verifique que tende a existir mais homens beneficiários do Abono de Família para Crianças e Jovens, quando se trata de subsídios por assistência na doença e a descendentes menores ou deficientes (cf. Quadro 9) e de subsídios por assistência a filhos (cf. Quadro 10), as mulheres são claramente as principais beneficiárias.

Quadro 9 Número de pessoas beneficiárias com processamento de subsídio por assistência na doença e descendentes menores ou deficientes, por sexo

	2008	2007	2006
Feminino	4785	4283	3828
Masculino	342	230	173
Total	5127	4513	4001

Fonte: Segurança Social, Prestações de Parentalidade. www.seg-social.pt Acedido a 8 de junho de 2020

Quadro 10 Número de pessoas beneficiárias com processamento de subsídio por assistência a filho/a, por sexo

	2019	2018	2017
Feminino	9638	8 479	7 303
Masculino	1532	1 329	1 036
Total	11170	9 808	8 339

Fonte: Segurança Social, Prestações de Parentalidade. www.seg-social.pt Acedido a 8 de junho de 2020

Relativamente às prestações por parentalidade, os dados demonstram um aumento no número de beneficiários/as com processamento na região de Aveiro, desde 2017.

Quadro 11 Número de beneficiários/as com processamento de prestações para a parentalidade

Sexo/Ano	2019	2018	2017
Feminino	6254	5979	5589
Masculino	5601	5484	5001
Total	11855	11463	10590

Fonte: Segurança Social, Prestações de Parentalidade. www.seg-social.pt Acedido a 8 de junho de 2020

De acordo com dados do ISS, IP - Gabinete de Planeamento e Estratégia, em 2020, existiam 40 titulares com processamento de subsídio por educação especial.

Por seu turno, o Rendimento Social de Inserção é encarado como um novo direito de cidadania sem vinculação à atividade económica, visando não só assegurar o mínimo de subsistência, mas também ser um meio para a (re)inserção social dos indivíduos. O número de famílias com processamento RSI⁷ tem vindo a diminuir quer nacional, quer no Concelho de Aveiro.

⁷ No Anexo 2 é possível consultar os dados relativos ao número de beneficiários por sexo e grupo etário.

Quadro 12 Famílias com processamento de RSI

	2019	2018	2017
Aveiro	6195	6523	6790
Portugal	127 701	134198	134918

Fonte: Segurança Social, Rendimento Social de Inserção. www.seg-social.pt Acedido a 8 de junho de 2020

Numa lógica de complementaridade a estes apoios e face ao contexto socioeconómico existente que levou a uma maior procura pelos serviços de ação social do município, a Câmara Municipal de Aveiro criou uma resposta social designada FAF – Fundo de Apoio às Famílias⁸. Trata-se de um apoio financeiro, de natureza pontual e excepcional, concedido a famílias e indivíduos em situação de carência económica, que se operacionaliza na comparticipação, por exemplo de despesas de renda, água, eletricidade e gás. Entre 2015 e 2018, o Município apoio 130 agregados familiares. Este apoio é realizado numa lógica de complementaridade à intervenção social concelhia desenvolvida pelas entidades parceiras da Rede Social concelhia.

Segundo a Carta Educativa do Município de Aveiro, no que concerne aos apoios sociais escolares no 1.º ciclo, houve uma diminuição do número de alunos beneficiados, em ambos os escalões, no ano letivo 2018/2019. Contudo, é possível observar que existiu um aumento do valor total investido para estes apoios.

Quadro 13 Número de crianças abrangidas pelo SASE, por idade e sexo, segundo os escalões

Ano letivo	Escalação A		Escalação B		Total	
	Beneficiários	Valor Total	Beneficiários	Valor Total	Beneficiários	Valor Total
2017-2018	521	14.130€	401	5.310€	922	19.440€
2018-2019	452	16.200€	387	6.804€	839	23.004€

Fonte: Carta Educativa do Município de Aveiro de 2019. www.cm-aveiro.pt.

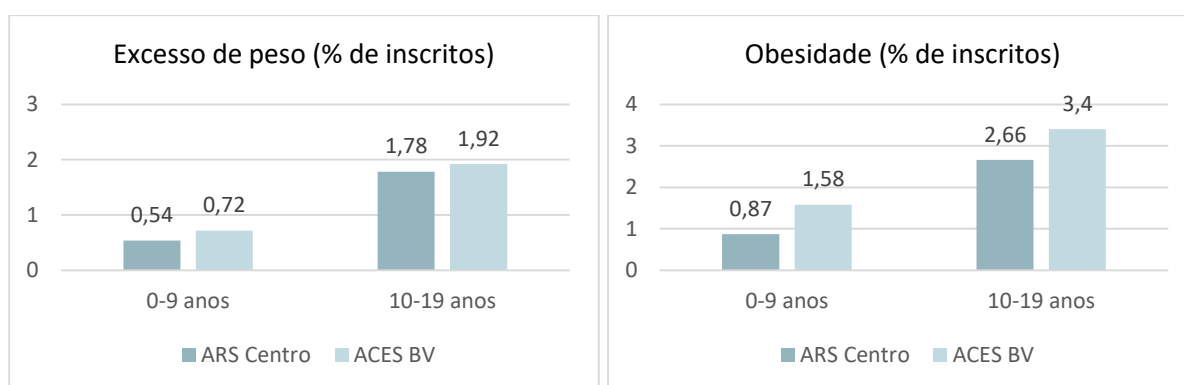
No ano letivo de 2017/2018, apenas 19,88 % das crianças tinha garantido o pagamento na totalidade das refeições e 13,26 % tinha comparticipação no custo das refeições; as restantes (66,86 %) não usufruíam deste apoio.

⁸ Regulamento publicado no Diário da República – 2.ª série, n.º 77/2015 de 21 de abril

4.2.5 Saúde

O Plano Local de Saúde do ACES Baixo Vouga (2016-2020) identificou como problemas prioritários: 1) as doenças do aparelho circulatório, 2) os tumores malignos, 3) a diabetes, 4) a obesidade e o excesso de peso, 5) as perturbações depressivas. No que concerne aos problemas de obesidade e excesso de peso, o mesmo documento revela que a percentagem de inscritos no ACES BV é superior aos inscritos na ARS Centro (cf. Figura 13).

Figura 13 Percentagem de inscritos com excesso de peso e obesidade - ARS Centro e ACES BV



Fonte: Plano Local de Saúde do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga 2016-2020. Acedido a 4 de maio de 2022

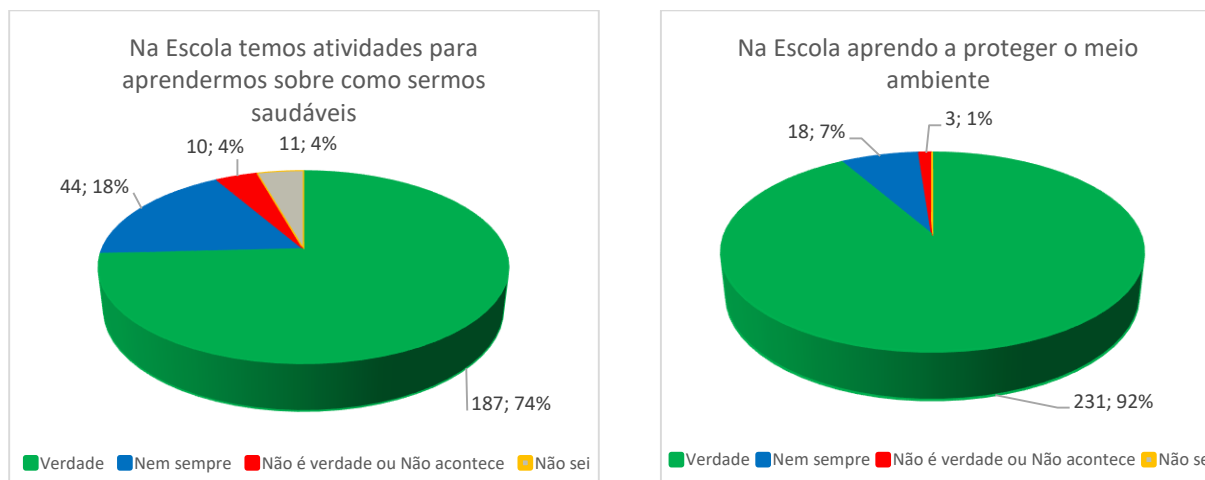
Em 2019, a taxa de obesidade em Portugal era de 55,9% ao passo que na UE27 era de 52,7%⁹. Considerando a pertinência deste tema, têm surgido várias iniciativas para promover hábitos alimentares mais saudáveis. Por exemplo, no ano letivo 2019/2020 inscreveram-se no Programa Eco-Escolas 31 Escolas/Instituições do Concelho de Aveiro, das quais 19 trabalharam o tema da Alimentação, resultado da auditoria ambiental realizada, a qual revelou que a média de alunos inquiridos que consomem regularmente sopa, legumes, leite/iogurtes e fruta é de 51 a 80%; enquanto a média de alunos inquiridos que consomem regularmente bolos, doces e refrigerantes é de 26% a 50%.

No âmbito deste estudo foi possível apurar, a partir dos questionários aplicados, que 74% das crianças inquiridas reconhece que na Escola têm atividades para aprenderem a ser saudáveis e 92% admitem que aprendem como devem proteger o meio ambiente.

⁹ PORDATA – Taxa de obesidade 2019. Acedido a 4 de maio de 2022.



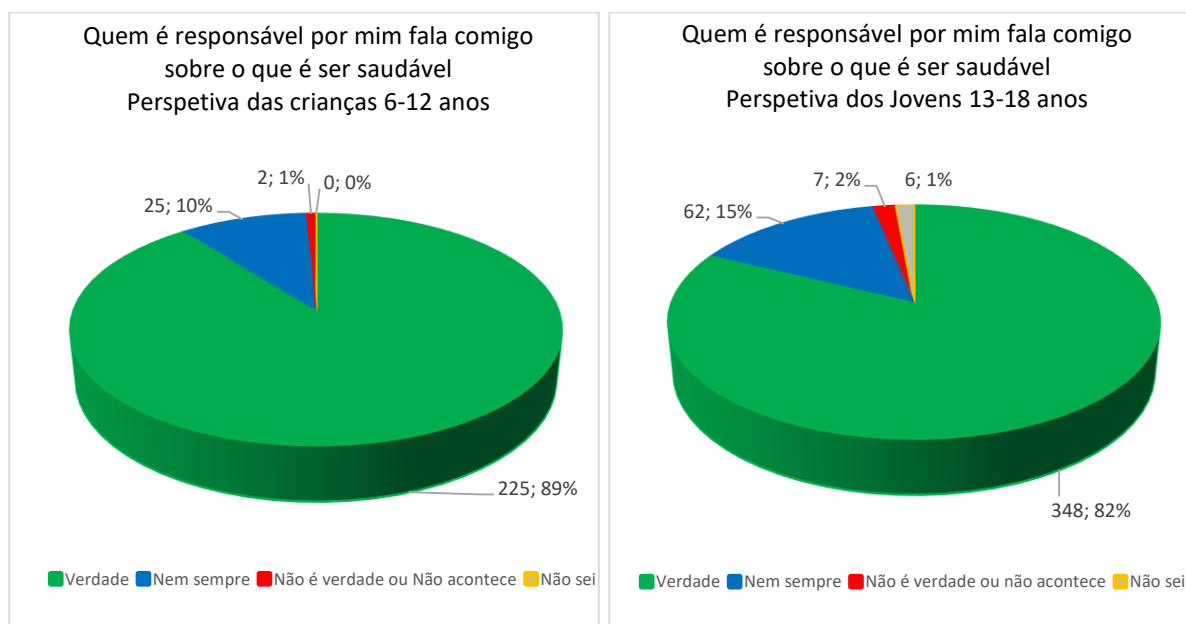
Figura 14 Perspetiva das crianças sobre atividades realizadas na Escola para aprenderem a ser saudáveis e a proteger o ambiente



Fonte: Questionários para crianças e jovens

O mesmo acontece em casa, verificando-se que 89% das crianças e 82% dos jovens inquiridos admitem que quem é responsável por eles os instrui sobre o que devem fazer para serem saudáveis (cf. Figura 9). Esta perspetiva é corroborada pelas 374 Famílias (o equivalente a 94% das Famílias inquiridas) que reconhece que se preocupa sempre com a alimentação das suas crianças e jovens. Porém, apenas 57% dos jovens considera ter uma alimentação saudável em casa.

Figura 15 Quem é responsável por mim fala sobre o que é ser saudável - Perspetiva das Crianças e Jovens



Fonte: Questionários para crianças e jovens

4.3. As Crianças e o Direito ao Desenvolvimento

A educação é uma componente básica de qualquer política de desenvolvimento, não só como bem em si e como mais eficaz instrumentação de cidadania, mas também como primeiro investimento no desenvolvimento de competências.

4.3.1 Escolarização e (in)sucesso escolar

Estima-se que em 2011 cerca de 92% da população residente no concelho de Aveiro era escolarizada, concentrando-se o maior número de pessoas com o 1.º Ciclo, seguido do Ensino Superior (cf. Quadro 14).

Quadro 14 População residente com 15 e mais anos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado

Sem Escolaridade		1.º Ciclo		2.º Ciclo		3.º Ciclo		Ensino Secundário		Ensino Superior	
H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
1.460	3.309	6.897	8.140	4.471	3.757	7.144	6.279	5.138	5.372	5.881	8.520
4.769		15037		8 228		13 423		10 510		14 401	
61 599											

Fonte: PORDATA, Municípios. Acedido a 25 de julho de 2020

Relativamente aos alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino, em percentagem da população residente, no ano de 2019, o concelho de Aveiro apresentou valores superiores à média nacional, à média da região centro e à média do distrito de Aveiro.

Quadro 15 Percentagem de alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino

	Total	Pré-escolar	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Ensino Secundário	CET
Portugal	15,74	2,37	3,83	2,13	3,48	3,88	0,05
Centro	14,47	2,19	3,41	1,91	3,22	3,71	0,03
Região de Aveiro	15,30	2,38	3,67	2,04	3,30	3,88	0,02
Aveiro	19,53	2,77	4,31	2,32	4,10	5,96	0,07

Fonte: PORDATA, Municípios. Acedido a 25 de julho de 2020

No que se refere à taxa de escolarização definida através da relação entre o número de crianças que frequentam a escola e o número de crianças residentes, verifica-se que o concelho de Aveiro apresentou resultados superiores em relação à média da região de Aveiro no ano letivo 2017/2018. Estes resultados poderão evidenciar um maior reconhecimento da escolarização por parte da

comunidade e as melhorias do sistema de ensino. Ademais, a sua atratividade para a frequência de estabelecimentos de ensino aí localizados poderá explicar também esta diferença, especialmente no que diz respeito ao ensino secundário.

Quadro 16 Taxa de escolarização no concelho de Aveiro, no ano letivo 2017/2018

2017/2018	Educação Pré Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	
		Total	1.º Ciclo	2.º Ciclo		3.º Ciclo
Portugal Continental	93,7	108,7	101,9	110,4	116,0	121,7
Centro	97,1	108,2	102,7	108,6	114,6	120,8
Região de Aveiro	97,8	109,8	104,4	111,4	115,5	118,2
Aveiro	103,8	125,0	112,1	125,5	142,3	199,1

Fonte: PORDATA, Alunos, Ensino Não Superior, www.pordata.pt Acedido a 13 de junho

Relativamente à evolução da taxa bruta de escolarização no concelho, os valores têm-se mantido estáveis, acima da média nacional (cf. Figuras abaixo)¹⁰.

Figura 16 Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%)

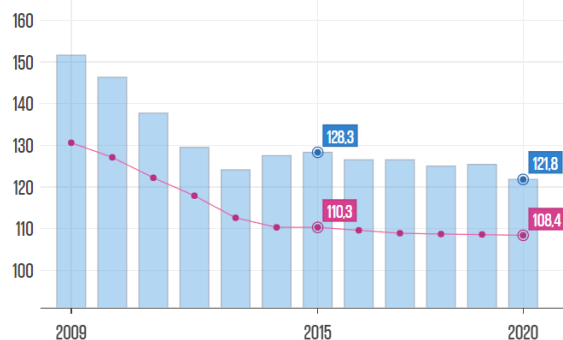
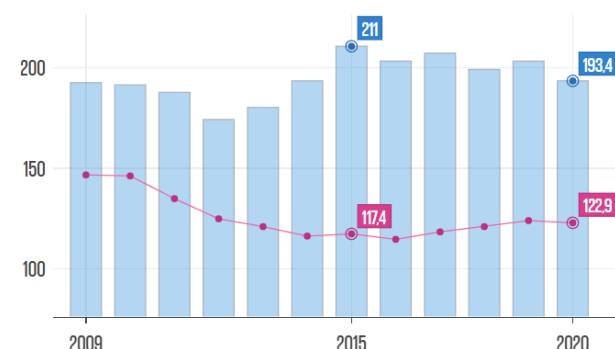


Figura 17 Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)



Fonte: ODS local – Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, <https://odslocal.pt>. Acedido a 9 de maio de 2022

¹⁰ No Anexo 3 é possível consultar os dados relativos à taxa bruta de escolarização por sexo e nível de ensino.

As Figuras 18 e 19 demonstram como a taxa de transição/conclusão do ensino básico e secundário no Município de Aveiro também se tem mantido acima da média nacional.

Figura 18 Taxa de transição/conclusão do ensino básico (%)

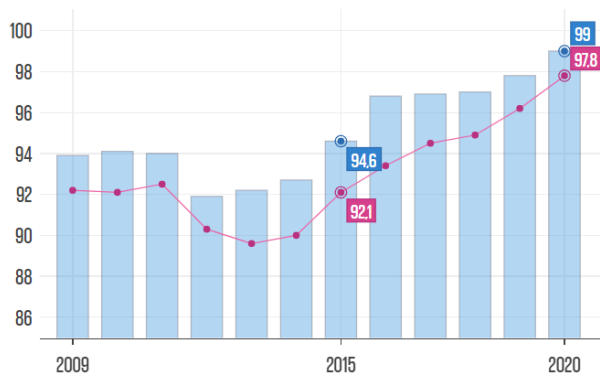
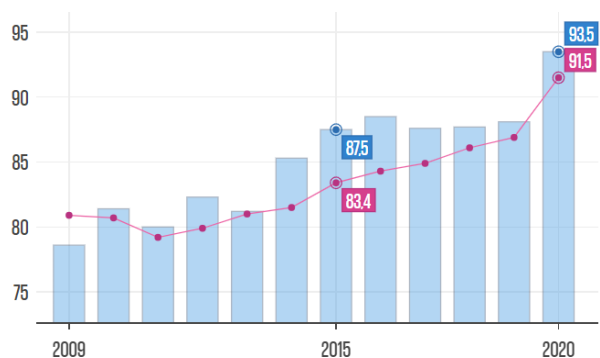


Figura 19 Taxa de transição/conclusão do ensino secundário (%)



Fonte: ODS local – Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, <https://odslocal.pt>. Acedido a 9 de maio de 2022

4.3.2 Insucesso Escolar

O insucesso escolar é uma problemática que preocupa e desperta a atenção de toda a comunidade, desde governantes, comunidade educativa, pais, técnicos especializados e parceiros. Apesar da tendência nacional para o aumento da taxa de retenção e desistência (cf. Anexo), ao observarmos a realidade do concelho de Aveiro no ano letivo 2017/2018, poder-se-á dizer que este apresenta melhores resultados, exceto no 2.º Ciclo (cf. Quadro 17)¹¹.

¹¹ No Anexo 3 é possível consultar os dados relativos à taxa de retenção e desistência no ensino básico regular por sexo.

A taxa de desistência e retenção destaca-se no 2.º ciclo, com maior relevância no 6.º ano, apresentando uma maior diferença da média do distrito. Assim, o 6.º ano merece um olhar mais atento e ponderado, revelando a necessidade de se refletir acerca da ativação de respostas de apoio complementar para o 2.º Ciclo de ensino.

Quadro 17 Taxa de retenção e desistência

	Total	1ºCiclo					2ºciclo			3º Ciclo			
		Total	1º	2º	3º	4º	Total	5º	6º	Total	7º	8º	9º
Concelho de Aveiro	3,0	1,2	0,0	3,3	1,1	0,5	3,9	3,4	4,4	4,7	4,8	5,0	4,3
Distrito de Aveiro	3,5	2,1	0,0	5,4	1,6	0,9	2,8	2,7	2,9	5,6	7,3	5,1	4,9

Fonte: DGEEC. Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário/Diversos. www.dgeec.mec.pt Acedido a 13 de junho de 2020

Quanto ao ensino secundário, a nacional apresenta níveis de retenção e de desistência mais elevados, realidade semelhante em termos distritais e do próprio concelho de Aveiro, com destaque para o 12.º ano dos cursos científico humanísticos, tecnológicos e profissionais e os cursos gerais/científico humanístico.

Quadro 18 Taxa de retenção e desistência por curso

	Curso científico humanístico, tecnológicos e profissionais				Curso gerais/científico humanístico			Curso técnico/tecnológico e profissionais				
	Total	10º	11ºº	12º	Total	10.º	11.º	12.º	Total	10.º	11.º	12.º
Concelho de Aveiro	12,3	8,1	7,2	21,2	14,6	12,2	8,3	23,0	8,2	1,3	5,0	17,9
Distrito de Aveiro	12,0	9,6	6,2	20,7	14,6	13,0	7,2	23,4	8,3	5,1	4,9	16,3
Região Centro	12,2	9,7	6,0	21,4	14,6	13,1	7,3	23,4	8,5	4,7	3,9	18,2

Fonte: DGEEC. Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário/Diversos. www.dgeec.mec.pt Acedido a 13 de junho de 2020



4.3.3 Creche e Ensino Pré-Escolar

A Creche é um recurso destinado a crianças com idades até aos 3 anos que pretende proporcionar o bem-estar e o desenvolvimento completo das crianças num clima de segurança afetiva e física, durante o afastamento parcial e temporário do seu meio familiar, através de um atendimento personalizado e individualizado. Para além disso, as creches visam colaborar estreitamente com a família, ajudando e partilhando com a mesma a responsabilidade no processo evolutivo das crianças.

Existem 29 equipamentos com resposta de Creche (instituições da rede solidária e da rede privada), tendo capacidade para apoiar 1.363 crianças. De acordo com os dados disponibilizados pelo Sistema de Informação da Segurança Social, estima-se que em Junho de 2020 existiam 1318 crianças a frequentar as Creches com Acordos de Cooperação no concelho de Aveiro. A rede privada sem fins lucrativos (solidária) integra 25 creches com capacidade para 1344 crianças, dando resposta a um total de 1264 crianças. Por sua vez, a rede privada com fins lucrativos dispõe de 4 creches com uma capacidade para 118 utentes, prestando resposta a 99 utentes¹². Estes dados sugerem que as vagas não têm sido todas preenchidas, porém, na prática, têm-se verificado dificuldades para encontrar vagas. Ou seja, tendem a existir mais crianças a frequentar os equipamentos de Creche do que aquelas que residem no concelho de Aveiro, facto que poderá estar associado à elevada atratividade do concelho, nomeadamente pela proximidade destes serviços aos locais de trabalho das Pais.

Por seu turno, a Educação Pré-Escolar destina-se às crianças compreendidas entre os 3 e a idade de ingresso no ensino básico (5-6 anos). A sua frequência é facultativa, sendo reconhecido à família o papel principal no processo de educação pré-escolar. Vários estudos têm relevado que a frequência do pré-escolar é uma das melhores ferramentas para combater o insucesso escolar.

De acordo com a Carta Educativa do Município de Aveiro (2019), existem 49 equipamentos de Educação Pré-Escolar em Aveiro, dos quais 25 pertencem à Rede Pública, 22 à Rede Solidária e 6 à Rede Privada, dando resposta a mais de 2000 crianças.

4.3.4 Inclusão

Na educação pretende-se promover a igualdade de oportunidades e de participação de e para todos os alunos – “escola para todos”. Neste sentido, procura-se, através de um conjunto de ofertas educativas, responder às necessidades educativas especiais de carácter permanente das crianças e

¹² Cf. Carta Social

jovens com limitações ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia e do relacionamento e participação sociais.

O quadro que se segue apresenta as respostas educativas existentes no concelho de Aveiro, no ano letivo 2019/2020.

Quadro 19 Respostas educativas diferenciadas existentes no concelho no ano letivo 2019/2020

Unidade Orgânica	Resposta
Agrupamento de Escolas de Aveiro	Escolas de Referência no Domínio da Visão
Escolas de Aveiro	SNIPi - Sistema Nacional de intervenção Precoce na Infância - Rede Escolas Referência
Agrupamento de Escolas de Oliveirinha	Percursos Curriculares Alternativos
Agrupamento de Escolas de Eixo, Aveiro	CRTIC - Centros de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

Fonte: DGEST, Inclusão e Sucesso Educativo. <https://www.dgeste.mec.pt>. Acedido a 13 de junho de 2020

No que se refere às necessidades de educação especial, no ano letivo de 2019/2020 (no 1.º período) observou-se que em todos os níveis de ensino existiam crianças a serem acompanhadas, contudo a maior incidência é no 2º e 3º ciclo do ensino regular, destacando-se os alunos do sexo masculino¹³.

Quadro 20 Número de alunos com necessidades educativas especiais

Nível de Ensino	Alunas		Alunos	
	N.º	%	N.º	%
Pré Escolar	3	0,8%	8	1,8 %
1.º Ciclo	66	4,5%	97	6,4%
2.º Ciclo	57	6,9%	92	9,8%
3.º Ciclo	77	6,1%	143	10,8%
Secundário	67	4,7%	79	6,1%

Fonte: Dados disponibilizados pela DGEST. Enviados a 9 de julho de 2020.

O Município de Aveiro dispõe de uma Carta Educativa que se trata de um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor

¹³ No Anexo 3 é possível consultar os dados relativos ao número de alunos com necessidades educativas especiais.



utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento sócio demográfico de cada município (artº10.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro).

O PAEMA- Programa de Ação Educativa do Município de Aveiro é outro documento estratégico que visa fomentar a participação, a implicação e a responsabilização de todos os Parceiros, integrando um vasto conjunto de ações e projetos de diferente tipologia de modo a enriquecer as experiências das crianças e jovens do concelho.

4.3.5 Projeção do município face aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável Agenda 2030

No Eixo de Educação de Qualidade que tem como objetivo principal *“Garantir o Acesso à Educação Inclusiva, de Qualidade e Equitativa, e Promover oportunidades de Aprendizagem ao Longo da Vida para Todos”*, apresentamos o posicionamento do município de Aveiro nos seguintes indicadores de referência:

Quadro 21 Projeção do município face ao conjunto de indicadores de Educação de Qualidade (ODS)

Irá atingir o valor-meta até 2030	Não irá atingir o valor-meta e ficará a menos de metade do caminho até 2030	Não irá atingir o valor-meta e ficará aquém do valor base até 2030
<p>Taxa de transição/conclusão do ensino secundário.</p> <p>Taxa de Transição/conclusão no ensino básico.</p> <p>Taxa bruta de pré escolarização.</p> <p>Taxa bruta de pré escolarização no ensino básico.</p> <p>Taxa bruta de pré escolarização no ensino secundário</p>	<p>Proporção de estabelecimentos públicos e privados do Ensino Pré-Escolar dependentes do Estado.</p> <p>Proporção de indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos de educação e formação de adultos.</p>	<p>Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens.</p> <p>Número médio de alunas/os por computador com ligação à internet matriculadas/os no ensino não superior.</p> <p>Número médio de alunas/os por computador matriculadas/os no Ensino Básico.</p>

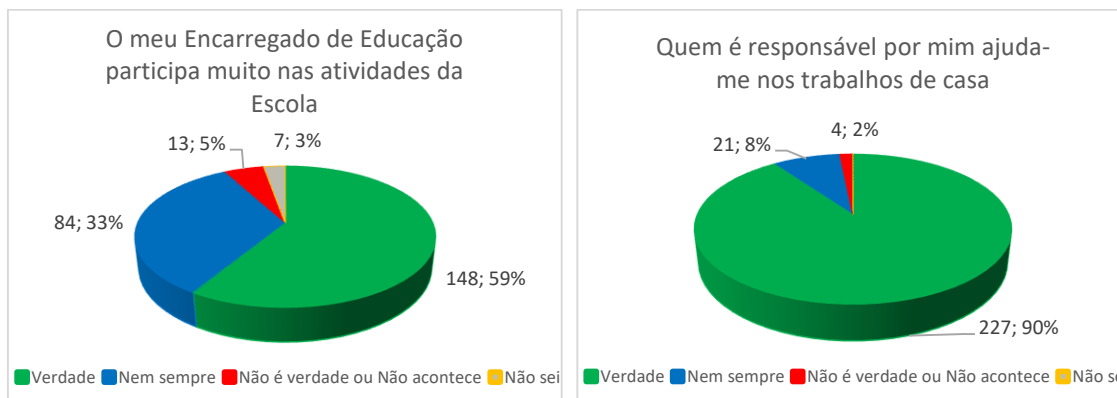
Fonte: Observatório de Desenvolvimento Sustentável Local. www.odslocal.pt Acedido a 12 de maio de 2022

4.3.4 O que dizem as crianças acerca da sua relação com a escola?

No que concerne ao apoio e envolvimento dos pais no seu processo educativo, cerca de 59% das crianças inquiridas refere que os seus pais/Encarregados de Educação participam muito nas atividades da escola, sendo que 33% refere que isso nem sempre acontece. Quanto ao apoio nos trabalhos de casa, a grande maioria (90%) afirma ter ajuda por parte dos pais/EE nestas tarefas.



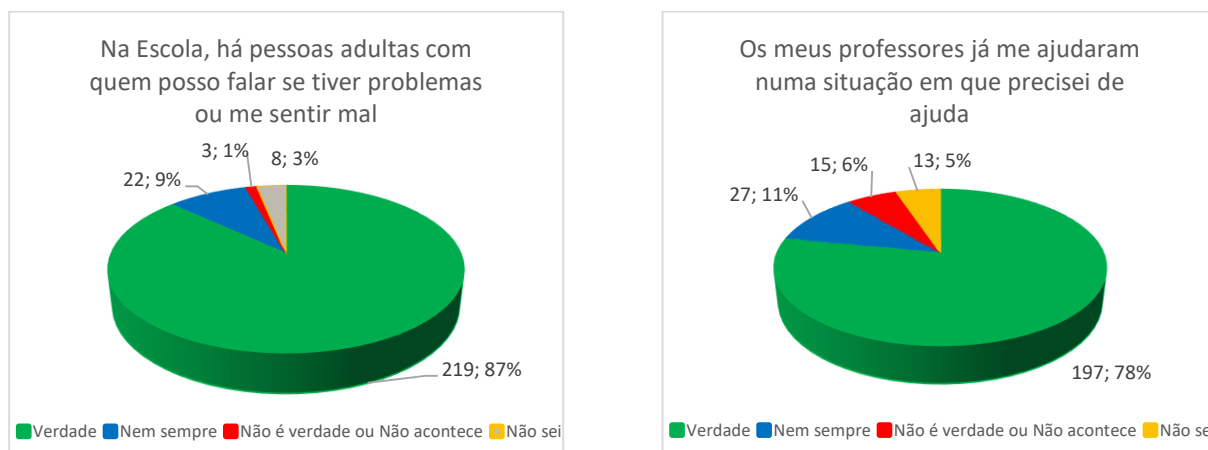
Figura 20 Perspetiva das crianças sobre o apoio e envolvimento dos pais/EE nas atividades e trabalhos da Escola



Fonte: Questionários para crianças

No que toca à relação com a comunidade educativa, 87% das crianças questionadas reconhecem que podem conversar com estas figuras escolares se tiverem problemas e ou sentirem mal e 78% admite inclusivamente que os professores já as ajudaram nos momentos em que tiveram necessidade de apoio.

Figura 21 Perspetiva das crianças sobre o apoio que a comunidade educativa pode prestar se precisarem

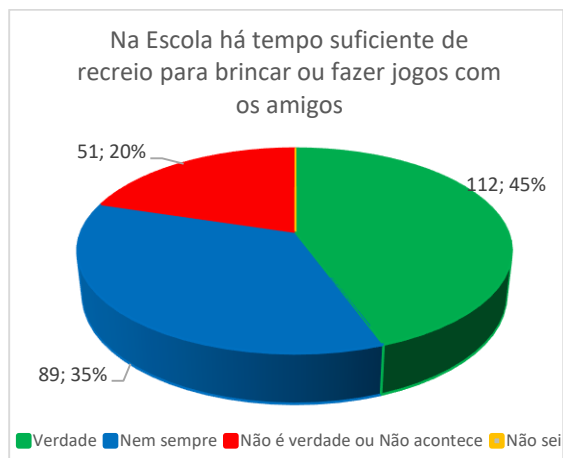


Fonte: Questionários para crianças

A maior parte das crianças inquiridas demonstra-se informada sobre os seus direitos, pois apenas 10% referiu desconhecê-los. No que respeita ao direito a brincar, em particular, a opinião das crianças divide-se: 45% afirmam que na sua escola há tempo suficiente de recreio, 35% descreve que tal nem sempre acontece e 20% assume tal não acontecer.



Figura 22 Perspetiva das crianças sobre o tempo para brincar na Escola

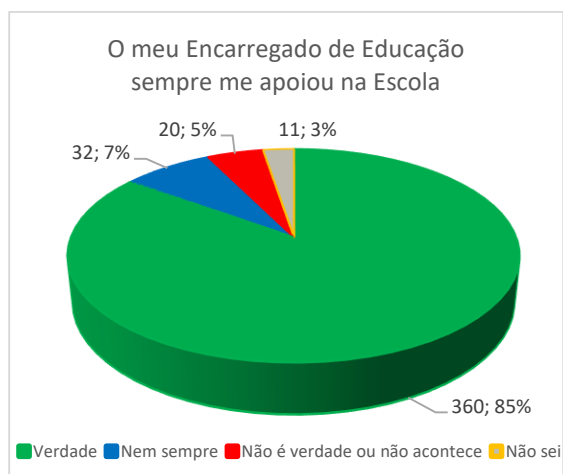


Fonte: Questionários para crianças

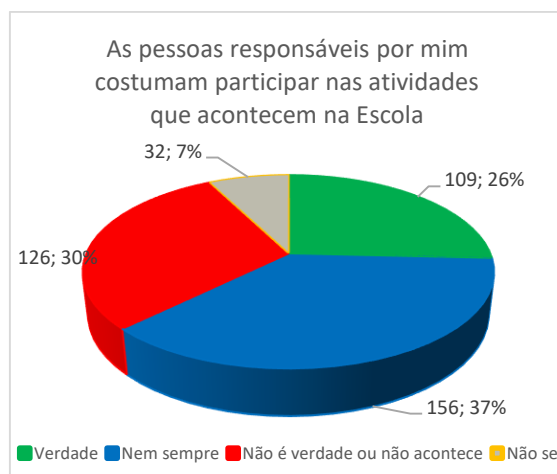
4.3.5 O que dizem os jovens acerca da sua relação com a escola?

À semelhança dos resultados acima obtidos, também os jovens (85%) reconhecem que os seus pais/Encarregados de Educação sempre os apoiaram na Escola. Porém, a participação dos pais/EE tende a diminuir à medida que os jovens avançam no ciclo de estudos.

Figura 23 Perspetiva dos jovens sobre o apoio e envolvimento dos pais/EE nas atividades e trabalhos da Escola

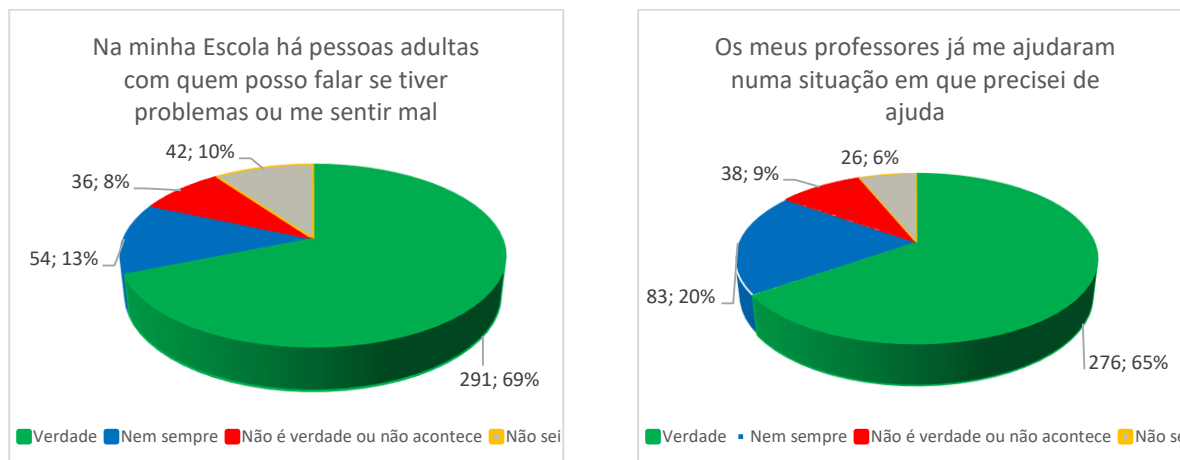


Fonte: Questionários para jovens



No que concerne à relação com a comunidade educativa, 69% dos jovens inquiridos consideram que podem conversar com estas figuras escolares se tiverem problemas ou se sentirem mal e 65% reconhece inclusivamente que os professores já os ajudaram numa situação em que tiveram necessidade de apoio.

Figura 24 Perspetiva dos jovens sobre o apoio que a comunidade educativa pode prestar se precisarem

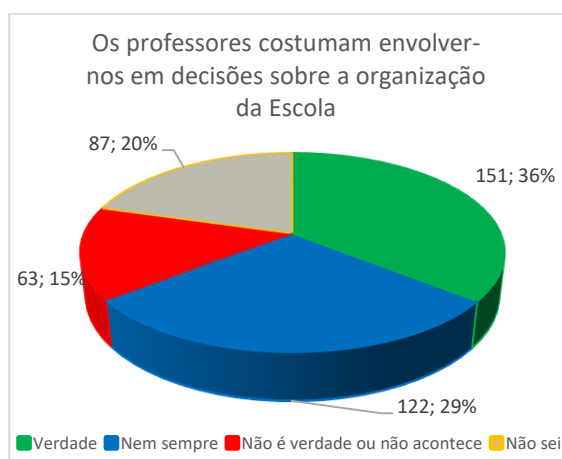


Fonte: Questionários para jovens

Embora com menos expressão, comparativamente com as crianças, mas também os jovens se demonstram informados sobre os seus direitos: 46% recorda-se que abordaram esta temática na Escola, 18% considera que nem sempre tal acontece, 17% refere que não é verdade/não aconteceu e 19% não sabe.

Sendo a participação um dos direitos consagrados, verifica-se que 36% dos jovens inquiridos reconhece que os professores costumam envolvê-los nas decisões sobre a organização da Escola, 29% considera que isso nem sempre acontece, 15% refere que não acontece e 20% não sabe.

Figura 25 Perspetiva dos jovens sobre a sua participação em decisões sobre a organização da Escola



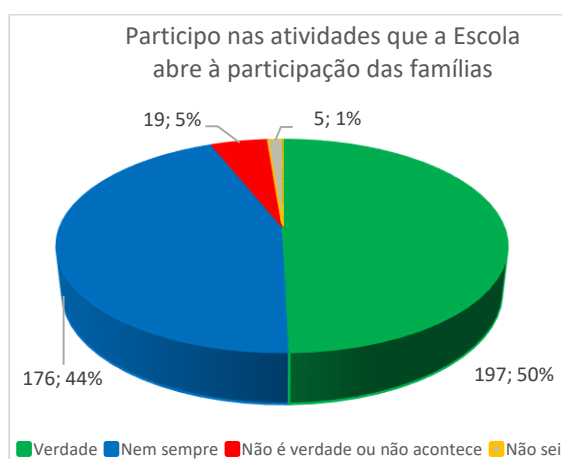
Fonte: Questionários para jovens



4.3.6 O que dizem as famílias acerca da sua relação com a Escola?

Corroborando a perspetiva das crianças e dos jovens, também a maior parte das famílias (91%) inquiridas junto das Escolas considera que sempre apoiou os seus educandos nos estudos de acordo com o que sabem e/ou conseguem fazer com eles, e 86% das famílias refere que sempre que é convocada vai às reuniões. Porém, quando questionadas sobre a sua participação nas atividades da Escola, 50% admite que participa, 44% nem sempre e 5% refere que tal não acontece. Relacionando com a perspetiva das crianças e dos jovens, verifica-se que a participação das famílias tende a ser maior quanto menor for a idade dos seus educandos, por isso é que 59% das crianças reconhece que os seus pais/EE participam nas atividades da Escola, enquanto apenas 26% dos jovens partilha da mesma opinião.

Figura 26 Perspetiva das famílias sobre a sua participação nas atividades da Escola



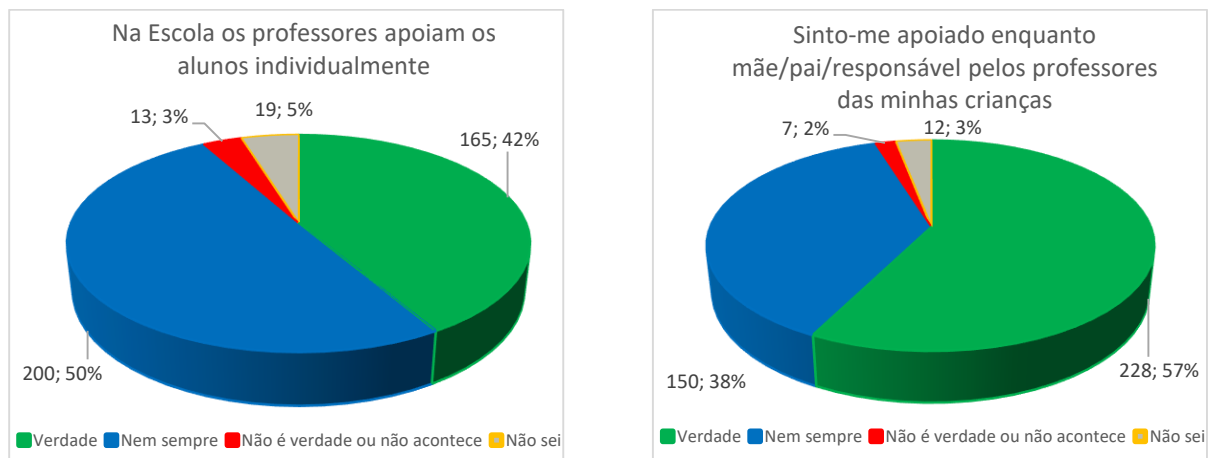
Fonte: Questionários para Famílias

Quando questionadas se a Escola desenvolve atividades que os seus filhos/educandos gostam de fazer, 43% das famílias admite ser totalmente verdade, ao passo que 53% refere que tal nem sempre se verifica. Este dado poderá estar associado aos resultados obtidos sobre a participação dos vários intervenientes na organização/atividades da Escola.

Embora quer a maioria das crianças, quer dos jovens, reconheçam que a comunidade educativa os pode apoiar se precisarem, a perspetiva das famílias não é tão expressiva, pois 42% referiram que tal facto é totalmente verdade, 50% considera que nem sempre e 5% não sabe. Por outro lado, 57% sente-se apoiado (enquanto mãe/pai/responsável) pelos/as professores/as dos/as seus/suas filhos/as e 38% refere que nem sempre tal acontece. Apenas 2% considera que tal não acontece e 3% não sabe (cf. Figuras abaixo).



Figura 27 Perspetiva das famílias sobre o apoio que a comunidade educativa pode prestar aos seus filhos se precisarem



Fonte: Questionários para Famílias

Ademais, quando questionadas se têm interesse em participar em atividades que contribuem para o desenvolvimento de competências parentais, 88% das famílias inquiridas junto de IPSS e Associações refere que tem interesse.

Por último, cerca de 53% das famílias afirma que a Escola nem sempre corresponde aos gostos e interesses das crianças.

Figura 28 Perspetiva das famílias sobre a forma como a Escola corresponde aos gostos e interesses das crianças



Na caixa de comentários acerca do tema “Educação”, as famílias identificaram algumas questões que as preocupam como “a carga horária elevada”; e as dificuldades em “disponibilizar atempadamente, os apoios a crianças com dificuldades de aprendizagem”. Identificaram, ainda, sugestões e necessidades, nomeadamente a possibilidade da Escola disponibilizar atividades mais diversificadas como o desporto e as artes, mas também a necessidade de se promover “uma aprendizagem mais

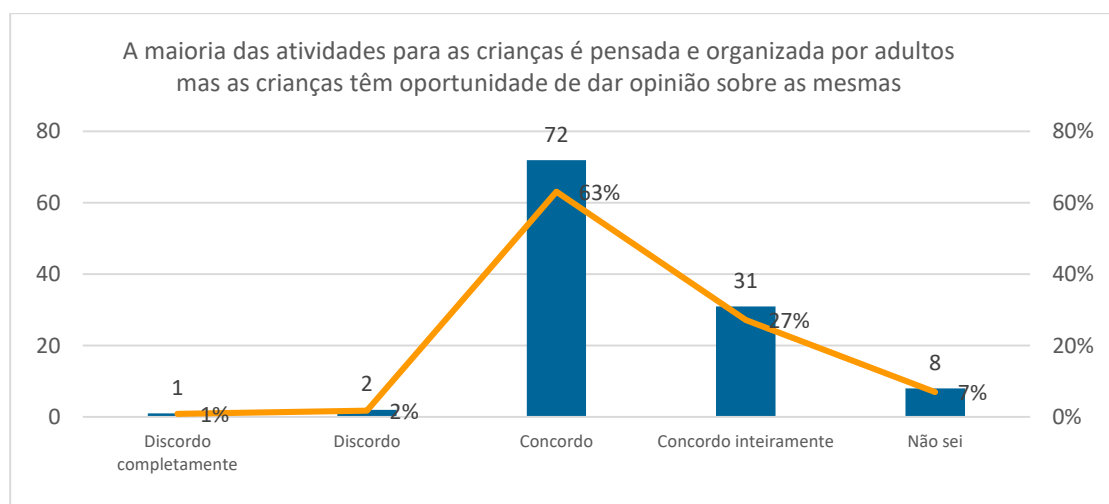


autónoma e centrada na criança/jovem, tendo por base os valores que os seus pais e comunidade querem atingir”.

4.3.7 O que dizem as Escolas acerca do seu trabalho e relação com os alunos e famílias?

A maior parte das Escolas afirma que promove regularmente atividades com as crianças dando-lhes a conhecer os seus direitos (55% concorda e 30% concorda plenamente). Além disso, reconhecem que a maioria das atividades para as crianças é pensada e organizada pelos adultos, não obstante as crianças têm oportunidade de dar a sua opinião (cf. Figura abaixo).

Figura 29 Perspetiva das Escolas sobre a integração da opinião das crianças nas atividades

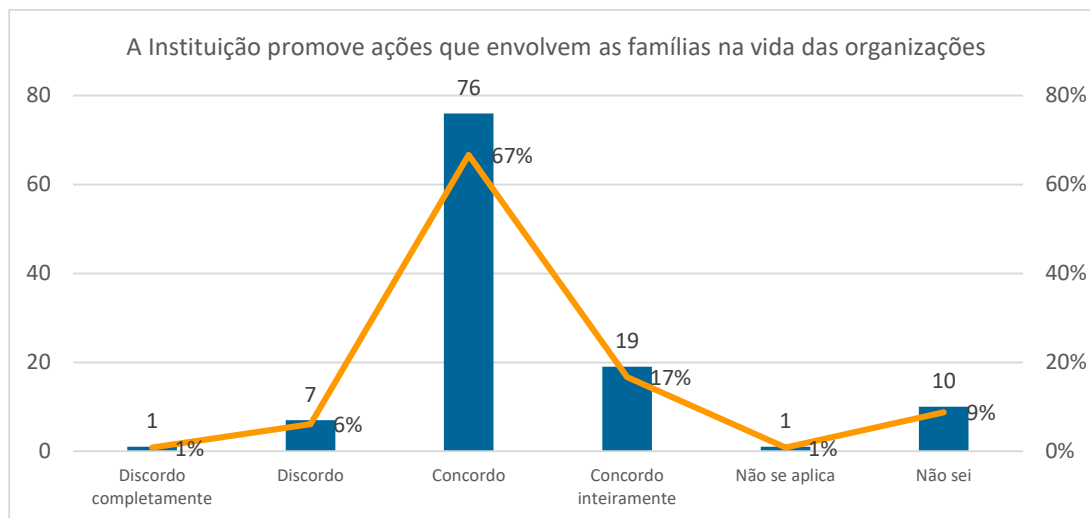


Fonte: Questionário de autodiagnóstico para entidades com intervenção na infância e juventude

Assim, quando questionadas se as crianças participam nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito, 64% concorda e 15% concorda inteiramente. Apenas 20% discorda ou não sabe.

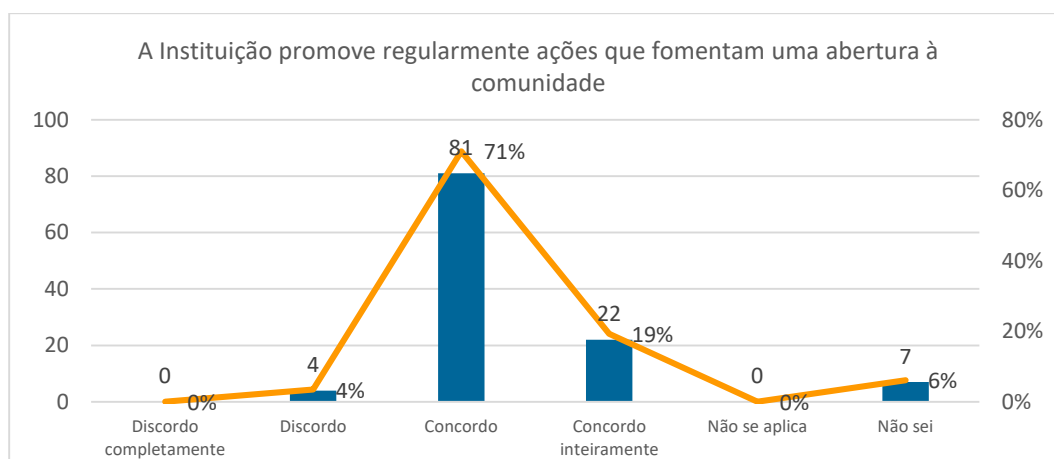
Quanto à promoção da participação das famílias e da comunidade, a maior parte das Escolas também considera que incentiva o envolvimento destes atores, (cf. Figuras abaixo).

Figura 30 Perspetiva das Escolas sobre o envolvimento das famílias na vida das organizações



Fonte: Questionário de autodiagnóstico para entidades com intervenção na infância e juventude

Figura 31 Perspetiva das Escolas sobre o envolvimento da comunidade na vida das organizações



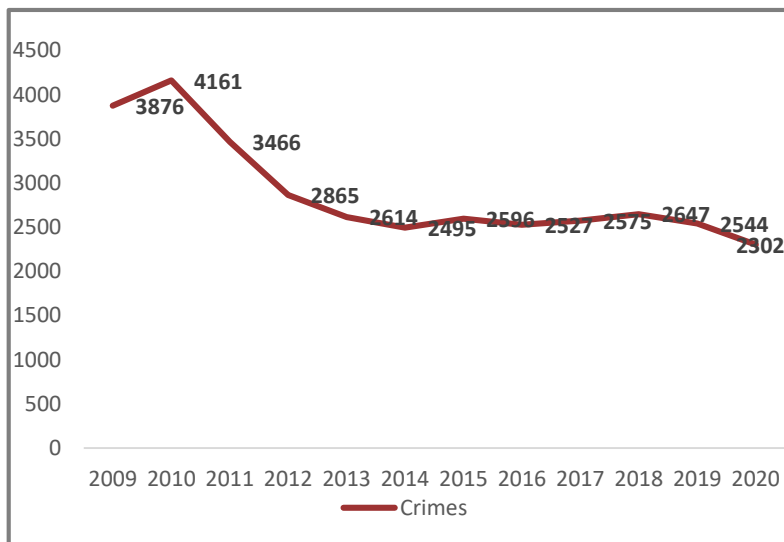
Fonte: Questionário de autodiagnóstico para entidades com intervenção na infância e juventude - Escolas

4.4. As Crianças e o Direito à Proteção

Partindo para o Eixo da Proteção, importa fazer um enquadramento acerca da criminalidade em Aveiro. É possível constatar que a partir de 2009 os crimes registados no concelho apresentam na sua generalidade uma tendência decrescente, evidenciando-se o decréscimo de 9,5% entre os anos de 2019 e 2020.

Entre 2019 e 2020, os crimes registados pelas polícias em Aveiro diminuíram de 2.544 para 2.302 (um decréscimo de 9,5%).

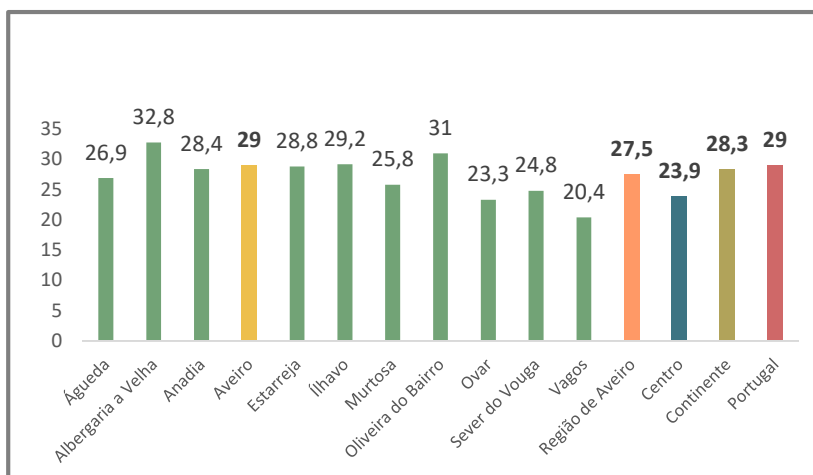
Figura 32 Crimes registados pelas polícias em Aveiro entre os anos de 2009 a 2020



Fonte: Pordata. www.pordata.pt. Acedido a 9 de maio de 2022

Em 2020, face à população residente, a incidência de crimes registados pelas polícias do município de Aveiro foi a 4.ª mais elevada da Região de Aveiro.

Figura 33 Crimes registados pelas polícias por 1.000 residentes no Distrito de Aveiro em 2020



Fonte: Pordata. www.pordata.pt. Acedido a 9 de maio de 2022

4.4.1 A intervenção da CPCJ de Aveiro

O volume processual global (VPG) anual representa o total de processos relativos a crianças e jovens em situação de perigo, acompanhados pela CPCJ no ano em avaliação. No VPG incluem-se processos transitados de anos anteriores e os processos iniciados no próprio ano, quer sejam processos instaurados pela primeira vez, quer sejam reaberturas de processos, retirando os processos transferidos para outras CPCJ.

Relativamente à caracterização processual em 2021, houve VPG de 355 processos, com um total de 125 processos ativos.

Quadro 22 Caracterização Processual em 2021 na CPCJ de Aveiro

CARACTERIZAÇÃO PROCESSUAL EM 2021			
Processo Abertos (comunicações rececionadas)		Processos Instruídos (deliberação)	
Transitados do ano 2020	112	Transitados do ano 2020	106
Novos	256	Novos no ano /IN)	195
Por transferência (AP)	1		
Reabertos	68	Deliberação de reabertura	48
Transferência por alteração da Competência Territorial (EA)			2
Total Entradas			439
Total de Processos com instrução			349
PP Aguardam deliberação			88
Cessação da Intervenção			
Arquivamento liminar ou remessa			82
Transferência por alteração da Competência Territorial (EA)			3
Cessação após AP			229
Total processos em que cessou a intervenção			314

Fonte: Dados disponíveis na aplicação informática da CPCJ. Acedido a 9 de maio de 2022.

Quanto à evolução do volume processual¹⁴, numa análise aos últimos 10 anos de atividade da CPCJ de Aveiro, verifica-se que em 2010 houve um decréscimo evidente do volume processual, sendo que o ano de 2021 assumiu o maior volume processual destes últimos 10 anos.

Ao nível da Taxa de Incidência no ano de 2020, na CPCJ de Aveiro, o seu valor foi de 1,2%.

Esta taxa representa o número de crianças e jovens face às/aos quais foi comunicada uma ou mais situações de perigo às CPCJ no ano em análise, por cada 100 crianças e jovens residentes na área geográfica de intervenção de cada Comissão de Proteção.

Esta taxa constitui-se, assim, como um indicador de avaliação da evolução das situações de perigo a nível nacional, em cada território, bem como da capacidade protetiva das CPCJ, face às categorias de perigo diagnosticadas.

A nível nacional, a taxa de incidência no ano de 2020 foi de 1,8%, sendo que ao nível da ETR Centro foi de 3,36%. Aveiro, surge assim, como um dos concelhos com a taxa de incidência mais baixa.

Quadro 23 Taxa de incidência de Processos de Promoção e Proteção no ano de 2020 nas CPCJ do distrito de Aveiro

CPCJ	Total crianças e jovens residentes	Taxa de Incidência
Aveiro	13907	1,2%
Águeda	8138	2,4%
Albergaria-A-Velha	4697	2,2%
Anadia	4586	1,8%
Arouca	4283	2,2%
Castelo de Paiva	3332	2,5%
Espinho	5030	1,6%
Estarreja	4865	1,3%
Santa Maria da Feira	26813	2,0%
Ílhavo	7213	1,5%
Mealhada	3395	1,8%
Murtosa	1993	3,4%
Oliveira de Azeméis	11971	1,1%
Oliveira do Bairro	4367	1,2%
Ovar	10489	1,9%
São João da Madeira	3832	2,2%
Sever do Vouga	2022	1,3%
Vagos	4218	2,6%
Vale de Cambra	3621	0,5%

Fonte: Relatório Anual de Atividades das CPCJ de 2020. <https://www.cnpdpcj.gov.pt> Acedido a 3 de maio de 2022.

¹⁴ No Anexo 3 é possível consultar os dados relativos à evolução do volume processual nos últimos 10 anos.



Entidades sinalizadoras de situações de perigo

No ano de 2021, a principal entidade sinalizadora trata-se das autoridades policiais (n=177), tal como se tem vindo a demonstrar nos últimos anos. Este dado reflete a maior presença e proximidade, em particular da PSP e da GNR nas escolas e nas situações de violência doméstica, através de projetos como a Escola Segura e do trabalho desenvolvido por equipas especializadas, como as Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima da PSP e os Núcleos de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas da GNR. Seguem-se os estabelecimentos de ensino (n=69) e realça-se o facto das comunicações de perigo, em formato anónimo, terem vindo a assumir maior expressão (n=27).

CARACTERIZAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS COM MEDIDAS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO APLICADAS NO ANO DE 2020

Número de crianças sinalizadas, por sexo e idade

















Em 2021 foram comunicadas à CPCJ de Aveiro 439 situações de perigo, representando um aumento de cerca de 27,61% quando comparado com o ano anterior (344 situações de perigo).

Relativamente ao sexo, conclui-se que foi comunicado o mesmo número de situações de perigo (sexo feminino: 168 e sexo masculino: 168).

Em relação ao escalão etário, destacam-se as crianças e jovens entre 11-14 anos com o maior número de novos processos (n=56) e com o maior número de processos no seu global (n=89), seguindo-se o escalão etário dos 15-17 anos, com 46 novos processos e um número total de processos de 86.

É ainda de realçar que existem 41 processos de crianças com as idades compreendidas entre os 0-2 anos de idade.

Quadro 24 Número de crianças e jovens sinalizadas, por sexo e idade

0-2	3-5	6-8	9-10	11-14	15-17	18-21	>21
 	 	 	 	 	 	 	 
20 21	24 13	14 17	11 18	37 52	50 36	8 9	1
Total: 41	Total: 37	Total: 31	Total: 29	Total: 89	Total: 86	Total: 17	Total: 1



Tipologia de perigo por sexo e idade da criança

Ao nível das problemáticas abrangidas nas diversas intervenções da CPCJ de Aveiro, verificamos que a predominância incide na violência doméstica desde 2013. Neste sentido, no ano 2021, a problemática mais comunicada como situação de perigo diz respeito à “Violência Doméstica”, tendo sido sinalizadas à CPCJ de Aveiro 139 situações, com uma representatividade de 32,9% nas tipologias de perigo.













Violência Doméstica

A infância e a adolescência representam períodos críticos do desenvolvimento, em que os efeitos da exposição à violência podem ser particularmente prejudiciais e penetrantes. Representando a violência no contexto familiar uma problemática que, aos mais diversos níveis de leitura e compreensão é multifacetada, importa abordar a situação privilegiando uma intervenção multidisciplinar, multissetorial e em rede.

No que concerne ao nível nacional, no relatório de avaliação da atividade das CPCJ do ano de 2020, a violência doméstica constituiu-se, nesse ano, como a categoria de perigo mais comunicada, refletindo-se na realidade de intervenção da CPCJ de Aveiro.

Na intervenção protetiva da CPCJ de Aveiro, a violência doméstica evidencia-se como uma categoria de perigo que está presente, praticamente, em todas as faixas etárias (0-17 anos), destacando-se as crianças (0-10 anos) como aquelas que vivenciam em maior número esta problemática, com uma representatividade de 63,3%.

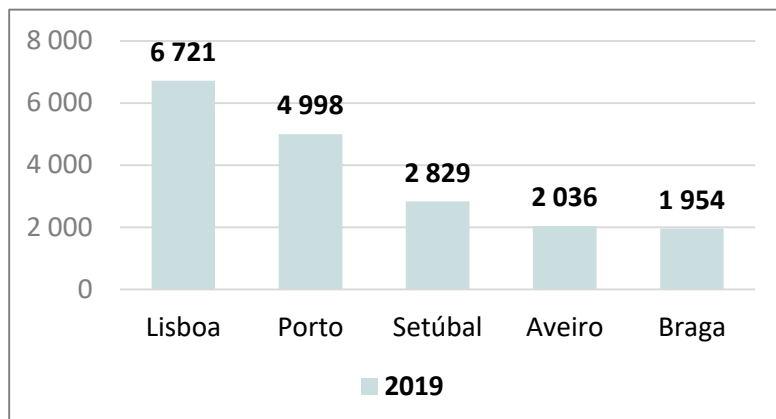
Quadro 25 Número de crianças e jovens sinalizados por violência doméstica, por sexo e idade

0-2	3-5	6-8	9-10	11-14	15-17
 	 	 	 	 	 
14 12	18 10	8 9	8 9	11 17	11 12
Total: 26	Total: 28	Total: 17	Total: 17	Total: 28	Total: 23

Fonte: Dados disponíveis na aplicação informática da CPCJ. Acedido a 9 de maio de 2022.

Indo de encontro com o enquadramento realizado no início deste Eixo, o concelho de Aveiro encontra-se no grupo dos cinco distritos com maior número de crimes identificados de violência doméstica em Portugal, evidenciando-se como uma problemática com impacto direto no bem-estar das crianças e jovens do concelho de Aveiro.

Figura 34 Os 5 Distritos de Portugal com mais crimes de violência doméstica registados



Fonte: DGPI. The numbers of Justice in Portugal. <https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/en-us>

Figura 35 Vítimas de violência doméstica do concelho de Aveiro acompanhadas pela APAV

APAV (Relatório de 2019) – apoiava 44 vítimas de violência doméstica no concelho de Aveiro

Fonte: Estatísticas APAV. Acedido a 29 de setembro de 2020.

Perante a evidente necessidade de resposta sistémica a esta problemática, que se reflete também na realidade distrital, no ano de 2021, o Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica de Aveiro passou a desenvolver a resposta de Apoio Psicológico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica (RAP).

Em suma e, observando a prevalência das problemáticas das situações de perigo por escalão etário no ano de 2021 verifica-se que:

Quadro 26 25 Problemáticas das situações de perigo sinalizadas à CPCJ de Aveiro por escalão etário no ano de 2021

- **Dos 0 aos 2 anos** – Violência doméstica e Negligência Grave
- **Dos 3 aos 5 anos** – Violência doméstica e Negligência: Falta de Supervisão e acompanhamento familiar.
- **Dos 6 aos 8 anos** – Violência doméstica e Exposição a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar.
- **Dos 9 aos 10 anos** – Violência doméstica e Absentismo Escolar.
- **Dos 11 aos 14 anos** – Violência doméstica e Assume Comportamentos que possam colocar em causa o seu bem-estar.
- **Dos 15 aos 17 anos** – Absentismo escolar e violência doméstica.
- **Dos 18 aos 21 anos** – Absentismo escolar e Abandono escolar.

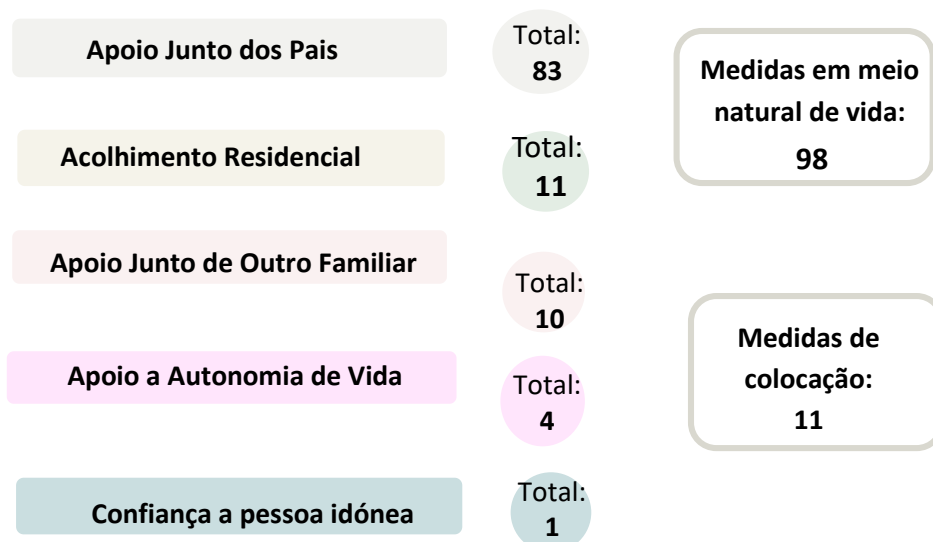


Tipo e número de Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pela CPCJ de Aveiro

A medida mais aplicada diz respeito à medida de apoio junto dos pais o que demonstra a defesa do princípio da prevalência da família. A CPCJ prima pelo trabalho com a família daí a medida mais aplicada ser esta. Apesar da medida de acolhimento residencial surgir em segundo lugar, foram aplicadas mais medidas em meio natural de vida (n=98).

Relativamente à medida de acolhimento residencial, um indicador a ter em consideração nesta análise trata-se do facto de em várias situações as crianças/jovens não terem retaguarda familiar à qual seja possível aplicar uma medida. Ademais, em Aveiro não existem famílias de acolhimento.

Figura 36 Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pela CPCJ de Aveiro no ano de 2021



Fonte: Dados disponíveis na aplicação informática da CPCJ. Acedido a 9 de maio de 2022.

4.4.2. A institucionalização no distrito de Aveiro

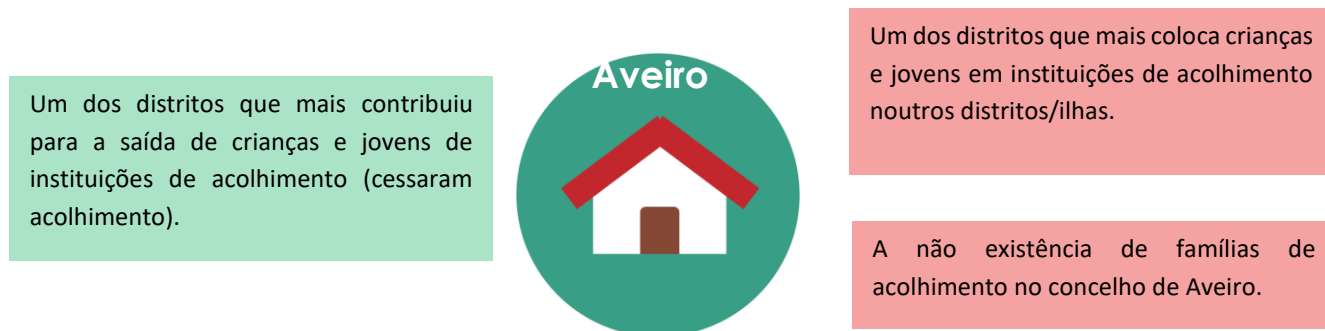
De acordo com o relatório CASA de 2020 do ISS, Aveiro apresenta-se como um dos distritos que regista mais saídas de crianças e jovens da situação de acolhimento, em termos absolutos, como em 2019, a par de Lisboa e Porto. Contudo, das 2.022 crianças e jovens que entraram em acolhimento no ano, são os distritos de Lisboa, Porto e Aveiro os que apresentam os valores mais altos, como no ano anterior. Ademais, é de realçar que na realidade específica do concelho de Aveiro, apenas existe resposta de acolhimento residencial para crianças até aos 12 anos.

A não existência de famílias de acolhimento no concelho de Aveiro, assume-se como uma forte condicionante, não permitindo privilegiar a aplicação da medida de acolhimento familiar sobre a de



acolhimento residencial, especial relativamente a crianças até aos seis anos de idade (Lei n.º 142/15, de 8 de setembro). Tal vem evidenciar a necessidade de se instaurar um conjunto de medidas que fomentem estas práticas na tentativa de substituir a institucionalização por práticas de cariz mais familiar, tal como recomendado pela União Europeia.

Figura 37 O distrito de Aveiro e o acolhimento residencial no ano de 2020



Fonte: Relatório Casa 2020. www-seg-social.pt. Acedido a 9 de maio de 2022.

4.4.3 Trabalho de Prevenção – a modalidade alargada da CPCJ de Aveiro

Com o objetivo de ir melhorando práticas e a sua capacidade protetiva, a CPCJ de Aveiro tem vindo a desenvolver diversas atividades, tal como o exercício de autodiagnóstico (segundo a proposta metodológica do Projeto Adélia) que envolveu toda a equipa, e que se encontra relatado no início deste documento. Ademais, tem vindo a colaborar com entidades diversas, por forma a promover o bem-estar e oportunidades das crianças e jovens do concelho e na respetiva disseminação dos seus Direitos.

Assim destacam-se algumas das atividades desenvolvidas, nomeadamente as várias iniciativas no âmbito da campanha de prevenção dos vários tipos de maus tratos a crianças, em colaboração com o Centro Social e Paroquial da Vera Cruz, aliadas a uma componente artística como mote para a sensibilização de várias temáticas:

- A construção da Peça de Teatro “Picos e Avelã, assinalou o Dia Europeu contra a Exploração e o Abuso Sexual de Criança, dramatizada pelo Centro Social e Paroquial da Vera Cruz. Esta revela-se como uma iniciativa que tem como finalidade ser um instrumento de prevenção primária de abuso sexual para as crianças;



- A publicação do livro “O monstro que vive lá em casa”, adaptação da peça de teatro criada e dramatizada pelo Centro Social e Paroquial da Vera Cruz, que aborda a temática da violência doméstica e a transmissão de confiança para a procura de ajuda, em caso de necessidade.
- Peça de Teatro “O Terrível Bando dos Piratas”. É uma atividade de prevenção primária do bullying, uma forma de mau trato psicológico e emocional que urge prevenir o mais precocemente possível. A peça foi criada e dramatizada pelo Centro Social e Paroquial da Vera Cruz.

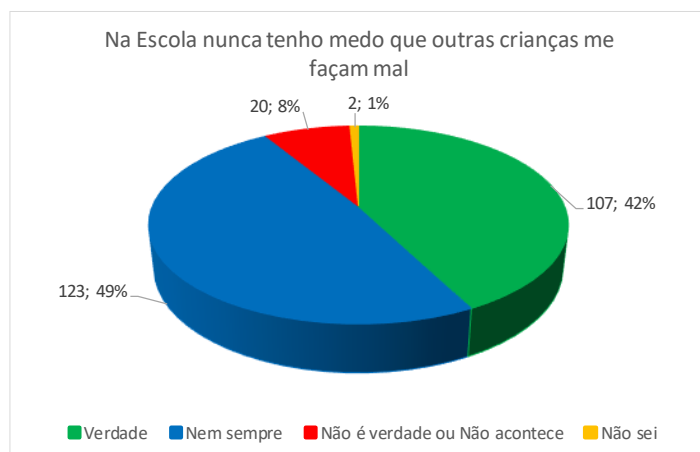
Para o desenvolvimento destas iniciativas a CPCJ contou ainda com o apoio da Câmara Municipal de Aveiro, do Canal Central, do Diário de Aveiro e da Escola Profissional de Aveiro.

4.4.4 O que dizem as crianças acerca da sua proteção?

A maioria das crianças que responderam ao questionário referiram ter receio que alguns dos seus pares lhes pudessem fazer mal (48,8% assumem que nem sempre acontece e 7,9% referem que é uma realidade do dia a dia).

Na secção de resposta aberta sobre a sua segurança e proteção, houve 72 respostas, sendo que a maioria das crianças abordou a sua (in)segurança no contexto escolar¹⁵.

Figura 38 Perspetiva das crianças sobre o seu receio de que os seus pares lhes possam fazer mal, em contexto escolar



Fonte: Questionários para Crianças

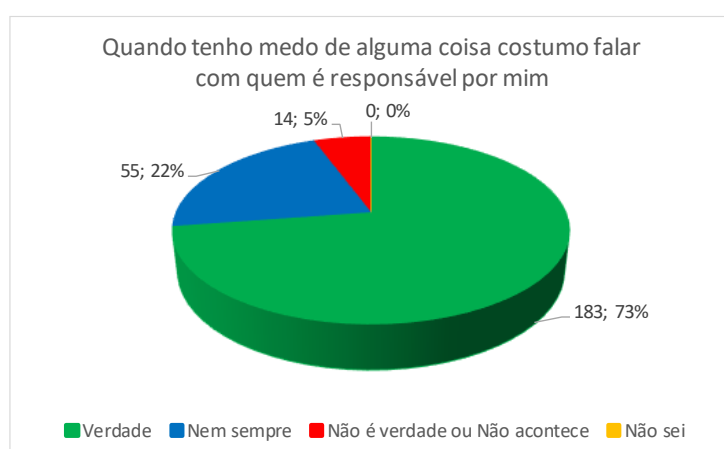
¹⁵ No Anexo 6 podem ser consultados os resultados obtidos na aplicação dos questionários às Crianças pelas Escolas do concelho



Apesar da sensação de insegurança indicada pelo grupo de crianças, a maioria afirma que os seus professores já os ajudaram numa situação em que precisaram de ajuda (78%), já indicado anteriormente, demonstrando a importância da figura que o professor assume no contexto escolar, nomeadamente na prevenção e proteção de situações que coloquem em causa o bem-estar das crianças.

Ademais, as crianças também indicam que quando sentem medo de algo, costumam conversar com o adulto responsável por estes (73%).

Figura 39 Perspetiva das crianças sobre se conversam com o seu responsável quando sentem medo



Fonte: Questionários para Crianças

4.4.5 O que dizem os jovens acerca da sua proteção?

No que respeita aos jovens que responderam ao questionário, a maioria revela sentir-se seguro no seu dia a dia, demonstrando saber identificar uma figura de referência para solicitar ajuda, caso sinta essa necessidade. Assim, (69%) afirma que na sua Escola há pessoas adultas com quem podem conversar se tiverem problemas ou caso se sintam mal. Nesta linha, também a maioria demonstra que numa situação em que se sinta em perigo, sabe a quem se dirigir (74%).



Figura 40 Perspetiva dos jovens sobre se sabem identificar alguém de confiança para pedir ajuda quando se sentem em perigo



Fonte: Questionários para Jovens

Em termos familiares, 90% dos jovens afirmam sentirem-se seguros em casa. Este indicador revela-se essencial para o desenvolvimento harmonioso da personalidade das crianças e jovens, assim como na defesa do seu bem-estar.

Figura 41 Perspetiva dos jovens sobre a segurança sentida na sua casa



Fonte: Questionários para Jovens

Da nossa amostra, 91 jovens já tiveram contacto com o Sistema de PP¹⁶.*

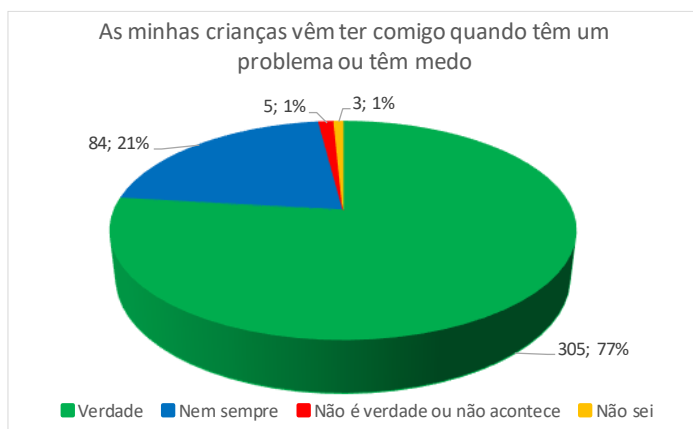
¹⁶ Anexo 7 podem ser consultados os resultados obtidos na aplicação dos questionários às Crianças.



4.4.6 O que dizem as famílias acerca da proteção das suas crianças e jovens?

Em concordância com as respostas demonstradas pelas crianças e jovens inquiridos, as famílias também reconhecem que as suas crianças se dirigem a si quando têm um problema ou quando sentem medo de algo (77%).

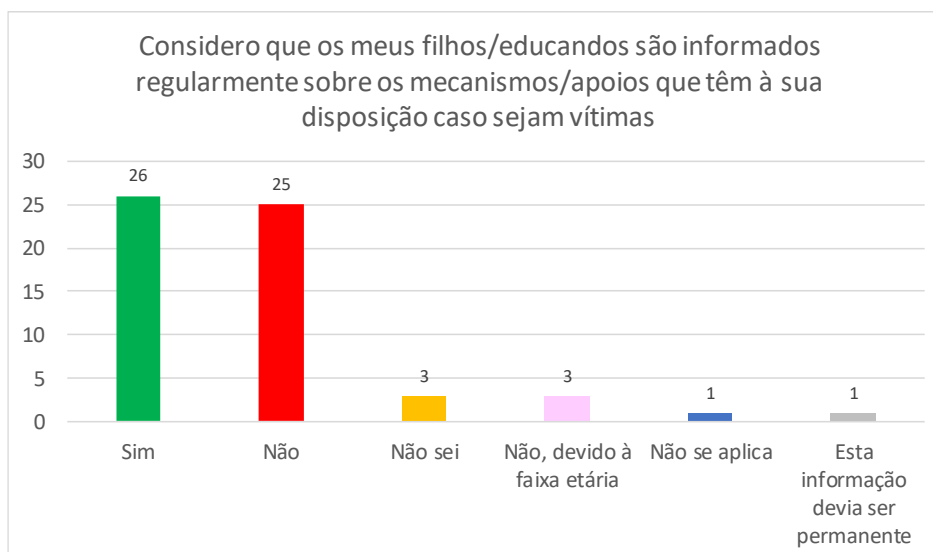
Figura 42 Perspetiva das famílias sobre se as crianças se dirigem a si quanto sentem medo ou têm um problema



Fonte: Questionários para as Famílias

No entanto, das famílias questionadas através das IPSS locais, cerca de 42% considera que os seus filhos/educandos não são informados regularmente acerca dos mecanismos/apoios que têm à sua disposição caso sejam vítimas.

Figura 43 Perspetiva das famílias acerca da informação disponibilizada aos seus filhos/educandos sobre os mecanismos/apoios existentes caso sejam vítimas



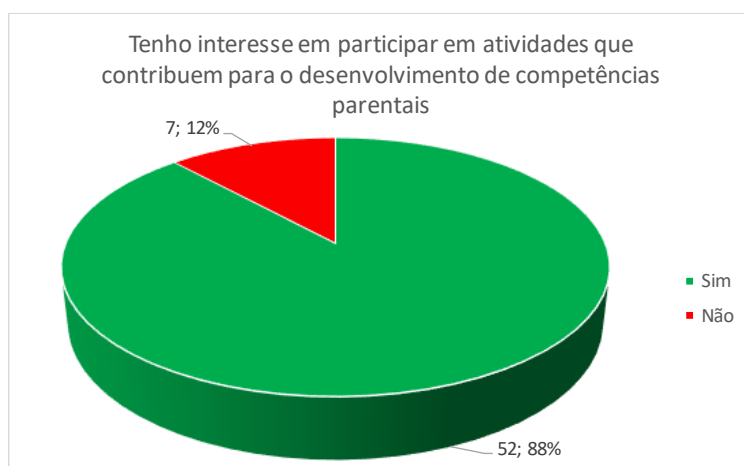
Fonte: Questionários para as Famílias



Indo de encontro com o receio indicado pelas crianças de que os seus pais lhes possam fazer mal, a temática do bullying surgiu como uma das categorias mais indicadas pelas famílias, questionadas através das IPSS, sobre os temas que gostavam de ver mais aprofundados¹⁷ (cf. Anexo).

Outra temática que as famílias gostariam de ver aprofundada, prende-se com o desenvolvimento de competência de parentalidade positiva. Nos questionários aplicados pelas IPSS às famílias, estas reconhecem a necessidade de desenvolver competências ao nível da parentalidade positiva (cf. Figura 44), tendo também sido uma categoria abordada aquando questionadas sobre os temas que gostavam de ver aprofundados¹⁸.

Figura 44 Perspetiva das famílias sobre o seu interesse para participar em atividades que promovam o desenvolvimento de competências parentais



Fonte: Questionários para as Famílias

Esta necessidade já havia sido identificada no próprio Diagnóstico Social de Aveiro (2019-2021) ao nível da problemática “Modelos educativos e de parentalidade desajustados às necessidades das crianças e jovens”, onde se elenca o fraco entendimento/definição dos papéis parentais, mas também a assunção de comportamentos conflitantes com o dever de proteção - contextos de violência familiar, maus tratos físicos e psicológicos. Assim, neste documento apresentou-se como objetivo para ultrapassar esta fragilidade, “Potenciar as capacidades educativas e parentais dos responsáveis pelas crianças e

¹⁷ e ¹⁸ No Anexo 6 é possível consultar os dados relativos aos temas que as famílias gostavam de ver aprofundados.



jovens, dando especial enfoque aos grupos mais vulneráveis” (Diagnóstico Social de Aveiro, 2019-2021).

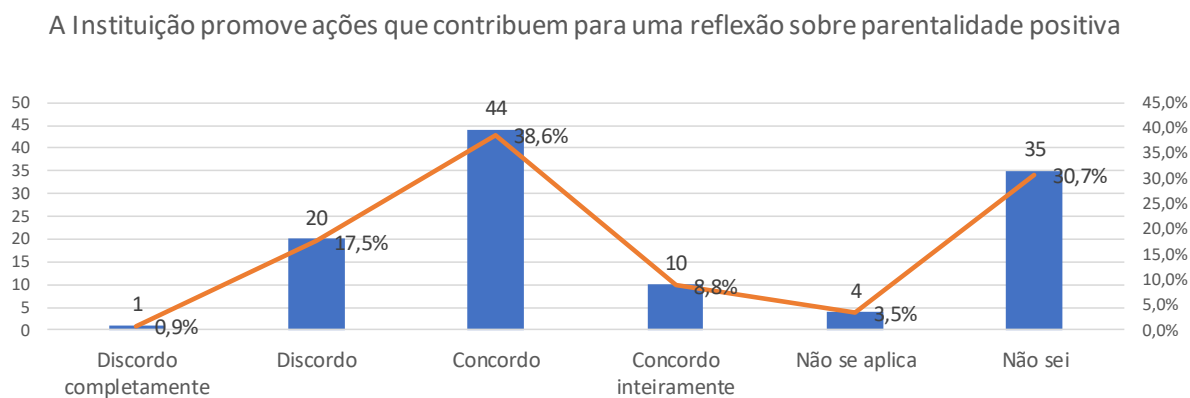
Quanto à existência de projetos que promovem a parentalidade positiva no Concelho, este dispõe de um CAFAP – CSPVC “Entre Laços”, que se destina a apoiar famílias com crianças e jovens em risco, no exercício positivo da sua função parental e a promover o bem-estar global de todos os elementos da família. Este serviço disponibiliza atendimento e/ou acompanhamento social, psicológico e aconselhamento parental individualizado, fazendo encaminhamentos diversos, visitas domiciliárias e ações de sensibilização parental (em grupo).

O CLDS 4G de Aveiro - Contrato Local de Desenvolvimento Social, apresenta num dos seus Eixos de Intervenção (Eixo 2), atividades dirigidas a famílias, com o objetivo de as apoiar na otimização de estratégias que permitam o melhor desempenho das suas funções parentais; e contribuir para ajustar modelos educativos/parentalidade/igualdade de género às necessidades das crianças/jovens. Assim, o CLDS, em colaboração com os serviços intervenientes na área das Famílias, dinamiza Espaços de partilha, através dos quais, por via da aprendizagem não formal, se abordam temáticas na área da parentalidade e da igualdade de género, dirigidos a Famílias em situações de vulnerabilidade social.

4.4.7 O que dizem as entidades acerca da proteção das crianças e jovens?

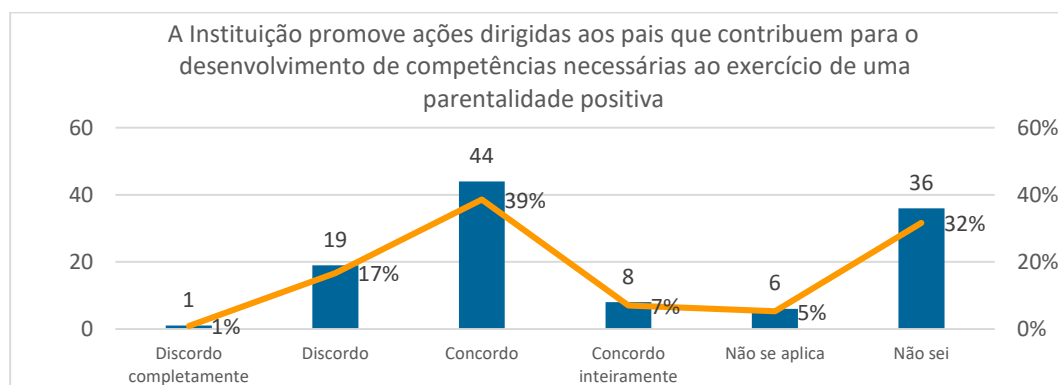
Face ao interesse das famílias em participar em atividades que contribuem para o desenvolvimento de competências parentais, foi possível apurar que as Escolas e IPSS já promovem algumas atividades. Contudo, existem algumas entidades que demonstram o seu desconhecimento sobre a temática (cf. Figuras abaixo).

Figura 45 Perspetiva das entidades sobre o desenvolvimento de ações que contribuem para uma reflexão sobre parentalidade positiva



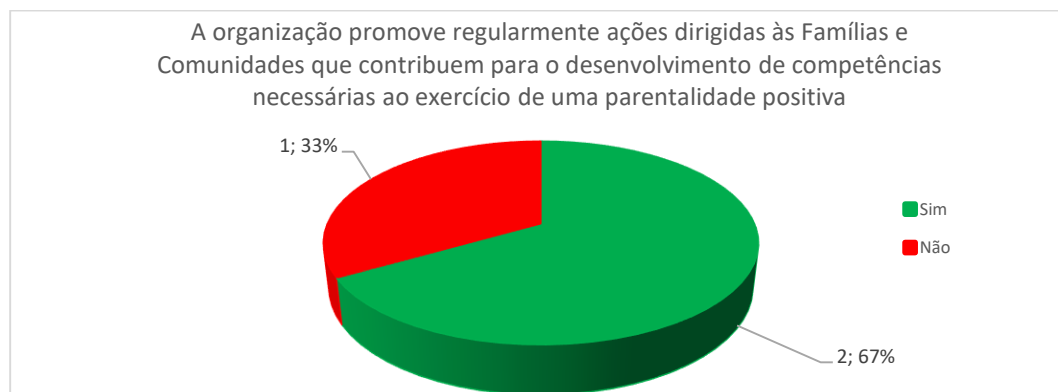
Fonte: Questionário de autodiagnóstico para entidades com intervenção na infância e juventude - Escolas

Figura 46 Perspetiva das Escolas sobre o desenvolvimento de atividades que promovem a reflexão sobre a parentalidade positiva



Fonte: Questionário de autodiagnóstico para entidades com intervenção na infância e juventude - Escolas

Figura 47 Perspetiva das IPSS e Associações sobre o desenvolvimento de atividades que promovem a reflexão sobre a parentalidade positiva



Fonte: Questionário de autodiagnóstico para entidades com intervenção na infância e juventude – IPSS e Associações



4.5. As Crianças e o Direito à Participação

O direito de participação das crianças tem ganho um progressivo reconhecimento e visibilidade em diversos domínios do saber. Trata-se de um direito humano universal que está relacionado com a prática de uma cidadania ativa. A criança é, assim, encarada como tendo competências, voz e ação próprias e não apenas como dependente dos adultos.

Esta nova forma de entendimento contribuiu para o reconhecimento da capacidade das crianças e jovens influenciarem de forma ativa a sua vida. Assim, promover reais oportunidades das crianças e jovens participarem de formas diversas nos diferentes domínios das suas próprias vidas é um direito que se perspetiva na construção das políticas locais para a infância e juventude.

A criação de mecanismos de auscultação das crianças e o desenvolvimento de projetos direcionados para estas, bem como uma ampla informação sobre direitos da criança incluem-se entre as medidas prioritárias deste eixo. As crianças não poderão ser consideradas apenas como destinatárias das medidas de intervenção, mas, no âmbito dos direitos de participação, devem ser assumidas como interventores ativos. Em especial, como demonstram inúmeros projetos e práticas consolidadas, as crianças podem ser mobilizadas como agentes de transformação social, junto das famílias e das comunidades, nomeadamente em domínios como a educação, a cultura, o ambiente e a saúde. Ressalva-se o facto das boas práticas ao nível da participação infantojuvenil não se esgotarem nas iniciativas que serão apresentadas neste documento, tendo estas um papel meramente exemplificativo.

4.5.1 Participação das Crianças e Jovens no meio escolar

Começamos por realçar o facto dos questionários analisados terem sido implementados no decorrer da pandemia de COVID 19, o que naturalmente influenciou a perspetiva dos diferentes públicos alvo acerca da sua participação.

N.º de associações de estudantes

O associativismo e o espírito associativo ajudam a desenvolver a entreatajuda, a solidariedade, o sentimento de pertença, a inclusão, entre tantas outras dimensões do desenvolvimento humano; e apresentam-se como estratégicos na construção de uma sociedade e de uma comunidade, nomeadamente a escolar, mais compreensiva e socialmente justa. Deste modo, o papel de uma associação de estudantes é da maior pertinência, nomeadamente porque promove a integração social e comunitária e deve ser uma voz ativa no seio da comunidade, isto é, deve ser parceira no diálogo que se desenvolve na comunidade a que pertence.



No concelho de Aveiro, no ano letivo de 2019/2020 existiam 5 associações de estudantes.

Quadro 27 Número de Estudantes em Associações de Estudantes no concelho de Aveiro

N.º de estudantes em Associações de Estudantes		
Agrupamento de Escolas de Eixo		
	Sexo Masculino	Sexo Feminino
1 A.E.	1	10
Agrupamento de Escolas de Aveiro		
	Sexo Masculino	Sexo Feminino
2 A.E.	4	8
	5	7
Agrupamento de Escolas Dr. Mário Sacramento		
	Sexo Masculino	Sexo Feminino
1 A.E.	8	7
Agrupamento de Escolas de Cacia		
	Sexo Masculino	Sexo Feminino
1 A.E.	2	10
Total	20	42

Fonte: Dados disponibilizados pelas Escolas do concelho de Aveiro

Conselho Geral

O conselho geral é o órgão de direção estratégica responsável por linhas orientadoras da atividade das Escolas, assegurando a participação e representação da comunidade educativa. Do universo de jovens a frequentar o ensino obrigatório no concelho de Aveiro, no ano letivo de 2019/2020, integravam o Conselho Geral 3 alunos entre os 16 e 17 anos de 2 escolas diferentes.

Atividades desenvolvidas no meio escolar

Ao longo dos últimos anos, surgiram no concelho programas e projetos que visam a participação e envolvimento das crianças e dos jovens nas questões que lhes dizem direito. Na impossibilidade de apresentarmos todos os projetos existentes, foram selecionadas algumas iniciativas que se ilustram como boas práticas no âmbito da participação e envolvimento deste grupo da população. É ainda de realçar que a maioria das iniciativas descritas neste documento desenvolvem-se em meio escolar, uma vez que é neste espaço que as crianças e os jovens passam mais tempo do seu dia.



- Programa Eco-Escola

O Programa ECO-ESCOLA é coordenado em Portugal pela Associação Bandeira Azul e destina-se a todos os graus de ensino (do pré-escolar ao ensino superior). A sua metodologia inspira-se nos princípios da Agenda 21 local e visa promover a participação das crianças e jovens na tomada de decisões, envolvendo-os na construção de uma escola e de uma comunidade mais sustentáveis. Ao longo de cada ano letivo, as Escolas e Instituições são desafiadas a trabalhar com as crianças e comunidade educativa as seguintes temáticas: resíduos, água, energia, espaços exteriores, mobilidade/transportes, ruído, biodiversidade, agricultura biológica, floresta, mar, alterações climáticas e alimentação saudável.

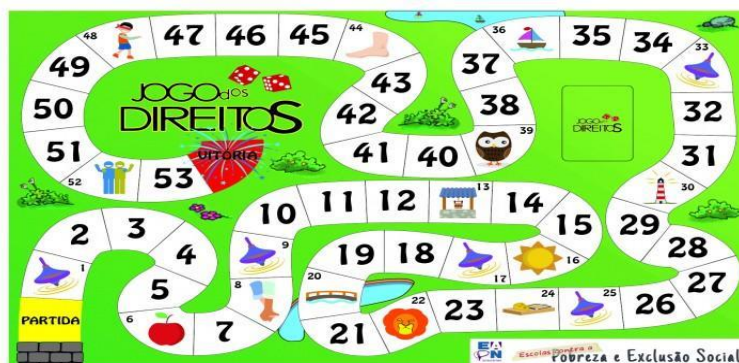
No ano letivo 2019/2020 inscreveram-se no Programa Eco-Escolas 31 Escolas/Instituições do Concelho de Aveiro que, para além de trabalharem os temas base (Água, Resíduos e Energia), incluíram nos seus planos de ação atividades relativas a um dos temas do ano: Comunidades Sustentáveis e/ou Espaços Exteriores. O tema da “Alimentação” foi trabalhado por 19 Escolas/Instituições do Concelho.

De acordo com a Carta Educativa de Aveiro (2019), para além do Programa Eco-Escola, existem também projetos que pretendem fomentar hábitos de leitura (Ex: Vamos Ler, Vamos e conta-nos uma historia). Existem também projetos ligados ao desenvolvimento científico (Ex: Clubes de Ciência Viva), Promoção e educação para a saúde, Intervenção Cívica (Ex: Parlamento Jovem), Solidariedade (Ex: Loja Solidária), contacto com outras realidades (Ex: Erasmus +).

- Jogo dos direitos

O Jogo dos Direitos destina-se às crianças a partir dos 6 anos e pode ser utilizado em diversos contextos sociais e educativos, promovido pela EAPN Portugal. Tem como principal objetivo informar e ensinar os mais novos sobre os seus direitos e deveres, de forma lúdica e divertida. Atendendo aos seus conteúdos, além de possibilitar um maior conhecimento sobre os direitos, este jogo também contribui para o pensamento reflexivo, aliado a padrões de ética e de justiça social, sobre questões prementes na sociedade.

A sua elaboração baseou-se principalmente na Convenção sobre os Direitos da Criança, mas também na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Deste modo, favorece o desenvolvimento de competências no domínio dos valores e dos comportamentos associados à cidadania. O jogo decorreu ao longo do ano letivo 2018/2019 pelos Agrupamentos de Escolas de Aveiro.



4.5.2 Participação das Crianças e Jovens na Comunidade

Associativismo

No que respeita ao associativismo juvenil, no concelho de Aveiro, existem 29 Associações Juvenis registadas, sendo que a intervenção e trabalho realizados pelas associações reflete-se numa diversidade de áreas (cultura, desporto, ocupação de tempos livres).

4.5.3 Perceção das Crianças acerca da sua participação

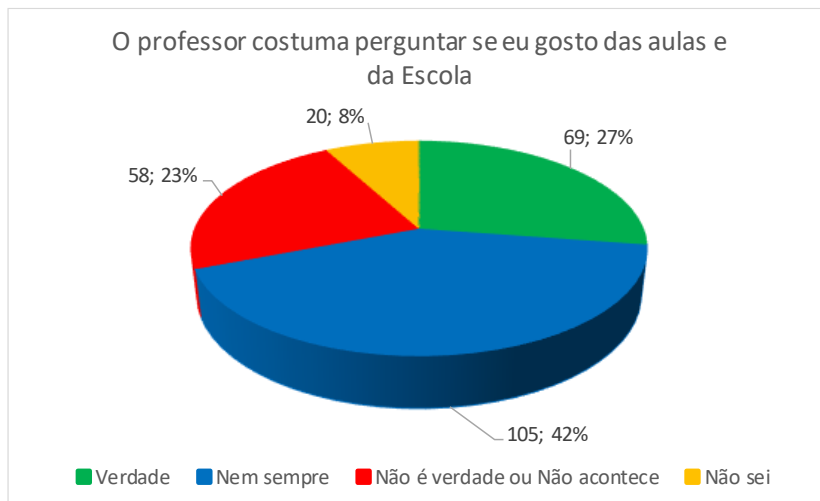
A maioria das Crianças e dos Jovens inquiridos (82%) considera-se informada acerca dos seus direitos, demonstrando que os processos e mecanismos de sensibilização desenvolvidos produzem impacto na sensibilização e reconhecimento desta temática¹⁹.

No que respeita aos processos de participação em contexto escolar, apenas 27% das crianças inquiridas reconhece que o professor procura conhecer a sua opinião acerca das aulas e da Escola. Já ao nível da rotina e dinâmica familiares, 50% das crianças afirmam ajudar a família nas tarefas diárias.

¹⁹ No Anexo 6 é possível consultar os dados relacionados com a perspetiva das crianças sobre o seu conhecimento face aos seus Direitos.

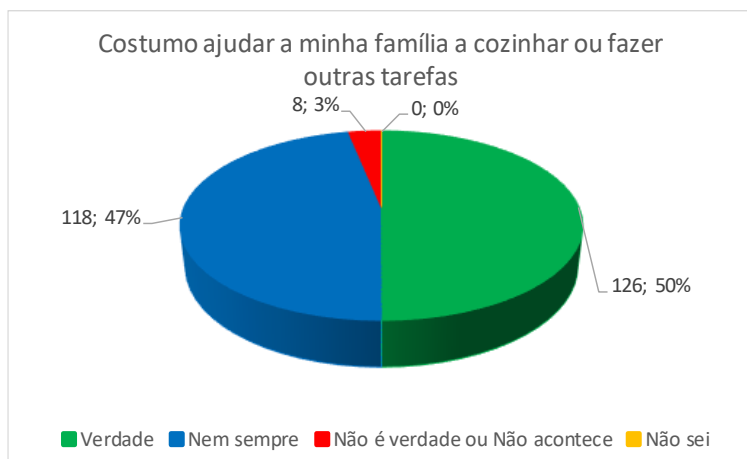


Figura 48 Perspetiva das crianças sobre a auscultação dos professores acerca da sua opinião sobre as aulas e a Escola



Fonte: Questionário às Crianças

Figura 49 Perspetiva das crianças sobre a participação nas tarefas domésticas



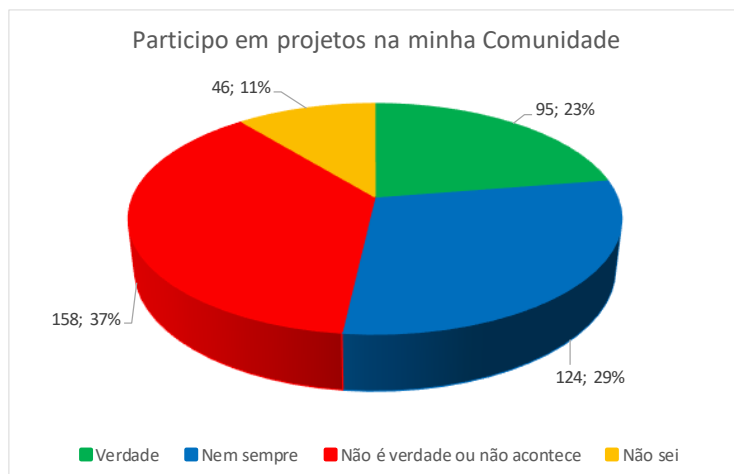
Fonte: Questionário às Crianças

4.5.4 Perceção dos Jovens acerca da sua participação

Em termos de participação escolar e comunitária, principalmente os jovens, referem não participar em atividades neste âmbito (37,4% dos Jovens). Tal vem de encontro com os dados já apresentados, nomeadamente o facto de apenas 62 alunos integrarem associações de estudantes e apenas 3 alunos integrarem o Conselho Geral.



Figura 50 Perspetiva dos jovens acerca da sua participação em projetos comunitários



Fonte: Questionário aos Jovens

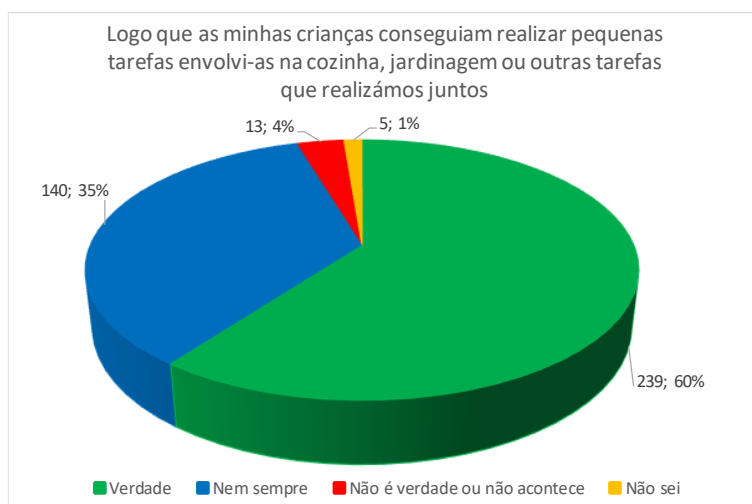
Durante a auscultação dos jovens, acerca do que pensam acerca da sua participação, em formato de resposta aberta, obtiveram-se 109 respostas, das quais se destacam: “Nunca participei em nada porque nada me chamou à atenção”; “A cidadania é algo importante para quando formos adultos”; “Não tenho um papel específico na comunidade, não participo em nada”; “A cidadania é algo importante para quando formos adultos”. Estas afirmações vêm revelar a necessidade de se repensar sobre como garantir a participação dos jovens na comunidade, nomeadamente pela auscultação dos interesses dos jovens e a sensibilização para a importância do seu envolvimento comunitário.

4.5.5 Perceção das famílias sobre a participação das crianças e dos jovens

No que concerne à promoção da participação das crianças por parte das próprias famílias, a maioria (60%), refere que logo que possível começaram a envolver as suas crianças nas tarefas da rotina familiar, participando em conjunto nas mesmas.



Figura 51 Perspetiva das famílias sobre o envolvimento das crianças em tarefas/atividades familiares

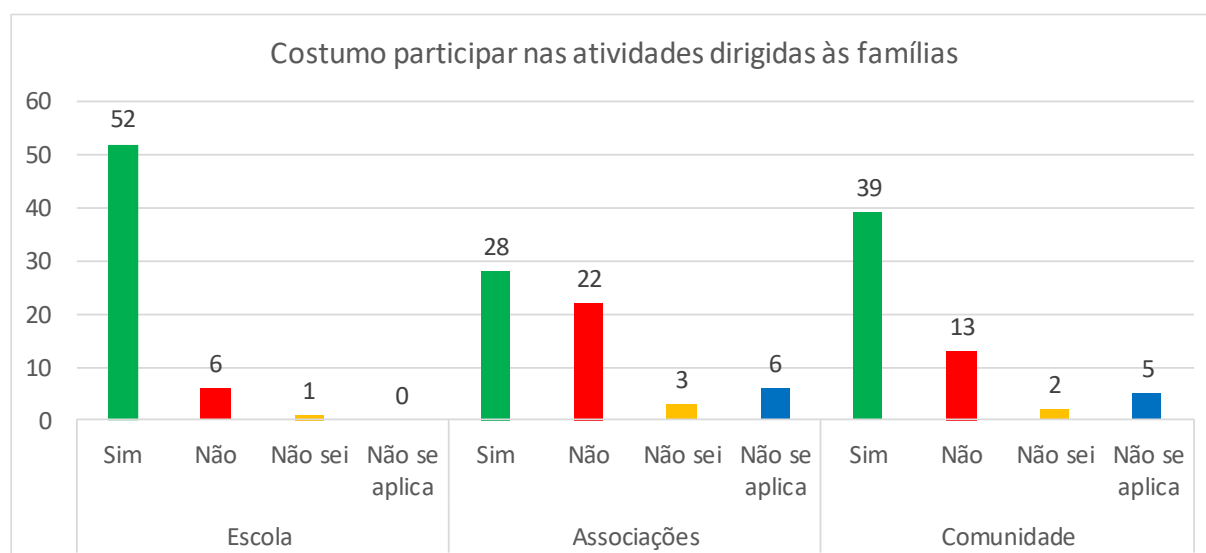


Fonte: Questionário às Famílias

4.5.6 Perceção das famílias sobre a sua participação

No que concerne à perceção que as famílias têm acerca da sua participação, a Escola é a instituição onde reconhecem estar mais envolvidas (88%). De seguida, surge a participação na comunidade (66%) e, por último as Associações (47%).

Figura 52 Perspetiva das famílias sobre a sua participação em atividades na Escola, Associações e Comunidade

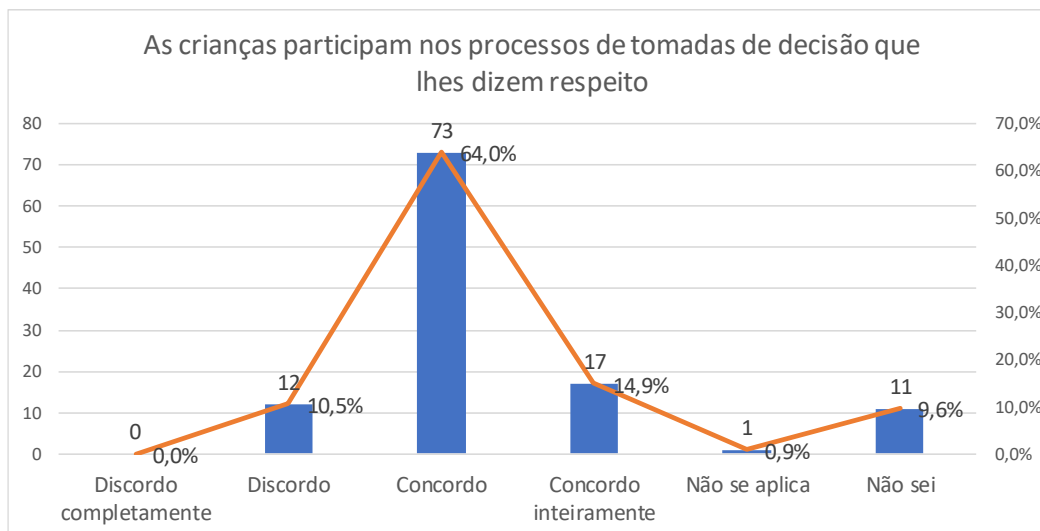


Fonte: Questionário às Famílias

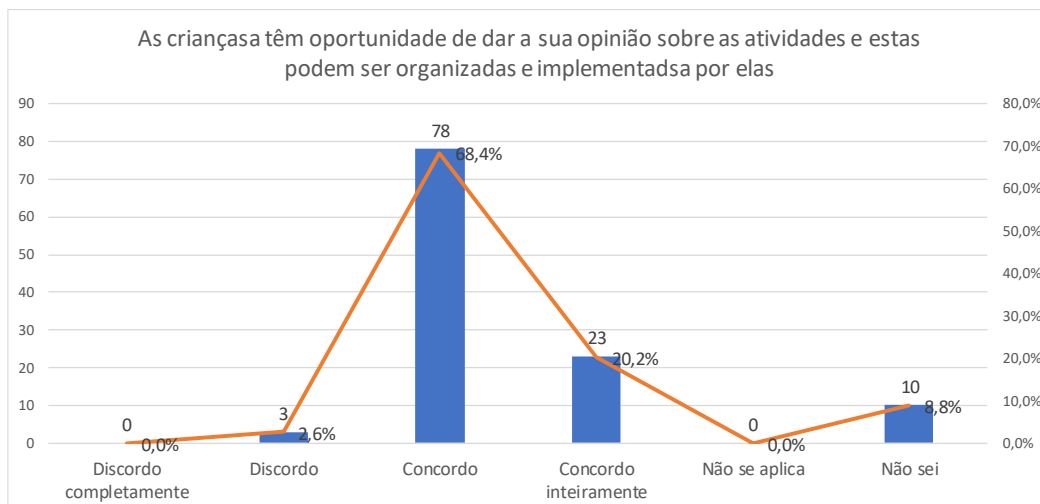
4.5.7 Perceção das Entidades acerca da participação das crianças e jovens

Na ótica das entidades, a maioria (68,4%) afirma que as crianças têm oportunidade de dar a sua opinião sobre as atividades e que estas podem ser organizadas e implementadas pelas mesmas.

Figura 53 Perspetiva das entidades sobre o envolvimento das crianças nas atividades e tomadas de decisão nos processos que lhes dizem respeito



Fonte: Questionário às Entidades

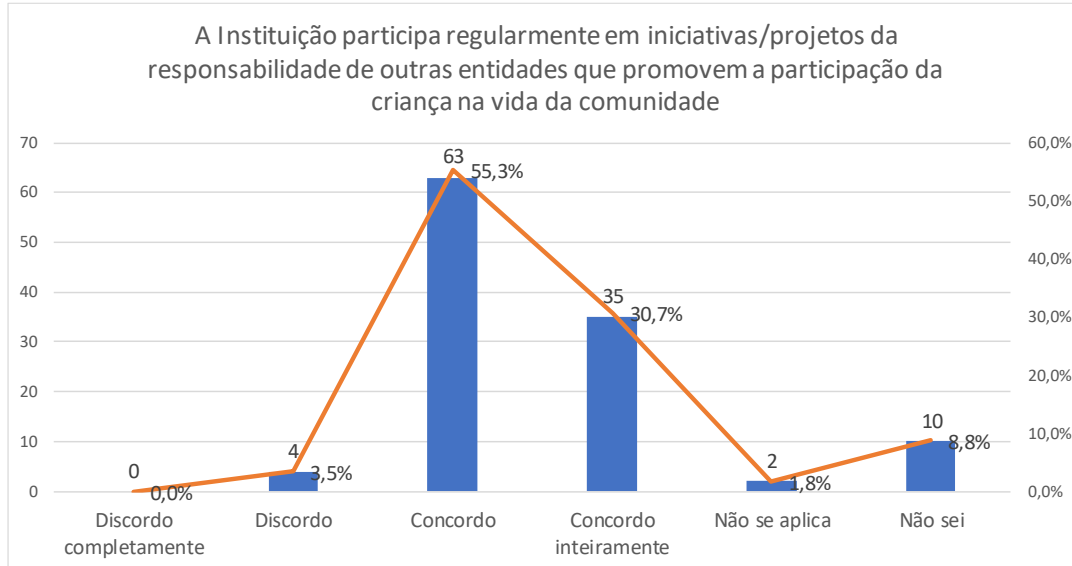


Fonte: Questionário às Entidades

No que respeita à promoção da participação na comunidade, a tendência mantém-se, sendo que a maioria (55,3%) considera que a Instituição participa regularmente em iniciativas e/ou projetos da responsabilidade de outras entidades que promovem a participação das crianças na comunidade.



Figura 54 Perspetiva das entidades sobre o desenvolvimento de iniciativas que promovam a participação das crianças na comunidade



Fonte: Questionário às Entidades



5. PLANO ESTRATÉGICO LOCAL

Com a elaboração do diagnóstico local sobre a Infância e Juventude no concelho de Aveiro foi possível identificar três eixos prioritários de intervenção, os quais foram definidos e discutidos com vários representantes de Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude.

Os respetivos Eixos foram definidos tendo como fundamento as tendências para cada categoria de Direitos, através da identificação das respetivas potencialidades e fragilidades.

a) DIREITO À SOBREVIVÊNCIA: TENDÊNCIAS

DIREITO À SOBREVIVÊNCIA: TENDÊNCIAS

A taxa de emprego nos Homens é superior à das Mulheres

As Mulheres são mais afetadas pelo desemprego




Os Homens ganham, em média, mais 330€ do que as Mulheres

Mulheres são as principais beneficiárias de subsídios de assistência, enquanto os Homens são os principais titulares do Abono de Família




- + rendimento
- poder de compra
- proprietários
- + inquilinos



b) DIREITO AO DESENVOLVIMENTO: TENDÊNCIAS

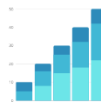
DIREITO AO DESENVOLVIMENTO: TENDÊNCIAS

Taxas brutas de escolarização superiores à média do distrito, da região centro e a nível nacional.



Existência de respostas educativas que procuram responder às necessidades educativas especiais de carácter permanente das crianças e jovens.

Taxa de retenção e desistência no 2.º ciclo superior à média do distrito



58,7% das Crianças inquiridas afirma que, depois da Escola, os seus EE nem sempre brincam com elas.



c) DIREITO À PROTEÇÃO: TENDÊNCIAS

DIREITO À PROTEÇÃO: TENDÊNCIAS

Processos na CPCJ



Taxa de incidência abaixo da média do distrito e da média nacional

Maioria das medidas de promoção e proteção aplicadas pela CPCJ de Aveiro são de

APOIO JUNTO DOS PAIS

Ausência de resposta no concelho de

FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO



A principal problemática comunicada à CPCJ.



Maioritariamente através das autoridades policiais.



Atinge as faixas etárias dos 0-17 anos.

A maior parte das Crianças inquiridas admite ter medo que outras crianças lhes faça mal (48,8% às vezes e 7,9% frequentemente).



A temática do bullying surgiu como um dos temas que gostavam de ver mais aprofundado.

As famílias reconhecem a necessidade de desenvolver competências ao nível da parentalidade positiva.

92,4% das crianças inquiridas sabem com quem falar, caso sintem medo.





d) DIREITO À PARTICIPAÇÃO: TENDÊNCIAS

DIREITO À PARTICIPAÇÃO: TENDÊNCIAS

82% das Crianças e Jovens inquiridos consideram-se informados sobre os seus direitos.



92% das Crianças inquiridas considera que os seus EE participam nas atividades da Escola.



29 Associações Juvenis registadas no Concelho de Aveiro
Associações de Estudantes nos AE



4 AE integravam 47 alunos
3 alunos integravam o Conselho Geral

37,4% dos Jovens inquiridos considera que não participa em projetos na Comunidade.

31% considera que não participa em grupos de discussão para melhorias na Escola

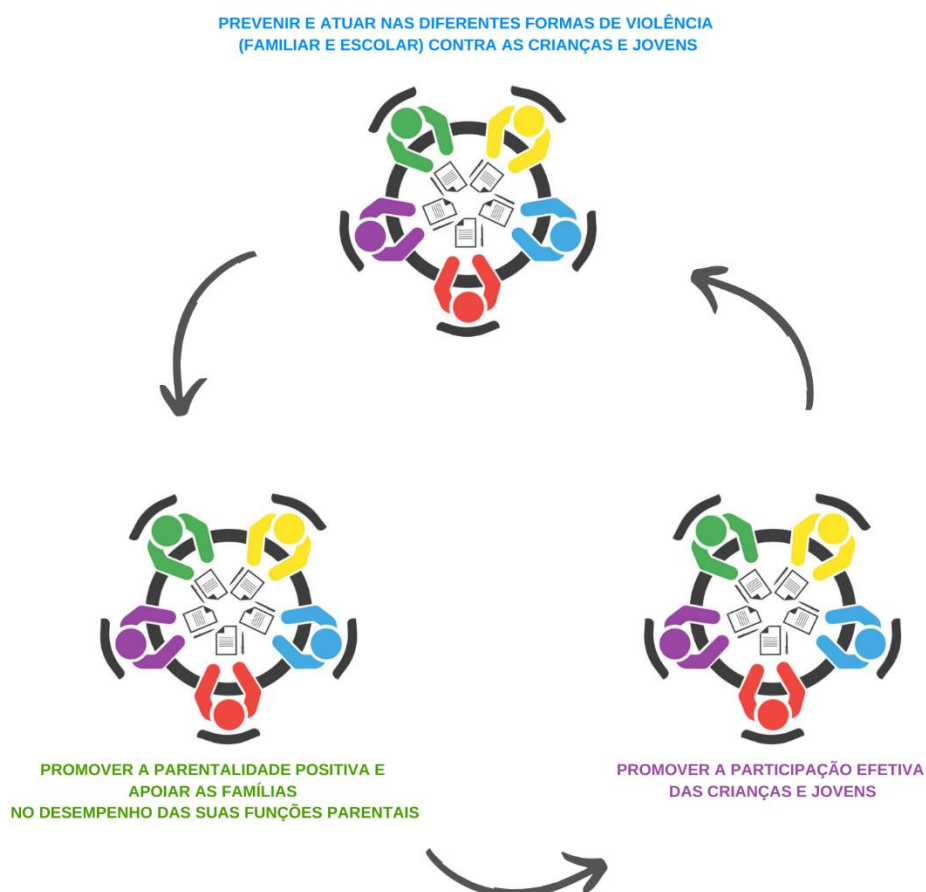


5.1. Eixos de Intervenção

Os Eixos identificados encontram-se alinhados com as prioridades estabelecidas na Estratégia Nacional para os Direitos da Criança (2021-2024), na Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (2021-2030), na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (2018-2030) e no Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Aveiro (2019-2021).

Para a construção do Plano, organizou-se uma sessão de trabalho com os representantes, seguindo a metodologia World Café, na qual as pessoas partilharam a sua perspetiva sobre os temas em discussão.

Figura 55 Eixos de intervenção do Plano





Eixo/Prioridade: PREVENIR E ATUAR NAS DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA (FAMILIAR E ESCOLAR) CONTRA AS CRIANÇAS E JOVENS

Objetivos	Ações	Indicadores	Público-alvo	Responsáveis
Promover o desenvolvimento de competências socioemocionais e de gestão de conflitos para pais/cuidadores de crianças e jovens.	- Realização de ações de sensibilização para a promoção de competências socioemocionais, em metodologia grupal e/ou individualizada junto dos pais de crianças e jovens, reforçando as estratégias de prevenção e de intervenção no âmbito da violência em meio familiar.	- Nº de ações de sensibilização desenvolvidas - Nº de Participantes nas sessões	Pais e cuidadores de Crianças e Jovens	- CLDS ²⁰ - CAFAP ²¹ - Câmara Municipal de Aveiro - CPCJ de Aveiro - NAV Cáritas de Aveiro ²² - Juntas de Freguesia
Promover o desenvolvimento de competências socioemocionais e de gestão de conflitos para crianças e jovens	- Disponibilização de oferta de atividades desportivas, lúdicas e artísticas, com o intuito de promover competências socioemocionais nas crianças e jovens (sugestões: leitura do livro “O Monstro que vive lá em casa”; clube de teatro).	- Nº de iniciativas desenvolvidas - Nº de Participantes nas sessões - Nº de temáticas abordadas com os Participantes	Crianças e Jovens	- Escola Segura - Agrupamentos de Escolas - IPSS com respostas educativas - Associações de Pais - Universidade de Aveiro

²⁰ CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social

²¹ CAFAP Centro Apoio Familiar Aconselhamento Parental

²² Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica



				- Juntas de Freguesia
	- Realização de ações de sensibilização para promover a autoestima das crianças (sugestões: Criação do “Dia do Abraço” - troca de abraços envolvendo os diversos segmentos da comunidade escolar).	- Nº de iniciativas desenvolvidas - Nº de Participantes nas sessões - Nº de temáticas abordadas com os Participantes	Crianças e Jovens	- Universidade de Aveiro - Agrupamentos de Escolas - IPSS com respostas educativas
	- Criação de um grupo de mediadores, composto por jovens das escolas, por forma a promover a prevenção de conflitos entre pares e uma interação grupal positiva.	- Nº de ações desenvolvidas - Nº de Participantes nas ações	Crianças e Jovens	- Jovens - Agrupamentos de Escolas
Promover uma cultura de não-violência no município de Aveiro	- Aplicação e utilização de estratégias do “Plano Escola Sem Bullying. Escola Sem Violência” (Ministério da Educação) pelas escolas e IPSS com respostas educativas do concelho.	- Nº de iniciativas desenvolvidas - Nº de Participantes nas iniciativas - Nº de temáticas abordadas com os Participantes	Crianças e jovens Comunidade Educativa	- Agrupamentos de Escolas - IPSS com respostas educativas - Ministério da Educação
	- Capacitação de profissionais com competência em matéria de infância e juventude sobre a temática da	- Nº de ações desenvolvidas - Nº de Participantes nas sessões	ECMIJ ²³	- CNPDPCJ - CLDS - CAFAP

²³ ECMIJ – Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude



	violência contra as crianças, através de momentos/sessões de formação especializada.	- Nº de temáticas abordadas com os Participantes		- NAV Cáritas - CPCJ de Aveiro - Juntas de Freguesia
	- Aumento da informação, conhecimento e a intervenção no fenómeno da violência contra as crianças, através do desenvolvimento de palestras e/ou conversas acerca do ciclo da violência ao longo da vida (https://servicos.min-saude.pt/utente/Book/livro/violencia#page/39)	- Nº de ações desenvolvidas - Nº de Participantes nas ações - Nº de temáticas abordadas pelos Participantes	Crianças e jovens Pais e cuidadores Profissionais com competência em matéria de infância e juventude	- Agrupamentos de Escolas - CAFAP - CLDS - CPCJ de Aveiro - Câmara Municipal de Aveiro - Juntas de Freguesia



EIXO/PRIORIDADE: PROMOVER A PARENTALIDADE POSITIVA E APOIAR AS FAMÍLIAS NO DESEMPENHO DAS SUAS FUNÇÕES PARENTAIS

Objetivos	Ações	Indicadores	Público-alvo	Responsáveis
Capacitar os profissionais com competência em matéria de infância e juventude para a promoção da parentalidade positiva junto das famílias com quem intervêm, o mais precocemente possível.	- Sensibilização dos profissionais de saúde (Cuidados de Saúde Primários) para o reforço de estratégias de parentalidade positiva no acompanhamento dos pais, designadamente nas sessões de preparação para o parto e nas consultas de pré e pós parto.	- Nº de ações de sensibilização desenvolvidas - Nº de Participantes nas sessões	- Médicos e Enfermeiros (Cuidados de Saúde Primários)	- Câmara Municipal de Aveiro - CPCJ de Aveiro - ANIP ²⁴ (ELI de Aveiro) - ACeS Baixo Vouga (UF do CS Aveiro)
	- Sensibilização dos profissionais com competência em matéria de infância e juventude (e.g., pessoal docente e não docente, dirigentes, voluntários, etc.) para a identificação de sinais de risco, de modo a apoiar as Famílias no desenvolvimento das suas competências parentais, pessoais e sociais.	- Nº de ações de sensibilização desenvolvidas - Nº de Participantes nas sessões	- ECMIJ ²⁷	- CHBV - CAFAP ²⁵ - CLDS ²⁶ - Juntas de Freguesia
Fomentar o sentimento de pertença por parte dos pais/cuidadores das crianças/jovens nas Escolas	- Dinamização de espaços de convívio e partilha entre famílias sobre temáticas do seu interesse, como por exemplo, a relação/comunicação entre pais-filhos, bem como práticas e estilos educativos parentais que	- Nº de iniciativas desenvolvidas - Nº de Participantes nas sessões	- Pais - Cuidadores - Crianças e Jovens	- CAFAP - Agrupamentos de Escolas - IPSS com respostas educativas

²⁴ Associação Nacional de Intervenção Precoce

²⁵ Centro Apoio Familiar Aconselhamento Parental

²⁶ CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social

²⁷ ECMIJ – Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude



	se encontrem alinhados com os valores e princípios da Parentalidade Positiva e Consciente.	- Nº de temáticas abordadas com os Participantes		- Associações de Pais
	- Criação do “dia da Família” nas Escolas para fomentar a presença e participação das Famílias na Escola, promovendo iniciativas diversificadas (e.g., momento de lanche, divulgação de trabalhos dos alunos, “sala aberta”, entre outros).	- Nº de iniciativas desenvolvidas - Nº de Participantes nas sessões - Nº de temáticas abordadas com os Participantes	- Pais - Encarregados de Educação - Crianças e Jovens	- Associações de Pais - Agrupamentos de Escolas - IPSS com respostas educativas
Apoiar as Famílias no desempenho das suas funções parentais, através da disseminação de estratégias de parentalidade positiva	- Criação do “Manual do Elogio” de forma a estimular uma postura escolar positiva nas crianças e nas Famílias, através da realização de atividades focadas na parceria entre o/a aluno/a e a respetiva Família.	- Nº de iniciativas desenvolvidas - Nº de Participantes - Nº de temáticas abordadas com os Participantes	- Pais - Encarregados de Educação - Crianças e Jovens	- Associações de Pais - Agrupamento de Escolas - IPSS com respostas educativas
	- Divulgação de mensagens positivas/dicas em murais/pontos estratégicos do concelho de Aveiro.	- Nº de iniciativas desenvolvidas - Nº de Participantes	- Pais - Cuidadores - Encarregados de Educação	- CMA - CPCJ de Aveiro - IPSS com respostas educativas - Juntas de Freguesia



Eixo/Prioridade: PROMOVER A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DAS CRIANÇAS E JOVENS

Objetivos	Ações	Indicadores	Público-alvo	Responsáveis
Melhorar o acesso à informação que sustenta a participação das Crianças e Jovens, diversificando os meios de divulgação das iniciativas	Informação e promoção de contextos de experimentação, por exemplo através da integração de novas atividades no desporto escolar e nas AEC's, para que as Crianças e Jovens tomem decisões informadas e conscientes, com base na razão e na emoção.	- Nº de Atividades dirigidas a Crianças e Jovens - Nº de Participantes por Atividade	Crianças e jovens	<ul style="list-style-type: none"> - Agrupamentos de Escolas - IPSS com respostas educativas - Clubes desportivos - Associações juvenis - Juntas de Freguesia
	Diversificação dos meios de divulgação das iniciativas, através do envolvimento dos Pais/Famílias e do recurso a jogos, exposições, marketing de guerrilha, vídeos (e.g., tik tok, youtube), redes sociais.	- Nº de Participantes, visualizações ou exemplares por iniciativa de divulgação		
Promover a auscultação das Crianças e Jovens e incentivar a integração da sua perspetiva nas tomadas de decisão institucionais	Criação de momentos de auscultação das Crianças e Jovens sobre os seus interesses, motivações e preocupações, por exemplo através de caixas de sugestões (físicas e em formato online), da Componente de Cidadania e Desenvolvimento e das Assembleias de Estudantes.	- Nº de iniciativas de auscultação das Crianças e Jovens - Nº de iniciativas que decorrem da participação das Crianças e Jovens	Crianças e jovens	<ul style="list-style-type: none"> - Agrupamentos de Escolas - IPSS com respostas educativas - Clubes desportivos - Associações juvenis - Juntas de Freguesia
	Convite às Crianças e Jovens para refletirem sobre temas que podem afetar o seu bem-estar, nomeadamente comportamentos aditivos (álcool,	- Nº de temáticas abordadas com as Crianças e Jovens		



	tabaco, jogos online), cibersegurança, sexualidade, cidadania, bullying, saúde mental e física, através de mesas redondas temáticas nas bibliotecas escolares			CLDS ²⁸
Fomentar o empreendedorismo infantojuvenil e potenciar a concretização das propostas/iniciativas	Incentivo às Crianças e Jovens para identificar as necessidades, recursos e potencialidades das suas Comunidades (e.g., Bairro, Escola, Grupo).	- Nº de Participantes nas iniciativas de empreendedorismo	Crianças, Jovens, Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Agrupamentos de Escolas - IPSS com respostas educativas - Clubes desportivos - Associações juvenis - Câmara Municipal de Aveiro - Juntas de Freguesia
	Apoio a Crianças e Jovens para apresentarem propostas (“ideias com planos”) para a resolução das necessidades identificadas, por exemplo através da elaboração de candidaturas ao orçamento participativo, da sua integração nas Associações Juvenis e da sua participação nas Assembleias de Estudantes (aumentando a frequência das mesmas), da criação do “Sindicato dos direitos das Crianças”	<ul style="list-style-type: none"> infantojuvenil - Nº de candidaturas elaboradas - Nº de Crianças e Jovens que participam nas Associações Juvenis - Nº de Crianças e Jovens que participam nas Assembleias de Estudantes - Frequência das Assembleias de Estudantes 		

²⁸ CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social



5.2. Acompanhamento e monitorização

De forma a que o presente Plano possa vir a ser implementado, e que a sua implementação seja devidamente acompanhada e avaliada, evidencia-se essencial a definição de uma equipa de acompanhamento e monitorização.

Desta forma, pretende-se que sejam elaborados instrumentos de monitorização e de recolha de informação que permitam concretizar uma avaliação da execução das diferentes propostas do presente Plano.

No que concerne ao Plano Local de Aveiro, propõe-se um horizonte de 5 anos de implementação, que ao dar início ainda do presente ano (2022), possa reunir condições de reformulação em 2026.

Neste seguimento, proposta de monitorização e avaliação do Plano Local de Aveiro é que este seja um processo desenvolvido a partir de dois níveis de acompanhamento:

- Por uma equipa local – Comissão de Acompanhamento - constituída por:

- a) Representante das Crianças;
- b) Representante dos Jovens;
- c) Representante das Famílias;
- d) Representante das Entidades (Agrupamento de Escolas; IPSS e Associações);
- e) Representante do Município;
- f) Representante da CPCJ.

- Por uma entidade externa - Universidade de Aveiro - que fará a orientação para uma recolha adequada de informação e assumirá o tratamento dessa mesma informação com vista a proceder à avaliação da implementação do Plano e emitirá recomendações para a sua reformulação

Após da constituição da Comissão de Acompanhamento, serão definidos os respetivos indicadores de avaliação.

No que respeita aos instrumentos de avaliação, irá privilegiar-se uma metodologia mista (caráter quantitativo e qualitativo) através de:

- a) Relatórios anuais;
- b) Atas de Reuniões;
- c) Sessões de trabalho – metodologia World Café – como exercício de avaliação periódica e final.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento e concretização do Diagnóstico Local de Infância e Juventude do Concelho de Aveiro, constitui-se como um marco importante quanto à defesa dos Direitos das Crianças e Jovens e, conseqüentemente, à prevenção das diferentes formas de perigo que limitam o acesso a estes Direitos.

Acreditamos que este será o ponto de partida para uma sociedade que, de forma concertada, aposta na Infância e Juventude, através de um conhecimento mais completo e profundo da realidade local. Assim, torna-se possível discutir e refletir sobre as prioridades de intervenção na comunidade e, desta forma, criar novas formas de parceria entre as respostas já existentes, por forma a ampliar a capacidade de intervenção das entidades com competência em matéria de infância e juventude, mas também na própria definição de políticas sociais exequíveis e sustentáveis.

Destacamos a importância da participação dos diversos parceiros na definição desta estratégia comum, uma vez que este documento resultou de um processo participado, tanto ao nível da resposta aos questionários implementados, como na participação da discussão dos resultados recolhidos e, conseqüentemente, na definição dos Eixos prioritários de intervenção.

Em suma, acreditamos que a implementação deste Plano Local poderá evidenciar-se como uma real oportunidade de melhoria da qualidade de vida das Crianças e Jovens de Aveiro, nomeadamente no desenvolvimento de medidas centradas na parentalidade positiva, livre de violência e respeitadora dos interesses das Crianças e dos Jovens, numa lógica comunitária, sistémica e focada na prevenção.

ANEXOS

1. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

a) População dos 0-18 anos no total da população residente

	População dos 0-18 anos no total da população residente				
	0-04	05-09	10-14	15-19	Total
2019	3.548	3.712	3.748	3.944	78.734
2018	3.489	3.773	3.645	4.015	77.916
2017	3.472	3.773	3.657	4.030	77.630

Fonte: PORDATA –Municípios POPULAÇÃO. Acedido a 1 de julho de 2020

b) Índice sintético de fecundidade

Índice sintético de fecundidade			
	2019	2018	2017
Portugal	1,45	1,45	1,45
Centro	1,37	1,37	1,37
Aveiro	1,4	1,4	1,4

Fonte: PORDATA –Municípios POPULAÇÃO. Acedido a 1 de julho de 2020

c) Nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos

Nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos			
	2019	2018	2017
Portugal	30,5	40,4	30,3
Centro	30,5	30,6	30,6

Fonte: PORDATA –Municípios POPULAÇÃO. Acedido a 1 de julho de 2020

d) Número de famílias monoparentais

Número de famílias monoparentais						
	2019		2018		2017	
	Femininas	Masculinas	Femininas	Masculinas	Femininas	Masculinas
Centro	73 200	15 200	75 200	11 400	69 400	10 200
	88 400		86 600		79 500	

Fonte: PorData. POPULAÇÃO. Famílias. Acedido a 1 de julho de 2020

e) Número e percentagem de famílias numerosas (6 ou mais elementos)

	2001		2001		1981	
	3-5	6 +	3-5	6 +	3-5	6 +
Portugal	1.818.875	80.466	1.863.461	119.222	1.547.140	311.100
Centro	395.046	13.339	416.278	21.934	367.190	62.952
Aveiro	13 373	503	13 519	756	9978	1 908

Fonte: PorData. POPULAÇÃO. Famílias. Acedido a 1 de julho de 2020

2. DIREITO À SOBREVIVÊNCIA – INDICADORES ESTATÍSTICOS

A) Taxa de emprego

Portugal					
Total		Homens		Mulheres	
2001	2011	2001	2011	2001	2011
53,5	48,5	62,6	53,6	45,1	43,9
Região Centro					
Total		Homens		Mulheres	
2001	2011	2001	2011	2001	2011
50,4	46,8	60,4	52,5	41,3	41,7
Concelho de Aveiro					
Total		Homens		Mulheres	
2001	2011	2001	2011	2001	2011
58,3	53,4	79,9	57,9	39	49,5

Fonte: Taxa de Emprego (%), segundo os Censos de 2001 e 2011, em Portugal, Região Centro e Concelho de Aveiro, de acordo com o sexo.

B) Pessoal ao serviço nas empresas, por sexo e por situação na profissão

Situação na profissão/ Ano	2018	2017	2016
Empregador	1846	1823	1769
Membro Ativo de Cooperativa de Produção	0	0	0
Trabalhador familiar não remunerado	13	7	6
Trabalhador por conta de outrem	34861	32603	31232
Não enquadrável	50	61	57
Ignorado	0	0	0
Total	36770	34494	33064

Fonte: PORDATA. Municípios, Pessoas Empregadas, www.pordata.pt – Acedido a 8 de junho de 2020

C) Pessoal do sexo masculino ao serviço nas empresas por situação na profissão

Situação na profissão/ Ano	2018	2017	2016
Empregador	1259	1248	1223
Membro Ativo de Cooperativa de Produção	0	0	0
Trabalhador familiar não remunerado	8	5	3
Trabalhador por conta de outrem	18805	17852	17009
Não enquadrável	30	33	28
Ignorado	0	0	0
Total	20102	19138	18263

Fonte: PORDATA. Municípios, Pessoas Empregadas, www.pordata.pt – Acedido a 8 de junho de 2020

D) Pessoal do sexo feminino ao serviço nas empresas por situação na profissão

Situação na profissão/ Ano	2018	2017	2016
Empregador	587	575	546
Membro Ativo de Cooperativa de Produção	0	0	0
Trabalhador familiar não remunerado	5	s/ informação	3
Trabalhador por conta de outrem	16056	14751	14223
Não enquadrável	20	s/ informação	29
Ignorado	0	0	0
Total	16668	15356	14801

Fonte: PORDATA. Municípios, Pessoas Empregadas. www.pordata.pt – Acedido a 8 de junho de 2020

E) Ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem, por sexo

Ano/ Sexo	Masculino	Feminino
2018	1336,8	1007,1
2017	1288,9	969,7
2016	1242,7	968,1

Fonte: PORDATA. Municípios, Emprego e Mercado de Trabalho, Salário. www.pordata.pt – Acedido a 8 de junho de 2020

F) Ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem, por sector de atividade económica

Atividade/Ano	2018	2017	2016
Agricultura	970,1	1063,4	1000,6
Indústria	1437,8	1427,4	1341,6
Indústria Transformadora	1498,4	1475,1	1380
Construção	948,7	974,3	903,4
Serviços	1257,7	1180	1168,3
Total	1336,8	1288,9	1242,7

Fonte: PORDATA. Municípios, Emprego e Mercado de Trabalho, Salário. www.pordata.pt Acedido a 8 de junho de 2020

G) Pessoas inscritas no Centro de Emprego, segundo sexo

Sexo/Ano	2020 (janeiro)	2019 (janeiro)	2018 (janeiro)
Feminino	1 322	1 307	1 489
Masculino	1 096	1 122	1 149
Total	2418	2429	2638

Fonte: Segurança Social, Prestações de Desemprego. www.seg-social.pt Acedido a 8 de junho de 2020

H) Valor médio do subsídio de desemprego

	2019	2018	2017
Aveiro	494,28	516,50	496,55
Portugal	487,99	511,39	485,17

Fonte: Segurança Social, Prestações de Desemprego. www.seg-social.pt Acedido a 8 de junho de 2020

I) Famílias com processamento de RSI

Famílias com processamento de RSI			
Região/Ano	2019	2018	2017
Aveiro	6195	6523	6790
Portugal	127 701	134198	134918

Fonte: Segurança Social, Rendimento Social de Inserção. www.seg-social.pt Acedido a 8 de junho de 2020

J) Pessoas com processamento de RSI, por sexo

Pessoas beneficiárias com processamento de RSI, por sexo			
Região/ Ano	2019	2018	2017
Total	1411	1551	1704
Feminino	733	800	876
Masculino	678	751	828

Fonte: Segurança Social, Rendimento Social de Inserção. www.seg-social.pt Acedido a 8 de junho de 2020

K) Pessoas com processamento de RSI, por sexo

Valor médio do RSI, por família			
Região/ Ano	2019	2018	2017
Aveiro	260,62	258,66	251,55
Portugal	259,43	258,23	252,52

Fonte: Segurança Social, Rendimento Social de Inserção. www.seg-social.pt Acedido a 8 de junho de 2020

L) Pessoas beneficiárias com processamento de RSI por grupo etário

Escala Etário	N.º de Beneficiários (com processamento) Maio 2020		
	F	M	Total
< 18 anos	170	174	344
18 anos	5	8	13
19 anos	14	5	19
20 a 24 anos	32	20	52
25 a 29 anos	26	18	44
30 a 34 anos	35	27	62
35 a 39 anos	44	23	67
40 a 44 anos	41	24	65
45 a 49 anos	31	36	67
50 a 54 anos	48	39	87
55 a 59 anos	60	59	119
60 a 64 anos	44	41	85
>= 65 anos	22	16	38
Total	572	490	1062

Fonte: ISS, IP – Gabinete de Planeamento e Estratégia.

3- DIREITO AO DESENVOLVIMENTO - INDICADORES ESTATÍSTICOS

a) Caracterização da População Residente de acordo com o nível de Ensino

TOTAL	Sem Escolaridade		1.º Ciclo		2.º Ciclo		3.º Ciclo		Ensino Secundário		Ensino Superior	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
2011												
67.019	1.460	3.309	6.897	8.140	4.471	3.757	7.144	6.279	5.138	5.372	5.881	8.520
	4.769		15037		8 228		13 423		10 510		14 401	
	61 599											

Fonte: PorData, Municípios. Acedido a 25 de julho de 2020

B) Alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino em percentagem da população residente, no ano de 2019

	Total	Educação Pré Escolar	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Ensino Secundário	CET
	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019
Portugal	15,74	2,37	3,83	2,13	3,48	3,88	0,05
Centro	14,47	2,19	3,41	1,91	3,22	3,71	0,03
Região de Aveiro	15,30	2,38	3,67	2,04	3,30	3,88	0,02
Aveiro	19,53	2,77	4,31	2,32	4,10	5,96	0,07

Fonte: PorData, Municípios. Acedido a 25 de julho de 2020

C) Taxa bruta de escolarização

	Homens e Mulheres					
	Educação Pré escolar	Ensino básico				Ensino Secundário
		Total	1º Ciclo	2º ciclo	3º ciclo	
Região Aveiro (2017/2018)	97,8	109,8	104,4	111,4	115,5	118,2
2017/2018	103,8	125,0	112,1	125,5	142,3	199,1
2016/2017	106,6	126,5	111,6	128,8	144,8	207,2
2015/2016	100,4	126,5	114,1	123,6	144,3	203,2

Fonte: PORDATA, Alunos, Ensino Não Superior, www.pordata.pt Acedido a 13 de junho

D) Evolução da taxa bruta de escolarização no concelho

2017/2018	Educação Pré Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	
		Total	1.º Ciclo	2.º Ciclo		3.º Ciclo
Portugal Continental	93,7	108,7	101,9	110,4	116,0	121,7
Centro	97,1	108,2	102,7	108,6	114,6	120,8
Região de Aveiro	97,8	109,8	104,4	111,4	115,5	118,2
Aveiro	103,8	125,0	112,1	125,5	142,3	199,1

Fonte: PORDATA, Alunos, Ensino Não Superior, www.pordata.pt Acedido a 13 de junho

E) Taxa bruta de escolarização de acordo com o sexo

	Educação Pré escolar	Homens				Ensino Secundário
		Ensino básico				
		Total	1º Ciclo	2º ciclo	3º ciclo	
Região de Aveiro (2017/2018)	99,1	110,7	104,7	112,9	116,8	116,0
2017/2018	106,7	126,7	113,4	126,6	145,7	185,6
2016/2017	109,3	128,5	113,4	134,3	145,4	205,4
2015/2016	102,2	128,7	116,5	125,3	147,0	202,9

Fonte: PORDATA, Alunos, Ensino Não Superior, www.pordata.pt Acedido a 13 de junho

F) Taxa bruta de escolarização de acordo com o sexo

	Educação Pré escolar	Mulheres				Ensino Secundário
		Ensino básico				
		Total	1º Ciclo	2º ciclo	3º ciclo	
Região de Aveiro (2017/2018)	96,4	108,9	104,0	109,9	114,2	120,5
2017/2018	100,9	123,3	110,6	124,4	139,0	212,9
2016/2017	103,9	124,5	109,7	123,4	144,3	208,9
2015/2016	98,4	124,4	111,7	122,0	141,6	203,6

Fonte: PORDATA, Alunos, Ensino Não Superior, www.pordata.pt Acedido a 13 de junho

G) Taxa de transição dos alunos matriculados no ano letivo 2018/2018 no ensino básico

Ensino Básico												
2018/2019	1.º Ciclo					2.º Ciclo			3.º Ciclo			
	Total	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	Total	5.º ano	6.º ano	Total	7.º ano	8.º ano	9.º ano
Portugal Continental	98,0	100,0	95,3	98,6	98,4	96,2	96,1	96,4	94,4	93,2	95,4	94,6
Centro	98,2	100,0	95,4	98,9	98,8	91,1	97,0	97,2	95,7	94,9	96,3	95,8
Região de Aveiro	98,7	100,0	96,8	99,3	98,6	97,8	98,1	97,4	95,7	94,9	97,1	95,1
Aveiro	98,9	100,0	97,3	99,5	98,9	97,5	98,6	96,2	96,6	95,5	97,5	96,8

Fonte: PORDATA, Alunos, Ensino Não Superior, www.pordata.pt Acedido a 13 de junho

H) Taxa de transição dos alunos matriculados no ano letivo 2018/2018 no ensino secundário

Ensino Secundário												
2018/2019	Curso Científico Humanísticos, tecnológicos e profissionais				Cursos gerais/científico-humanísticos				Cursos técnicos/tecnológicos e profissionais			
	Total	10.º ano	11.º ano	12.º ano 4.º ano	Total	10.º ano	11.º ano	12.º ano	Total	10.º ano	11.º ano	12.º ano
Portugal Continental	87,1	89,6	93,5	77,4	85,5	86,9	92,3	76,9	89,9	94,3	95,4	78,4
Centro	88,6	91,1	94,1	80,3	87,0	88,5	93,1	79,3	91,1	95,2	95,6	81,7
Região de Aveiro	88,4	91,1	93,8	79,7	87,0	88,7	93,7	78,3	90,4	94,7	93,9	81,6
Aveiro	88,1	92,9	93,4	77,6	87,8	92,1	93,9	77,6	88,8	94,5	92,5	77,6

Fonte: PORDATA, Alunos, Ensino Não Superior, www.pordata.pt Acedido a 13 de junho

I) Número de crianças em creche na rede solidária

N.º de crianças a frequentar as creches com acordo de cooperação, no concelho de Aveiro (junho de 2020)	
Creche	N.º Utentes
	1 318

Fonte: Sistema de Informação da Segurança Social.

J) Taxas de cobertura das creches

	N.º de Equipamentos	Capacidade	Utentes
Rede solidária	25	1344	1264
Rede privada	4	118	99
TOTAL	29	1462	1363

Fonte: Carta Social. Acedido a 23 de setembro de 2020.

K) Taxa de cobertura das resposta de creche familiar e creche

Aveiro	Creche familiar e Creche
2018	176,2
2017	174,7

Fonte: Segurança Social. www.seg-social.pt Acedido a 15 de junho de 2020

L) Equipamentos para a 1.ª infância no concelho de Aveiro

	N.º de Equipamentos	3 anos	4 anos	5 anos	TOTAL
Rede pública	25	231	270	285	786
Rede solidária	22	311	373	402	1086
Rede privada	6	26	39	32	97
TOTAL	49	568	682	719	1969

Fonte: Carta Educativa de 2019. www.cm-aveiro.pt. Acedido a 15 de junho de 2020

M) Evolução das taxas de pré escolarização

	2017/2018	2016/2017	2015/2016	2014/2015	2013/2014	2012/2013	2013/2012	2012/2011
Portugal	96,4	94,5	91,1	90,9	89,8	90,9	87,4	85,0
Centro	101,2	97,7	95,3	96,5	96,2	97,0	93,4	91,4
Região de Aveiro	101,8	99,3	95,6	96,5	94,2	94,2	91,5	87,3

N) Alunos/as com necessidades educativas especiais

Nível de Ensino	Alunas		Alunos	
	N.º	%	N.º	%
Pré Escolar	3	0,8%	8	1,8 %
1.º Ciclo	66	4,5%	97	6,4%
2.º Ciclo	57	6,9%	92	9,8%
3.º Ciclo	77	6,1%	143	10,8%
Secundário	67	4,7%	79	6,1%

O) Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular

Homens e Mulheres													
	Total	1ºCiclo					2ºciclo			3º Ciclo			
		Total	1º ano	2º ano	3º ano	4ºano	Total m	5ºano	6ºano	Total	7ºano	8ºano	9ºano
Concelho de Aveiro	3,0	1,2	0,0	3,3	1,1	0,5	3,9	3,4	4,4	4,7	4,8	5,0	4,3
Distrito de Aveiro	3,5	2,1	0,0	5,4	1,6	0,9	2,8	2,7	2,9	5,6	7,3	5,1	4,9

Fonte: DGEEC. [Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário / Diversos. www.dgeec.mec.pt](http://www.dgeec.mec.pt) Acedido a 13 de junho de 2020

P) Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular nas mulheres

Mulheres												
	1ºCiclo						2ºciclo					
	Total	1º ano	2º ano	3º ano	4ºano	Total	5ºano	6ºano	Total	7ºano	8ºano	9ºano
	AG											
Concelho de Aveiro	1,2	0,0	3,3	1,0	0,3	3,1	2,2	3,9	3,6	2,1	5,0	3,9
Distrito de Aveiro	1,8	0,0	4,6	1,6	0,9	1,8	1,7	1,9	4,3	4,5	4,3	4,0

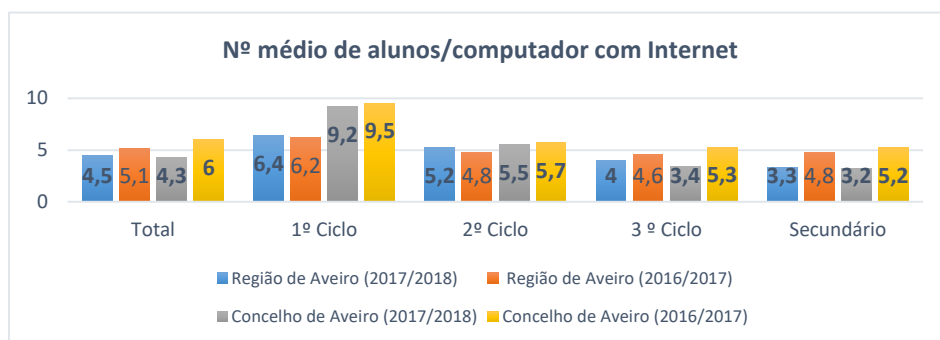
Fonte: DGEEC. [Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário](#) / [Diversos](#). www.dgeec.mec.pt Acedido a 13 de junho de 2020

Q) Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular nos homens

Homens												
	1ºCiclo						2ºciclo					
	Total	1º ano	2º ano	3º ano	4ºano	Total	5ºano	6ºano	Total	7ºano	8ºano	9ºano
Concelho de Aveiro	1,3	0,0	3,2	1,3	0,7	4,7	4,5	4,9	5,9	7,4	5,1	4,8
Distrito de Aveiro	2,3	0,0	6,3	1,6	1,0	4,4	4,6	4,2	7,2	8,6	6,3	6,7

Fonte: DGEEC. [Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário](#) / [Diversos](#). www.dgeec.mec.pt Acedido a 13 de junho de 2020

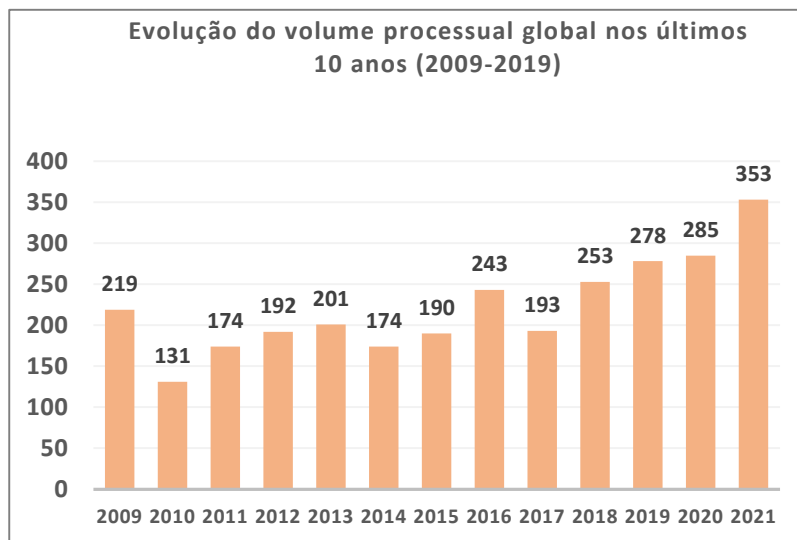
R) Número/ Percentagem médio de alunos/as por computador com internet, por ciclo de ensino



Fonte: PORDATA, [Ciência, Tecnologia e Sociedade de Informação, Computadores e Internet](#). www.pordata.pt Acedido a 24 de junho de 2020

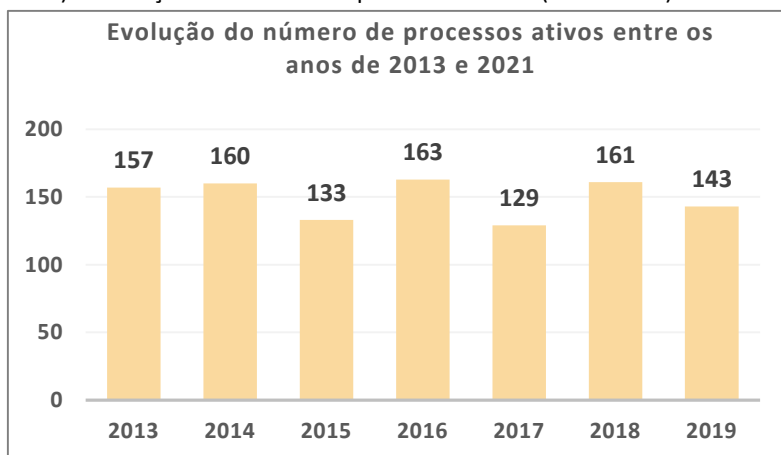
4. DIREITO À PROTEÇÃO - DADOS ESTATÍSTICOS

A) Evolução do volume processual global nos últimos 10 anos (2009-2019)



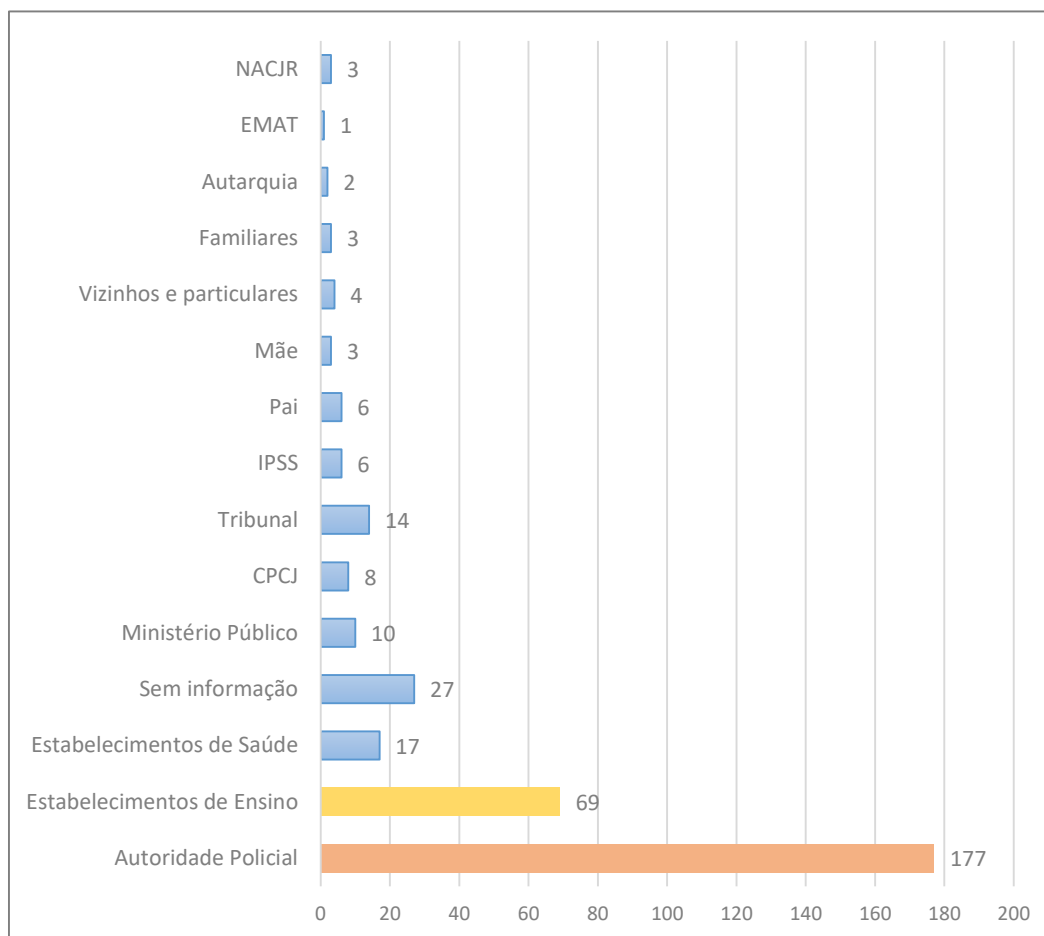
Fonte: Dados disponíveis na aplicação informática da CPCJ. Acedido a 25 de maio de 2022.

B) Evolução do número de processos ativos (2013-2021)



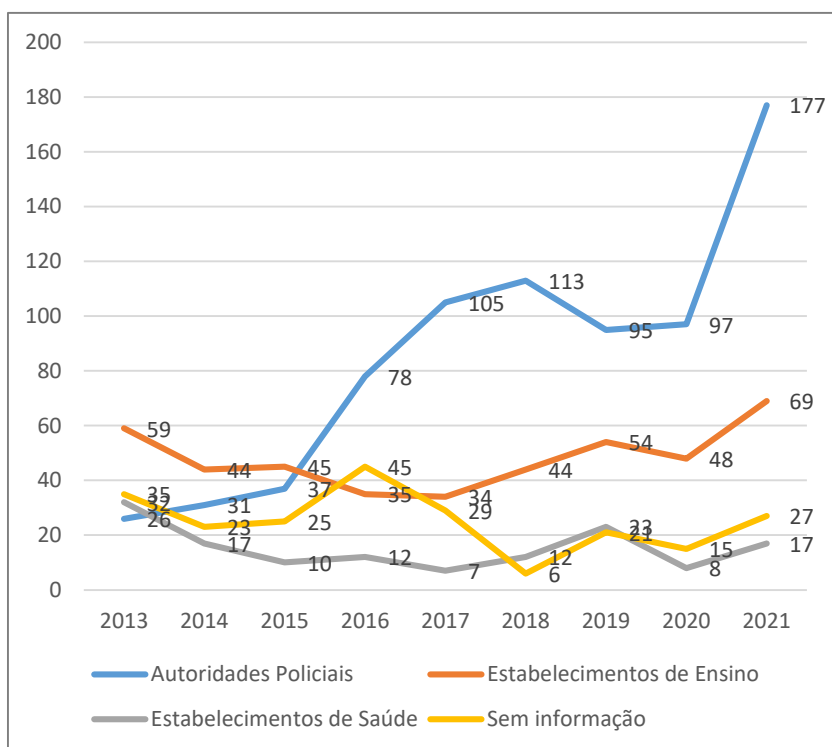
Fonte: Dados disponíveis na aplicação informática da CPCJ. Acedido a 25 de maio de 2022.

C) Entidades sinalizadoras de situações de perigo a CPCJ (2021)



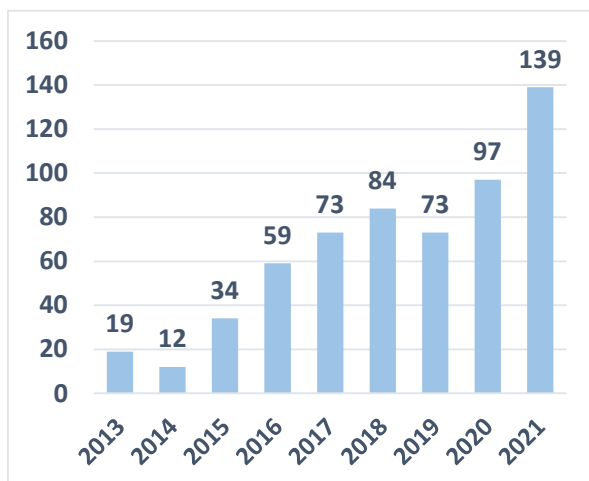
Fonte: Dados disponíveis na aplicação informática da CPCJ. Acedido a 25 de maio de 2022.

D) Evolução das principais entidades sinalizadoras



Fonte: Dados disponíveis na aplicação informática da CPCJ. Acedido a 25 de maio de 2022.

E) Evolução das sinalizações por violência doméstica



Fonte: Dados disponíveis na aplicação informática da CPCJ. Acedido a 25 de maio de 2022.

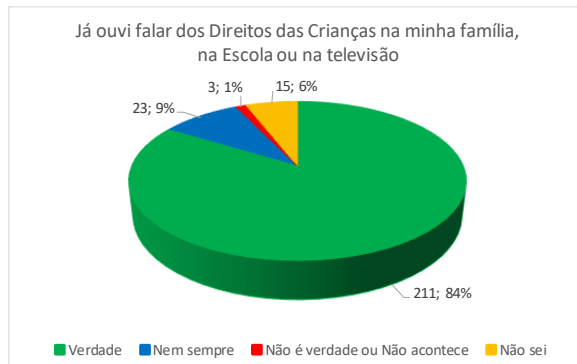
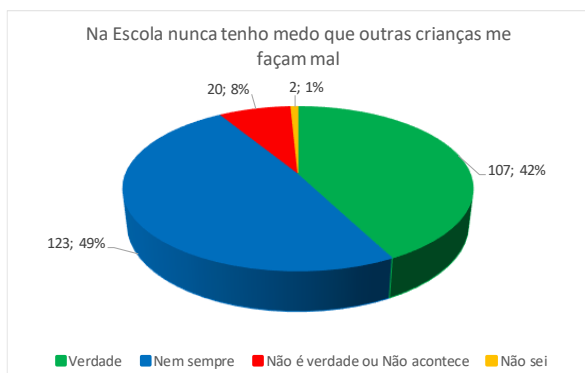
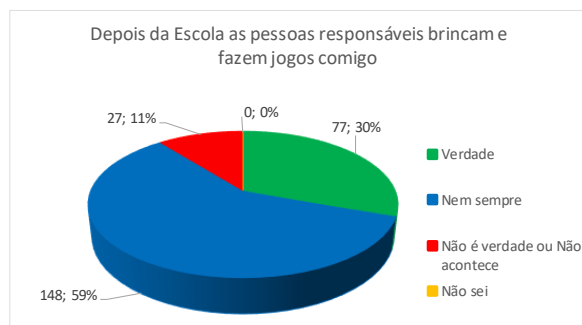
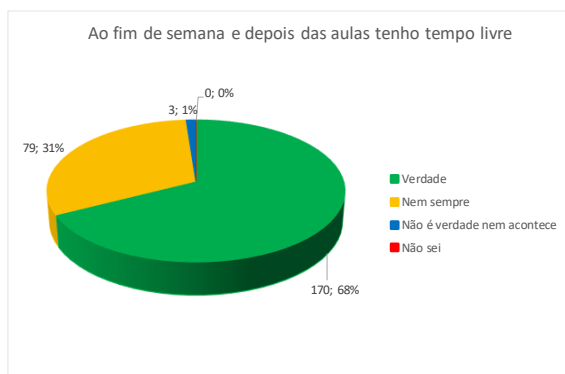
3. DIREITO À PARTICIPAÇÃO – DADOS ESTATÍSTICOS

N.º de estudantes em Associações de Estudantes

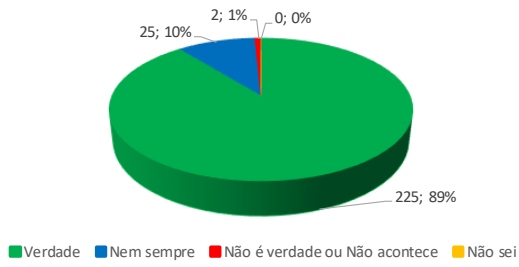
Agrupamento de Escolas de Eixo		
	Sexo Masculino	Sexo Feminino
1 A.E.	1	10
Agrupamento de Escolas de Aveiro		
	Sexo Masculino	Sexo Feminino
2 A.E.	4	8
	5	7
Agrupamento de Escolas Dr. Mário Sacramento		
	Sexo Masculino	Sexo Feminino
1 A.E.	8	7
Agrupamento de Escolas de Cacia		
	Sexo Masculino	Sexo Feminino
1 A.E.	2	10
Total	20	42

5. QUESTIONÁRIOS APLICADOS A CRIANÇAS PELAS ESCOLAS DO CONCELHO DE AVEIRO

A) Questionários aplicados a crianças



Quem é responsável por mim fala comigo sobre o que é ser saudável



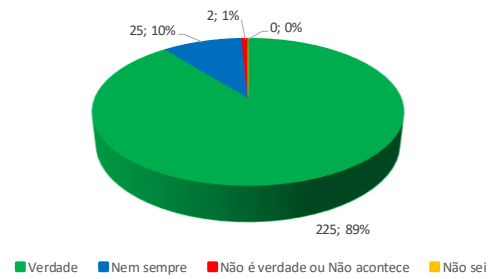
Quando tenho medo de alguma coisa costumo falar com quem é responsável por mim



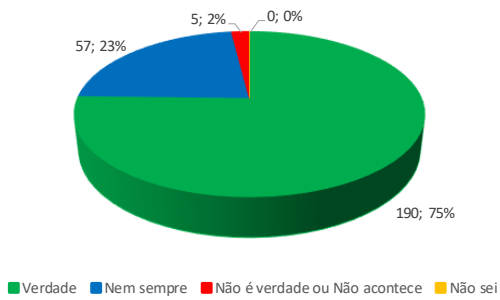
Costumo ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas



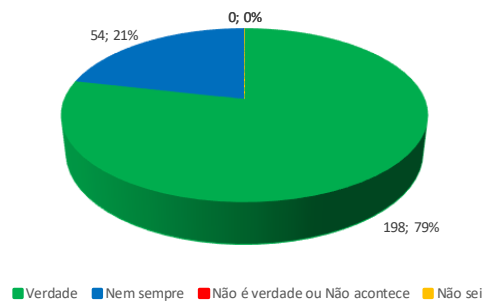
Quem é responsável por mim leva-me ao médico quando estou doente



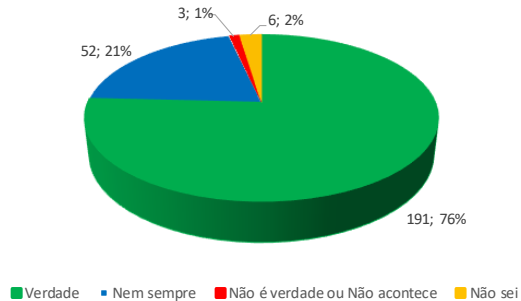
Quando comemos em família falamos muito



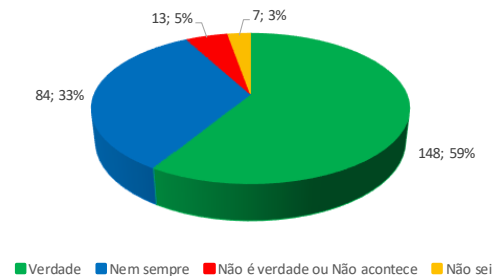
Eu e a minha família jantamos juntos

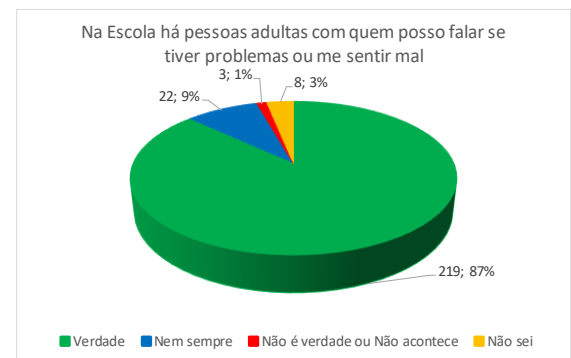
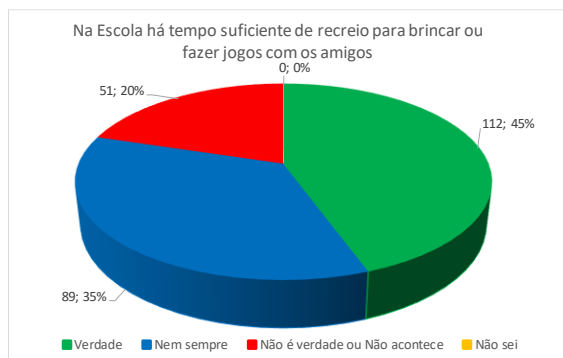
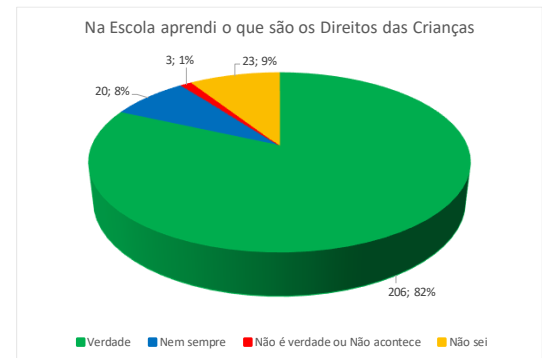
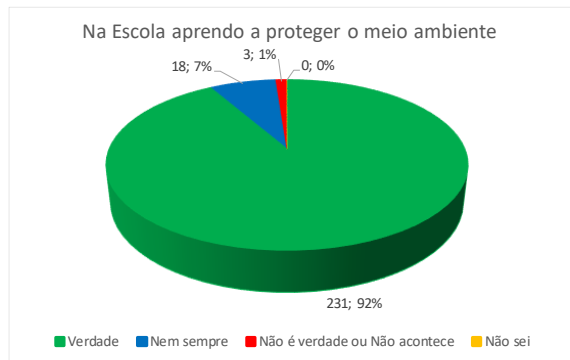
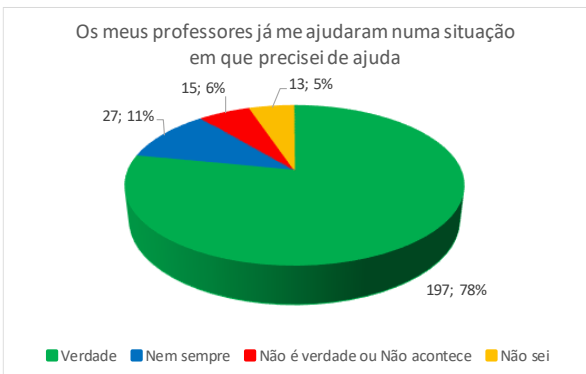
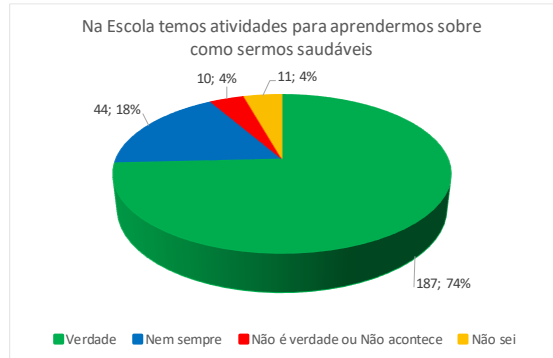


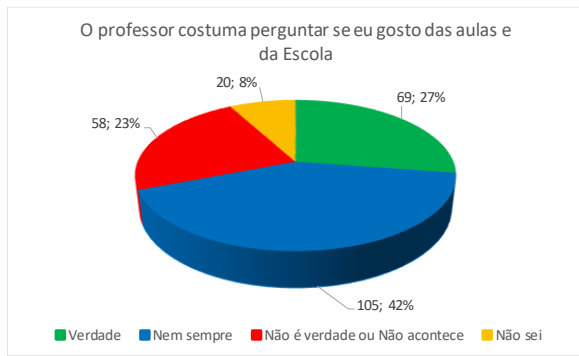
O médico ou o enfermeiro falam diretamente comigo



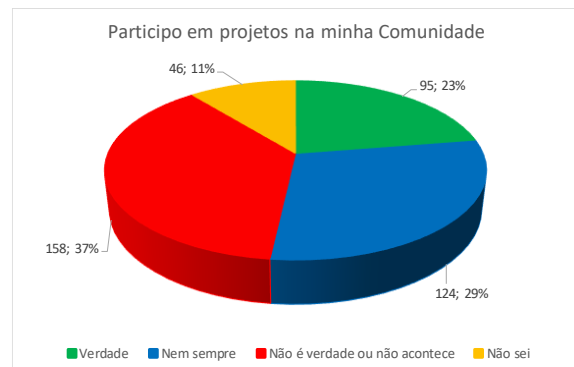
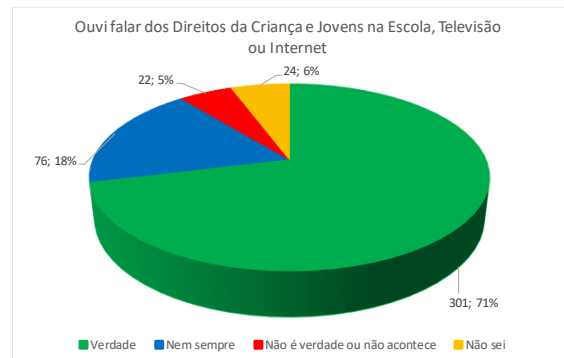
O meu Encarregado de Educação participa muito nas atividades da Escola

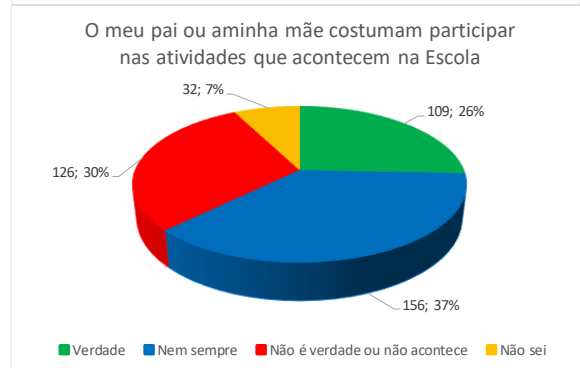
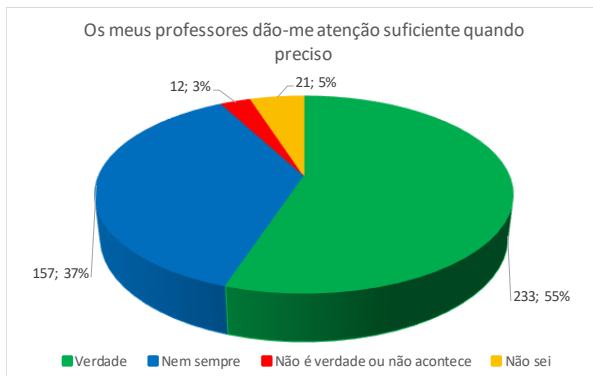
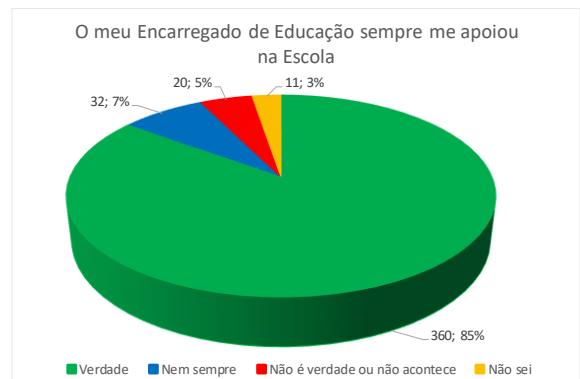
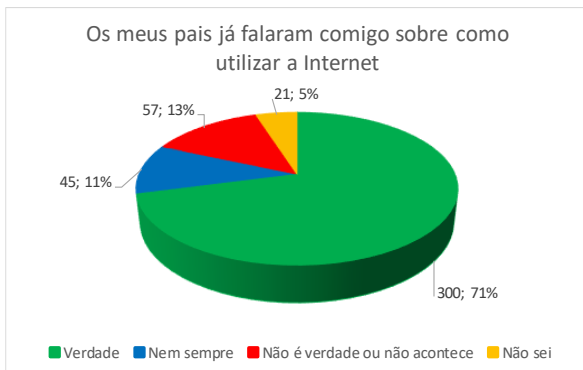
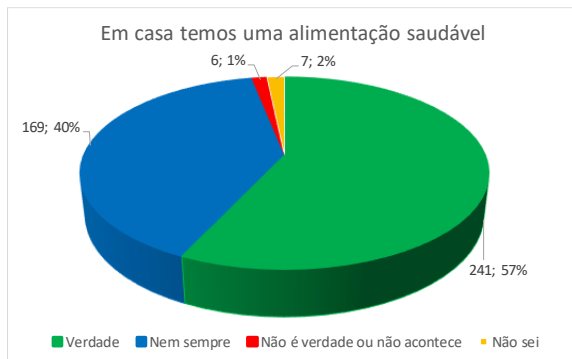




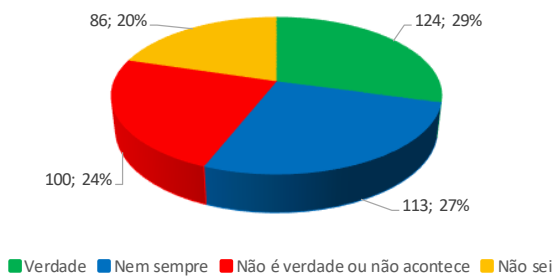


b) Questionários aplicados a jovens

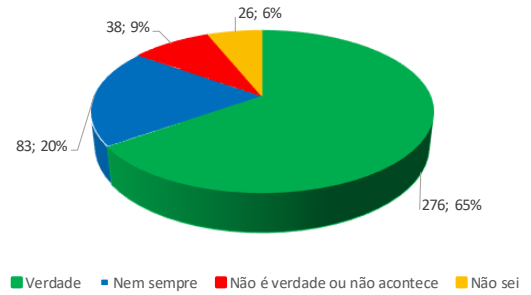




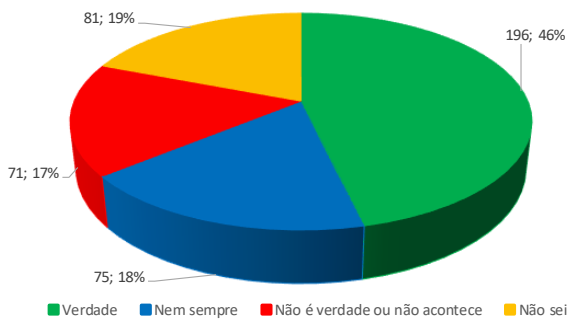
Na minha Escola temos aulas sobre promoção de saúde



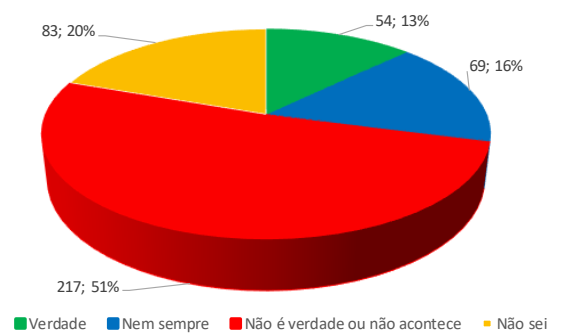
Os meus professores já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda



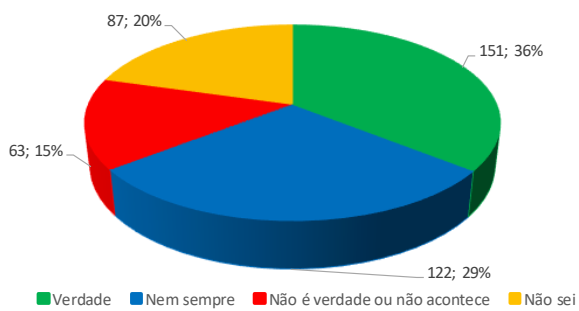
Na Escola fomos informados sobre os Direitos das Crianças e Jovens



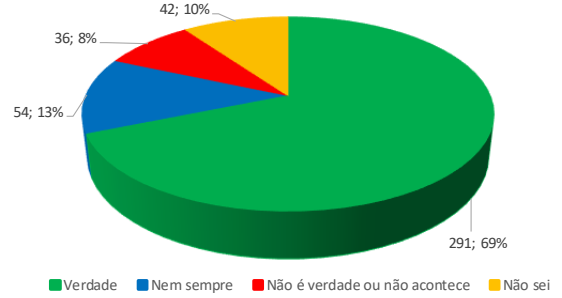
Na minha Escola temos aulas de Educação Sexual



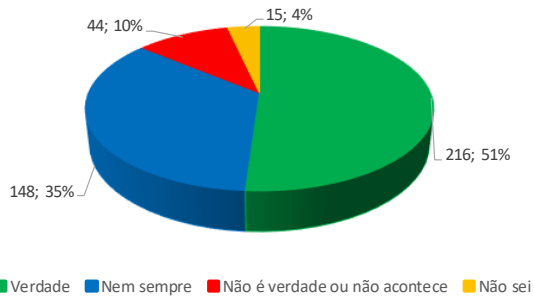
Os professores costumam envolver-nos em decisões sobre a organização da Escola



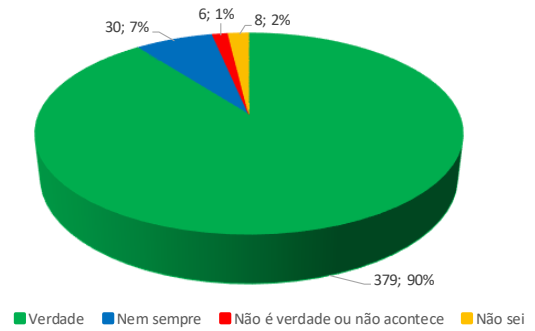
Na minha Escola há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal



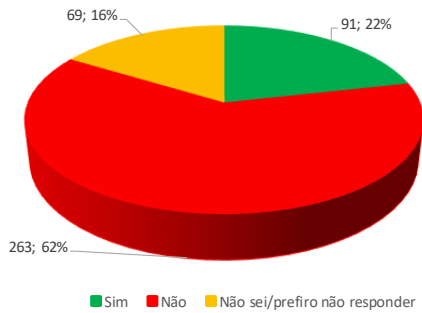
O médico ou enfermeiro costuma falar diretamente comigo



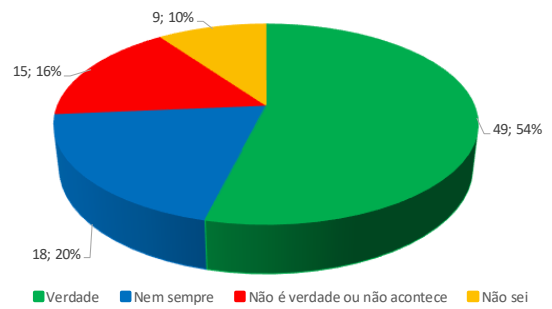
Sinto-me seguro em casa



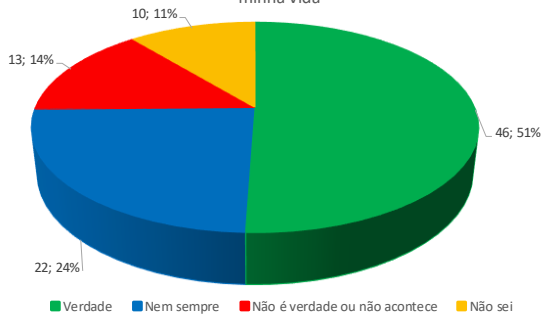
Já tive contacto com o Sistema de Proteção de Crianças e Jovens



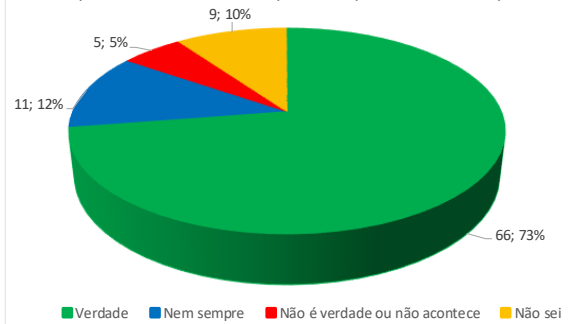
Gostei do acompanhamento dos profissionais do Sistema de Proteção de Crianças e Jovens



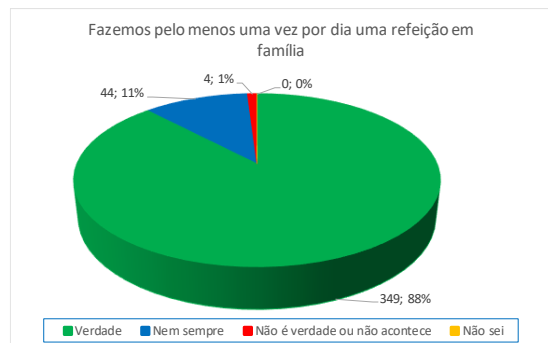
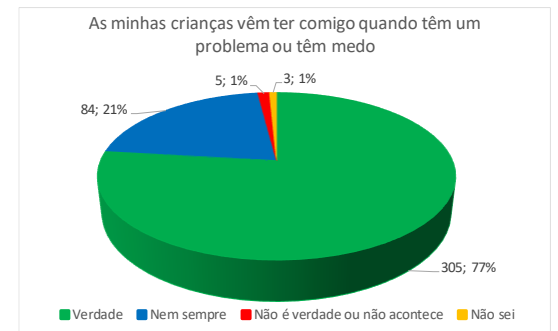
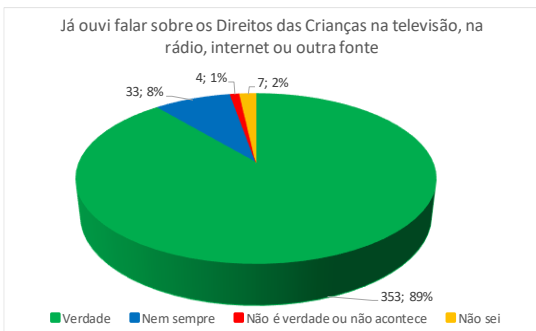
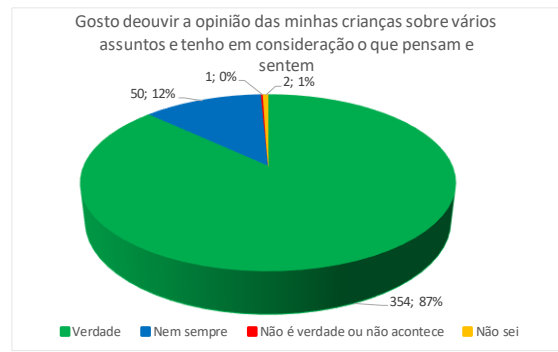
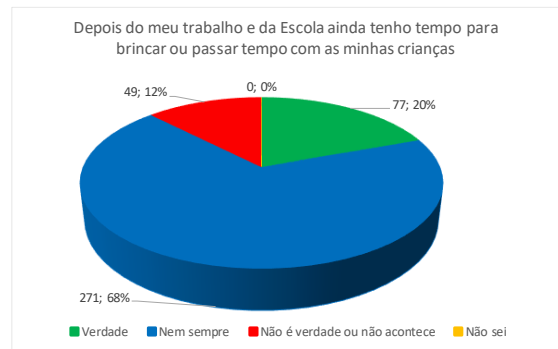
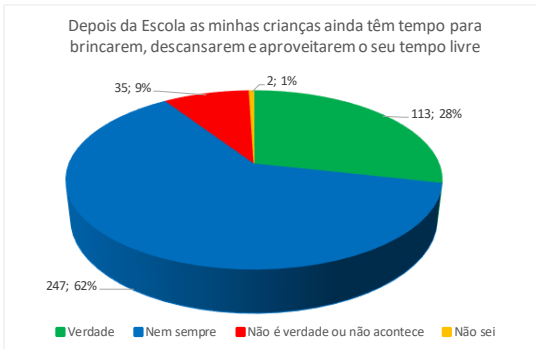
O acompanhamento por parte dos profissionais do Sistema de Proteção de Crianças e Jovens ajudou-me a melhorar a minha vida

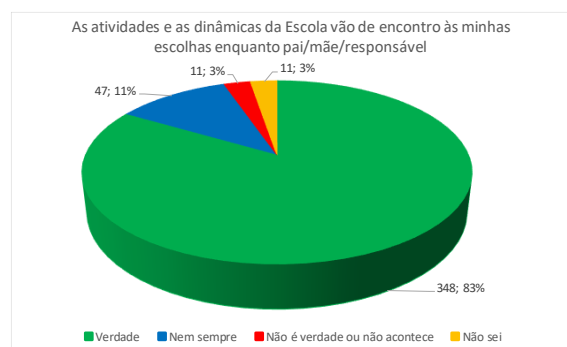
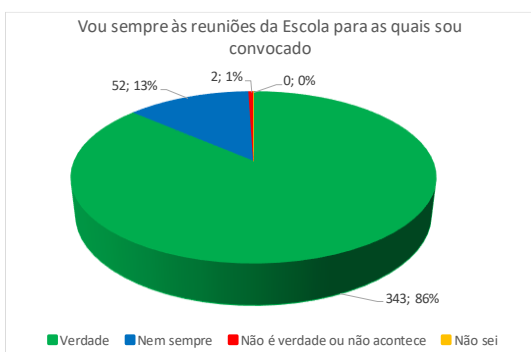
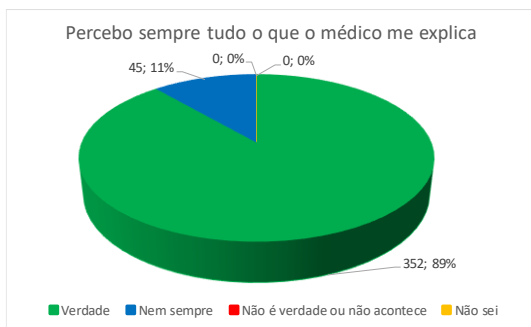
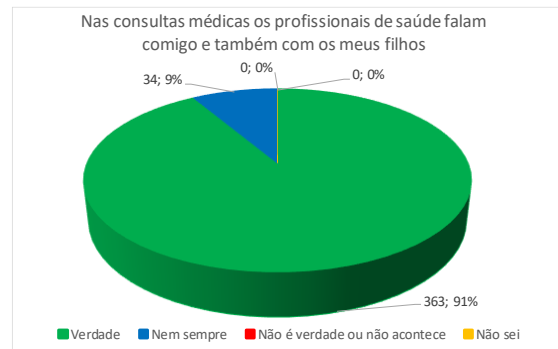
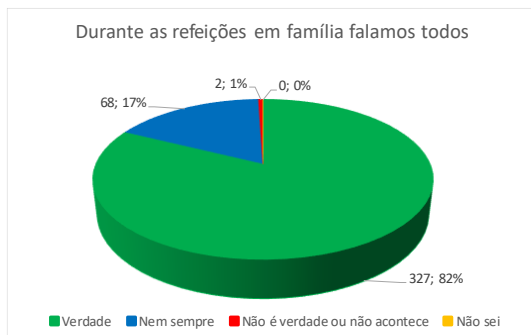
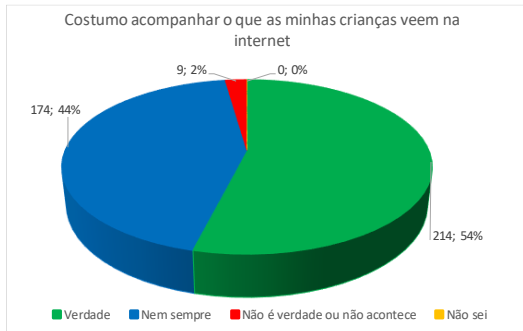


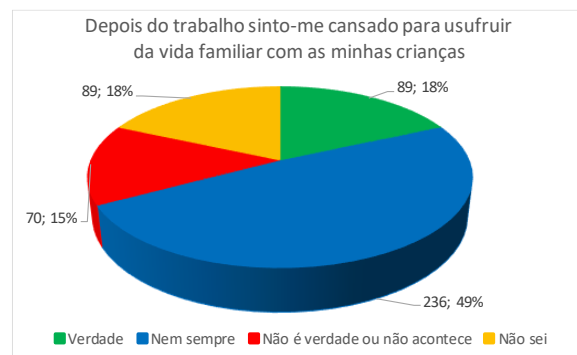
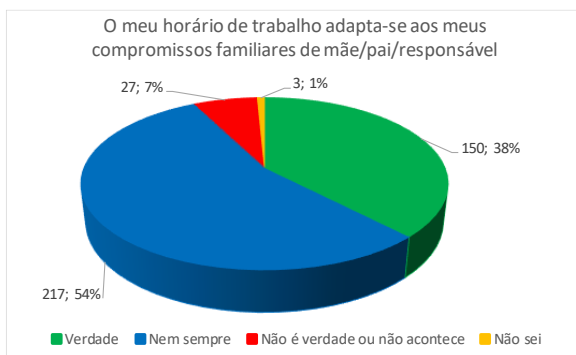
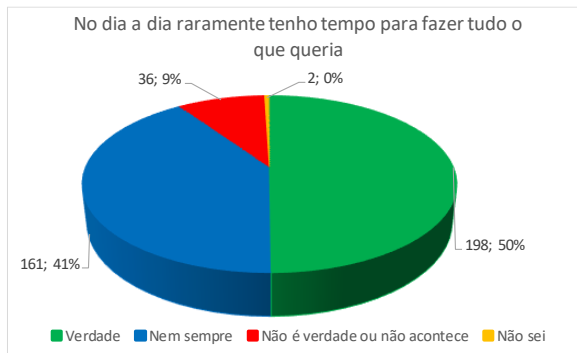
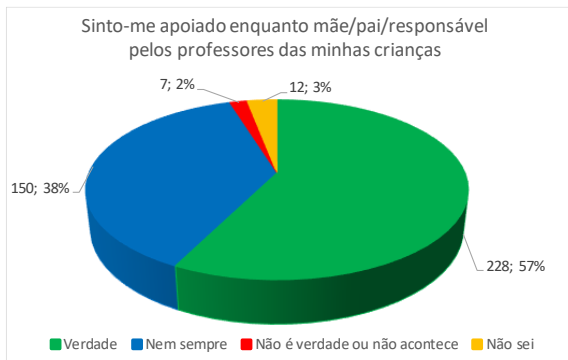
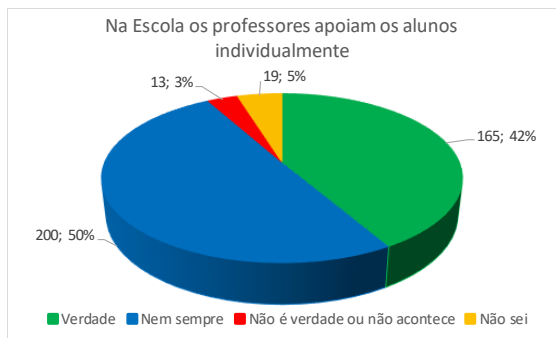
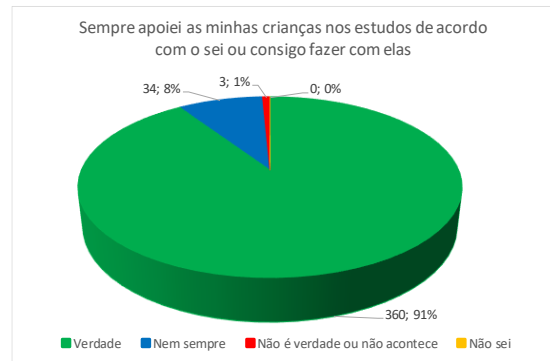
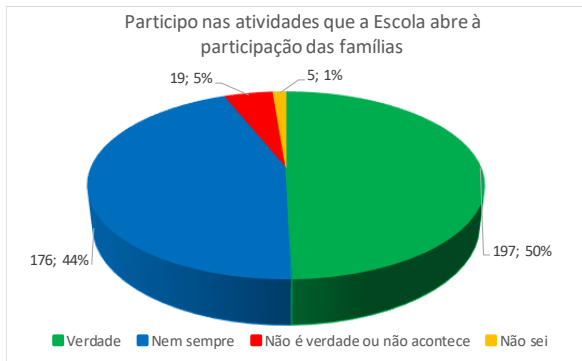
Durante o acompanhamento fui sempre informado sobre o que estava a acontecer e pude sempre dar a minha opinião



c) Questionários aplicados a famílias

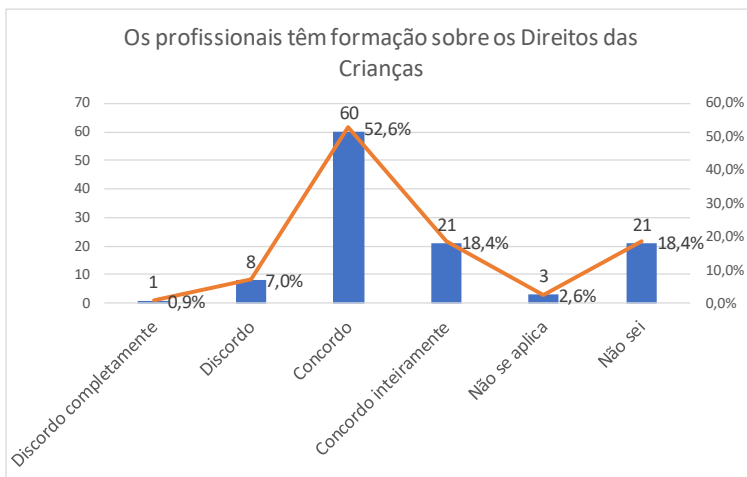
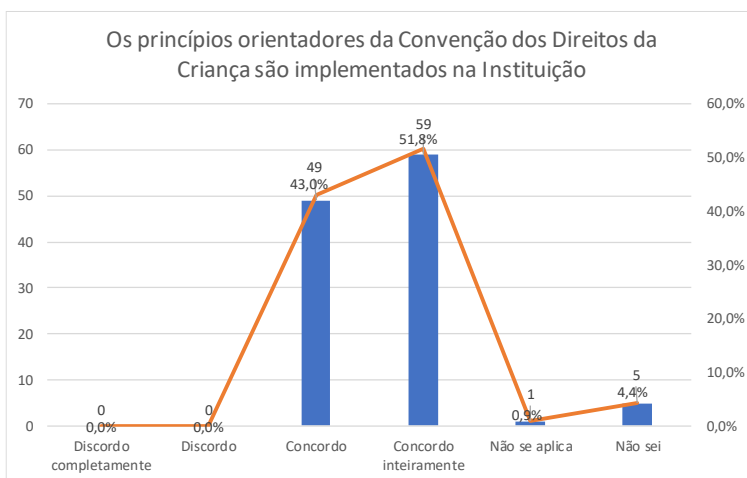


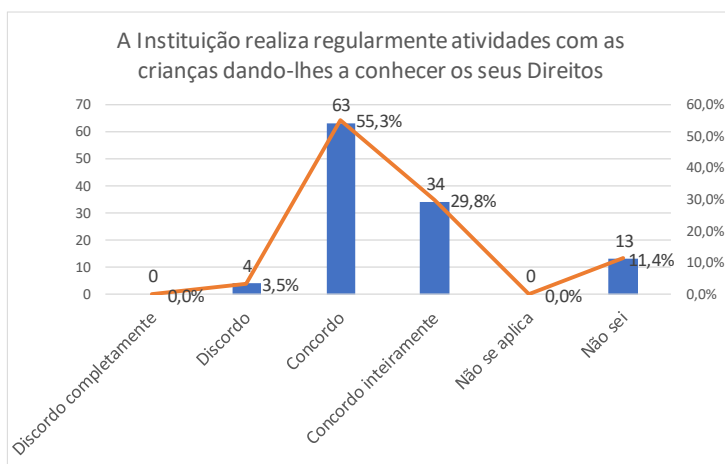
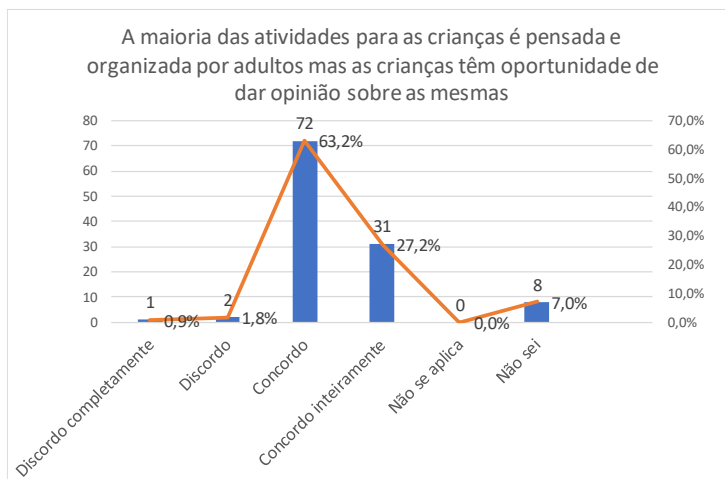
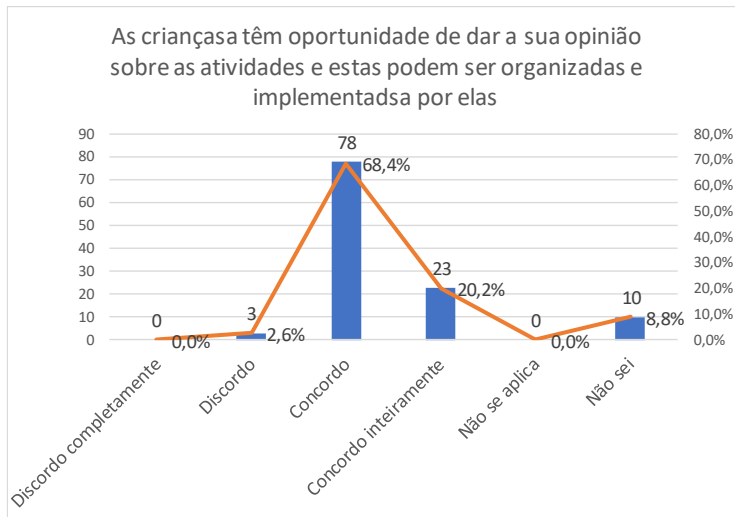




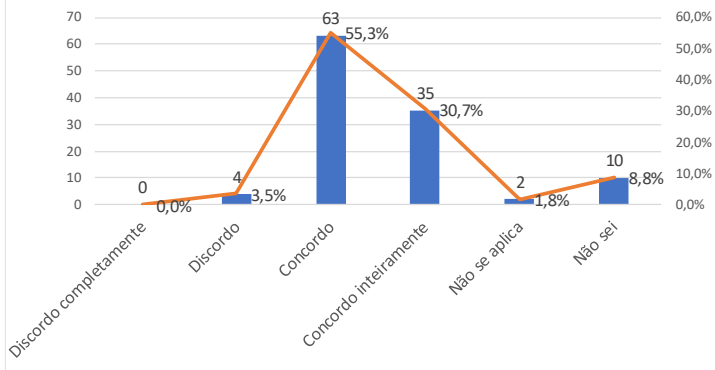


d) Questionários aplicados a entidades

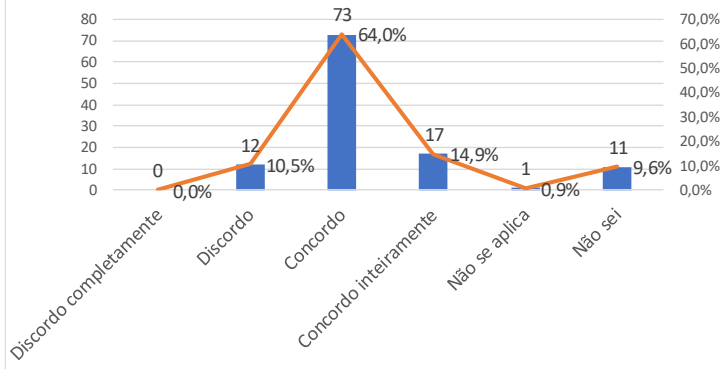




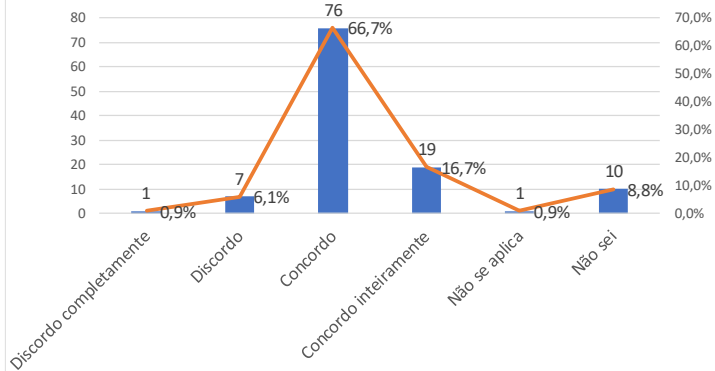
A Instituição participa regularmente em iniciativas/projetos da responsabilidade de outras entidades que promovem a participação da criança na vida da comunidade

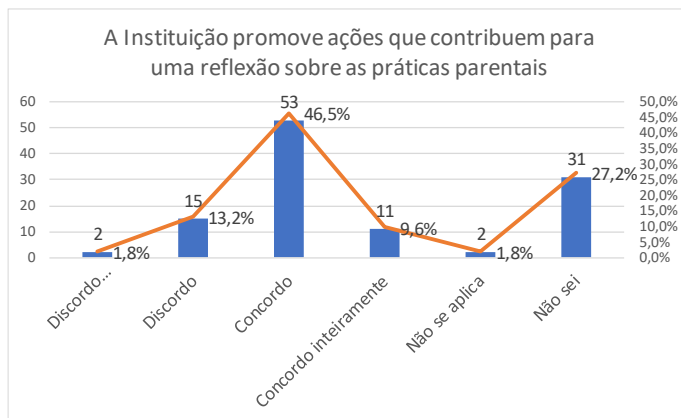
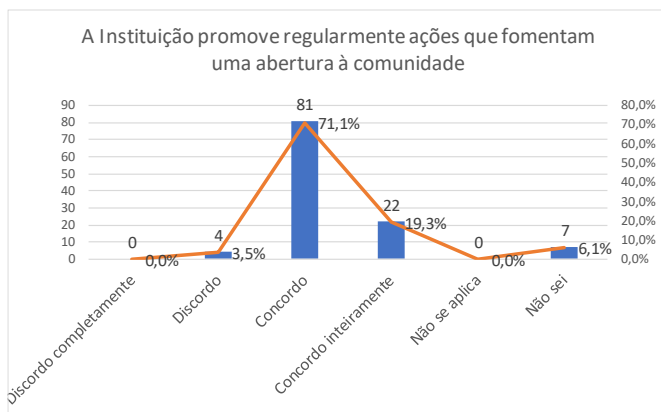
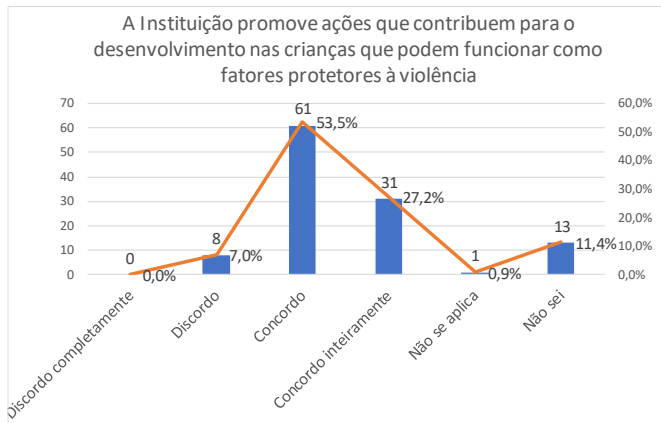


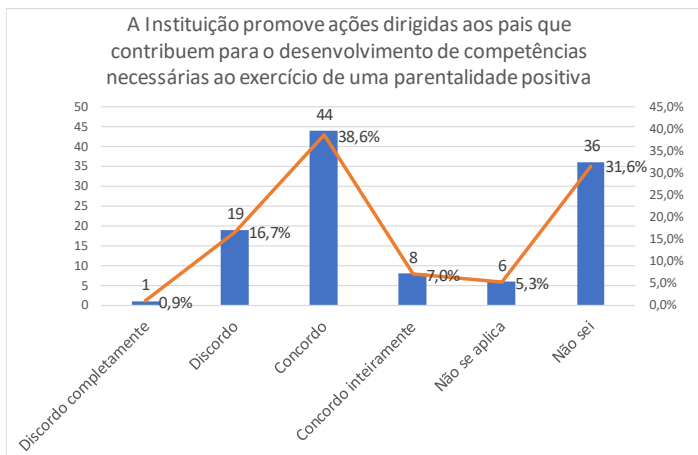
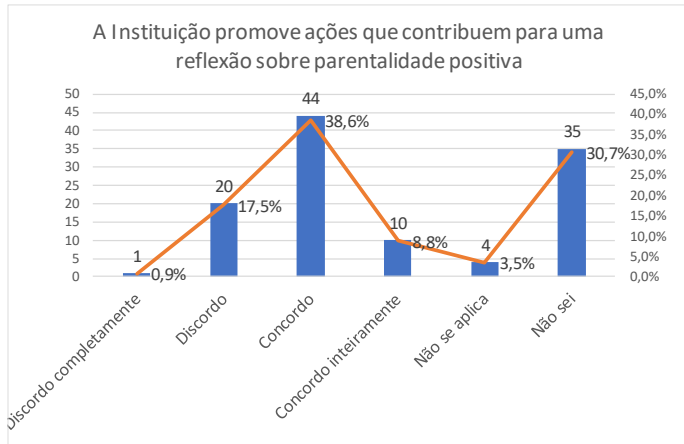
As crianças participam nos processos de tomadas de decisão que lhes dizem respeito



A Instituição promove ações que envolvem as famílias na vida das organizações

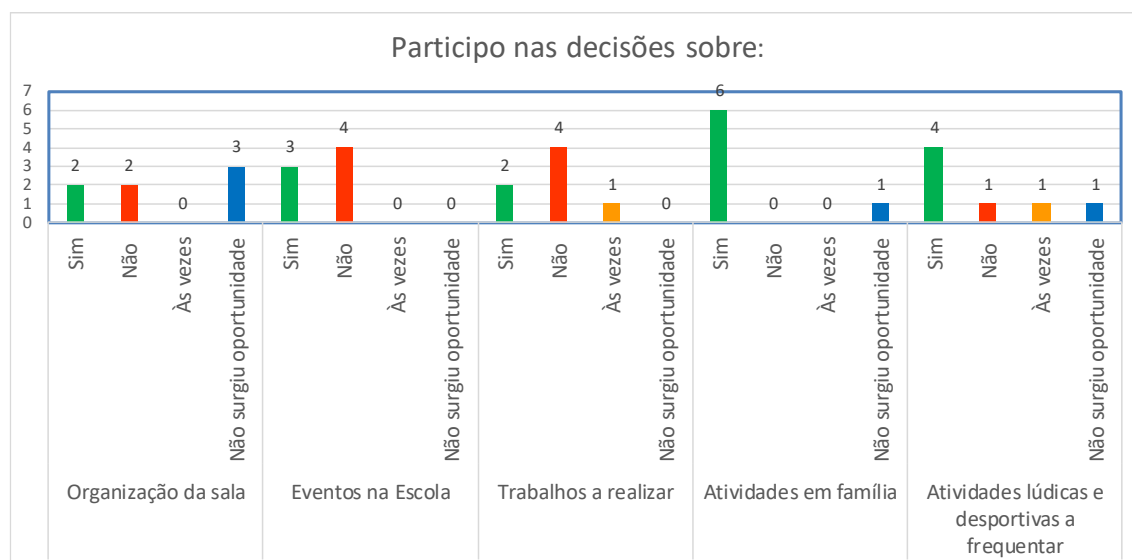
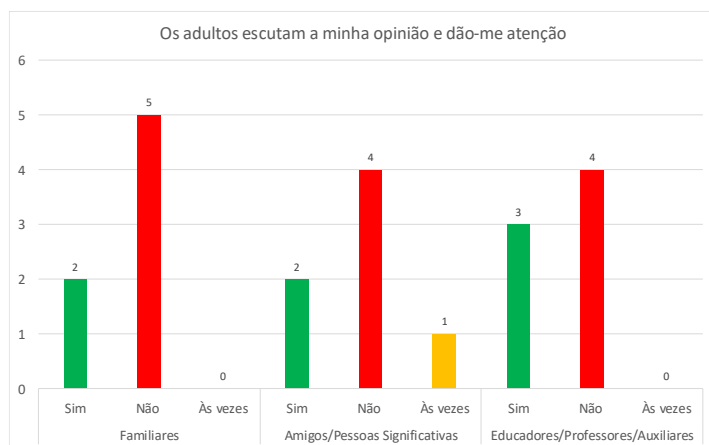
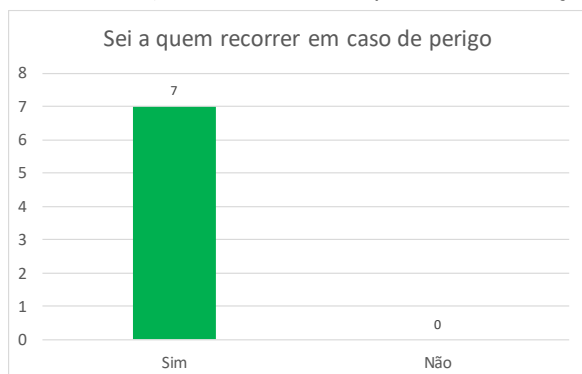


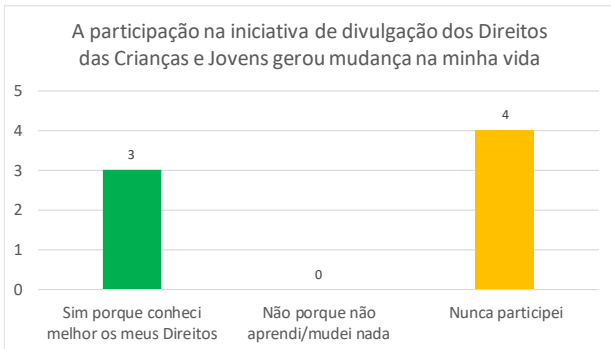
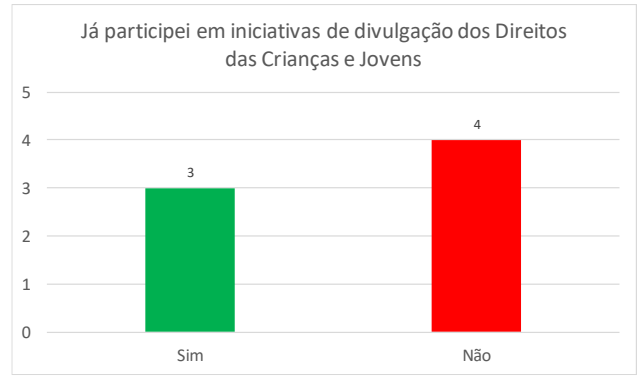
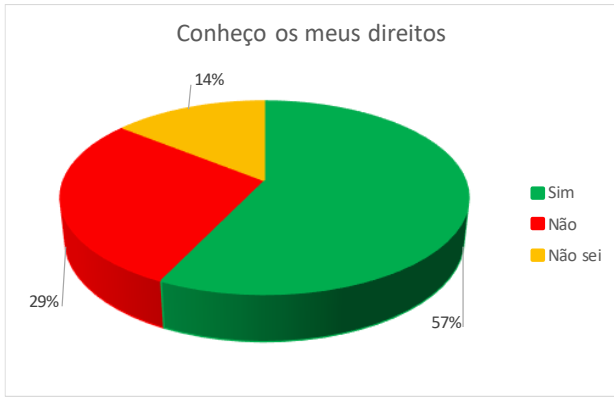




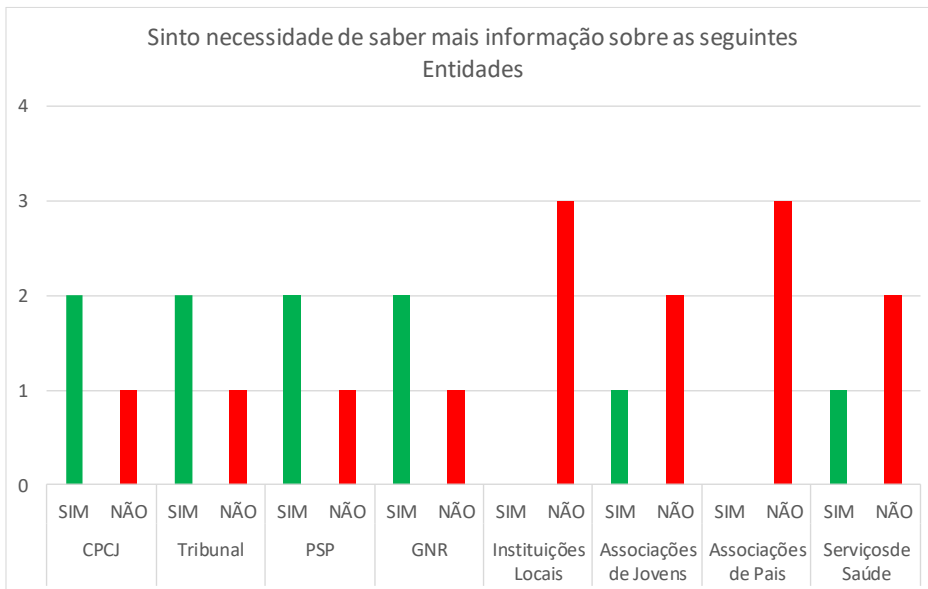
e) QUESTIONÁRIOS APLICADOS PELAS IPSS E ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO DE AVEIRO

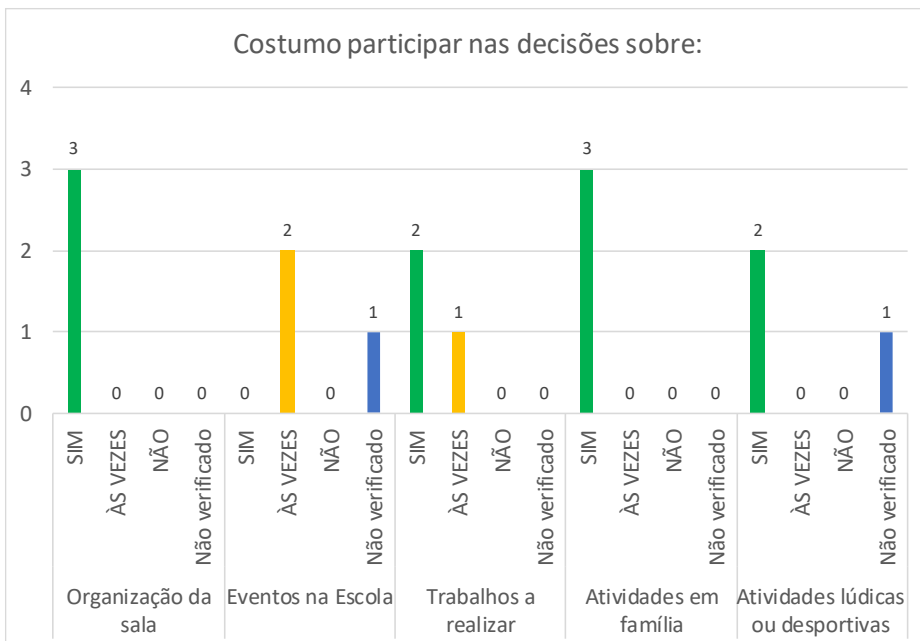
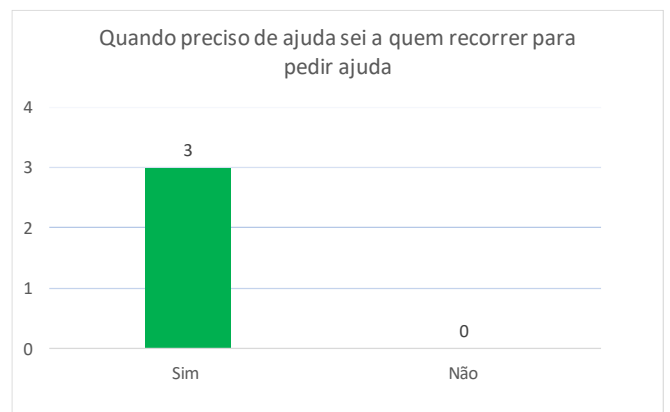
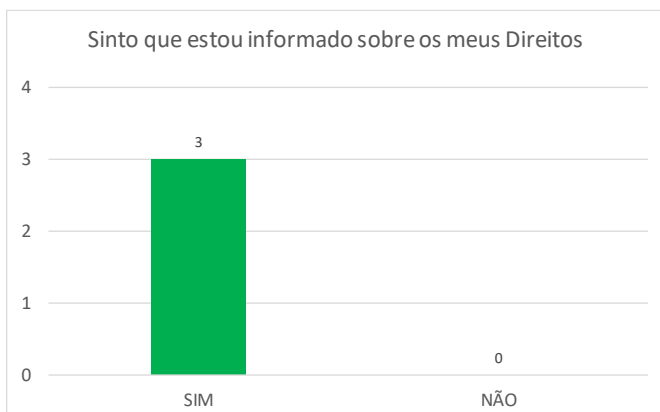
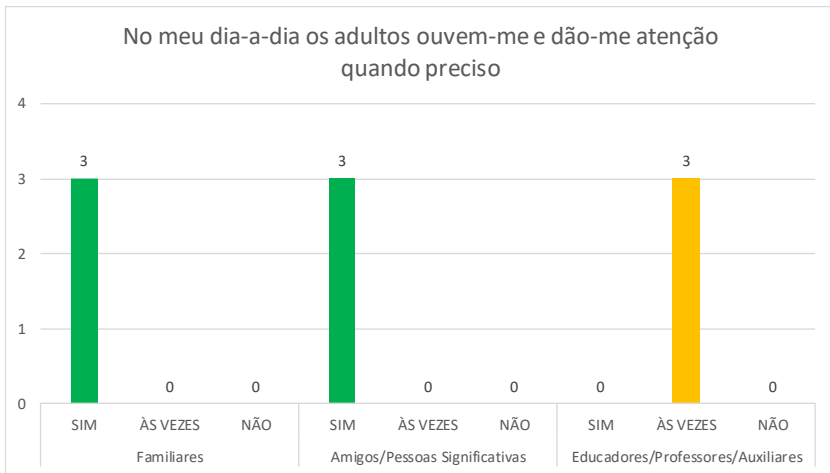
a) Questionários aplicados a crianças

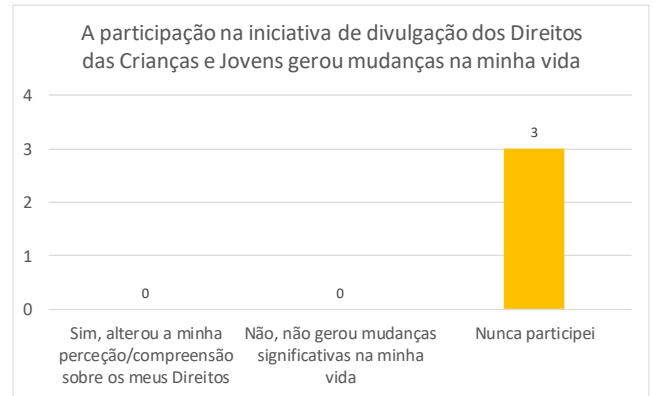
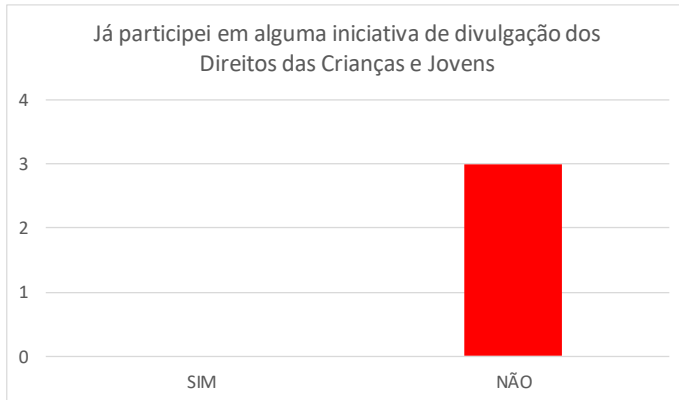




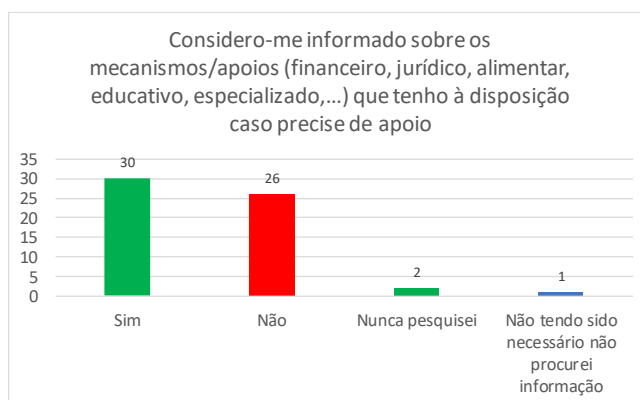
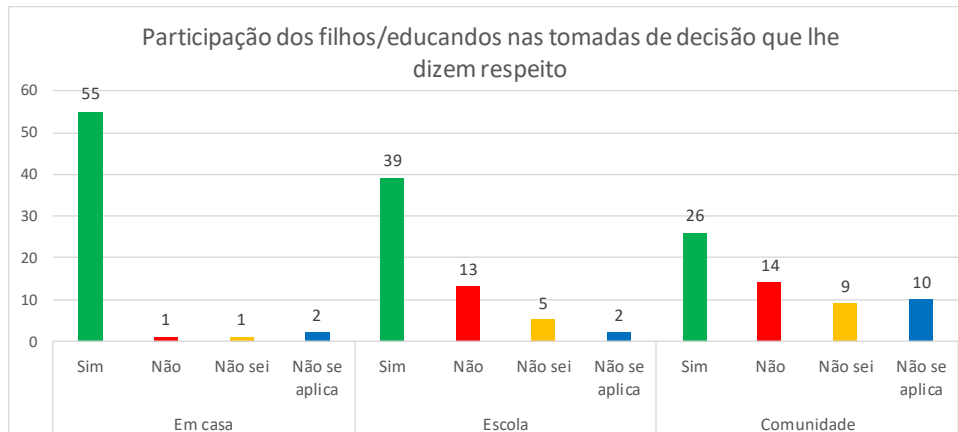
b) Questionários aplicados a jovens



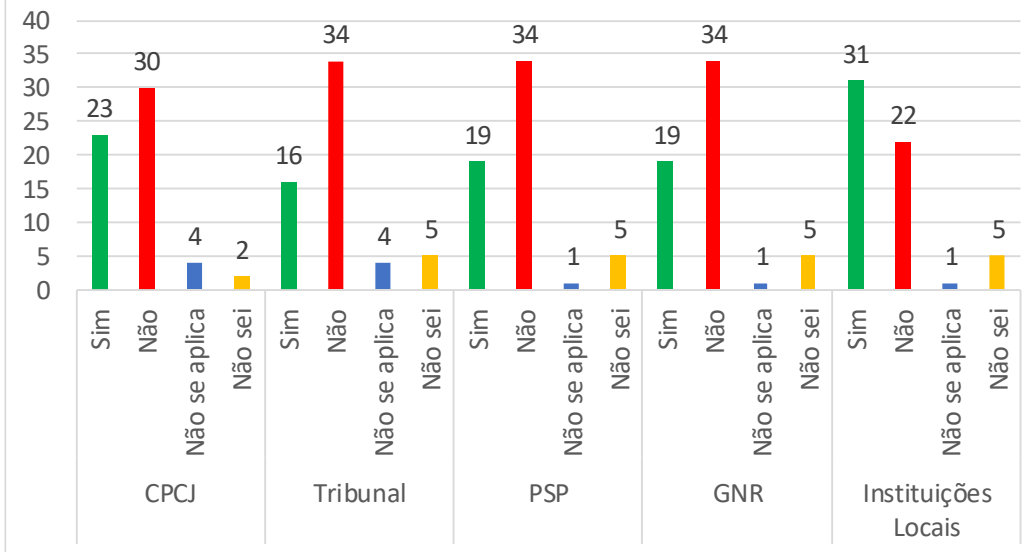




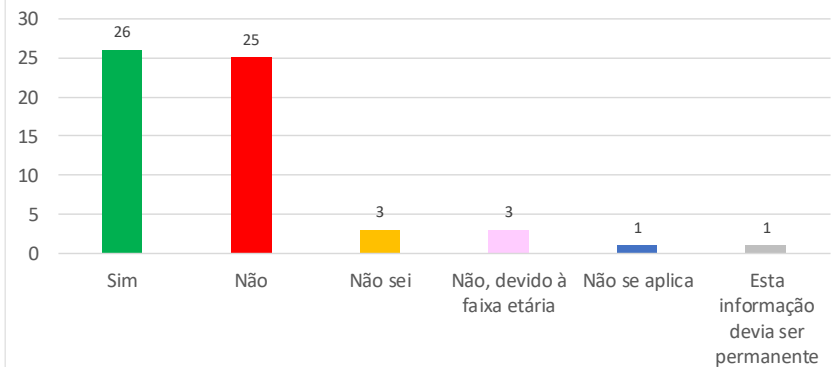
c) Questionários aplicados a famílias



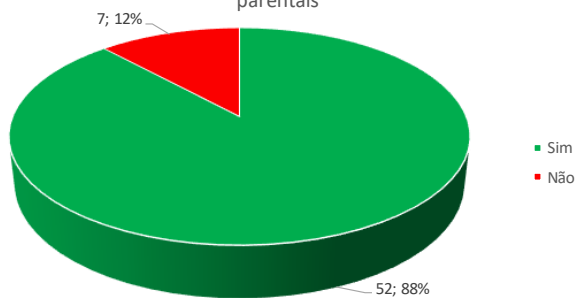
Sintonecessidade de saber mais informação sobre o funcionamento dos seguintes Serviços e Entidades



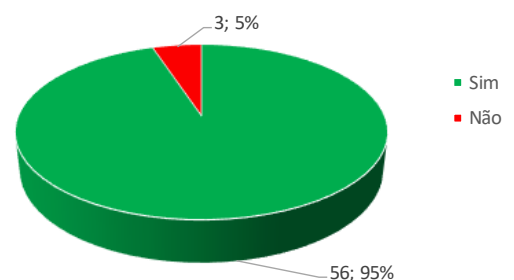
Considero que os meus filhos/educandos são informados regularmente sobre os mecanismos/apoios que têm à sua disposição caso sejam vítimas

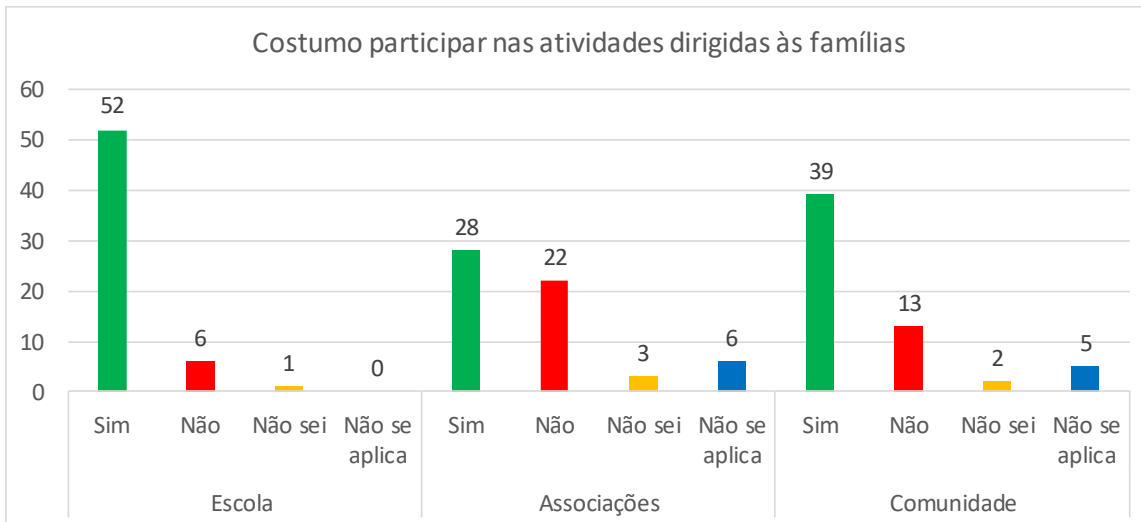


Tenho interesse em participar em atividades que contribuem para o desenvolvimento de competências parentais

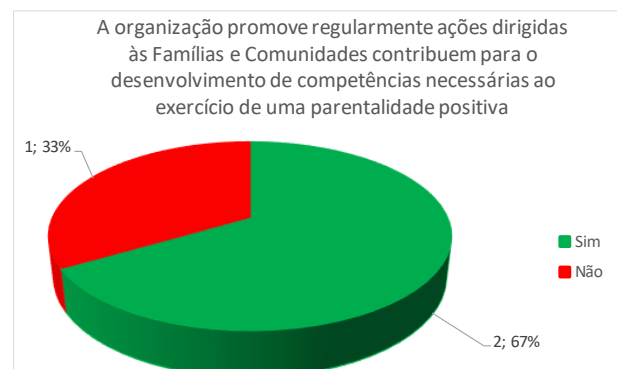
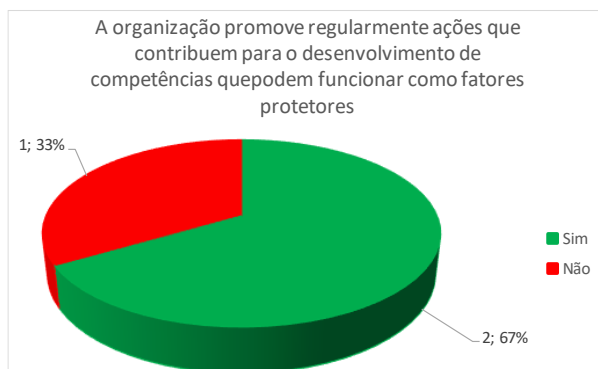
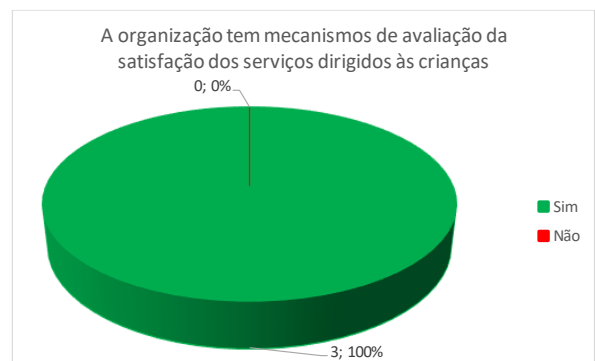
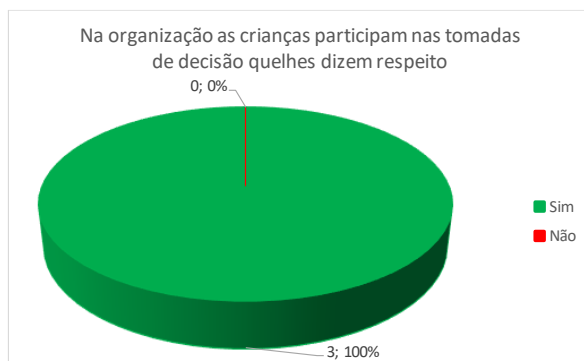


Já ouvi falar sobre os Direitos das Crianças nos meios audiovisuais

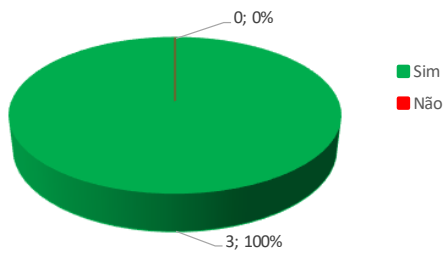




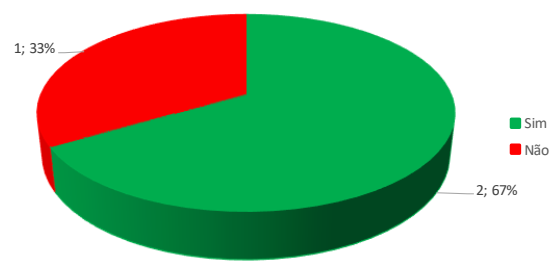
d) Questionários a entidades



A Organização dissemina informação sobre os Direitos das Crianças



As Crianças e Jovens são informadas regularmente sobre os mecanismo/apoios que têm à sua disposição caso sejam vítimas



Considero que as iniciativas de sensibilização sobre os Direitos das Crianças têm boa adesão do público-alvo

